



HAITONG BANK, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE 2026

HAITONG BANK, S.A.

**Edifício Quartzo Rua Alexandre Herculano, 38
1269-180 Lisboa | PORTUGAL
Capital Social: 871 605 935 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de
Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932**

PORTUGAL

Haitong Bank, S.A.
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | Portugal
Tel: + 351 21 319 69 00
Email: info.haitongbank@haitongib.com

ESPAÑA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Espanha
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | Espanha
Tel: + 34 91 400 54 00
Email: info.spainbranch@haitongib.com

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsóvia
Złota 59, 5º andar
00-120 Varsóvia | Polónia
(Entrada “Lumen” pela Pawła II Avenue)
Tel: + 48 22 347 4000
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres
8 Finsbury Circus, 3º andar EC2M 7EA
Londres | Reino Unido
Tel: +44 207 456 9191
Email: info.ukbranch@haitongib.com

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.
Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, nº 758 – 7º andar,
conjunto 72 | Itaim Bibi, CEP 04542-000 | São Paulo, Brasil
Tel: + 55 11 3074 7444
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Macau
Avenida Doutor Mário Soares, 300 – 322
Centro Financeiro e Tecnológico de Macau 20º andar, F | Macau
Tel: +853 8290 1000
Email: info.macaubbranch@haitongib.com

FRANÇA

Haitong Bank, S.A., Escritório de Representação de Paris
10, Avenue Franklin Roosevelt
75008 Paris | França
Tel. +33 1 43 87 49 30
Email: Info.paris@haitongib.com

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
<i>Senior Management</i>	5
Estrutura Organizacional	7
Governo Societário	7
Enquadramento Macroeconómico	9
Principais Indicadores Financeiros	12
Análise Financeira	13
ESTRATÉGIA	15
Estratégia de Negócio	16
Modelo de Negócio e Organização Interna	17
Principais Produtos	18
ANÁLISE DA ATIVIDADE	19
Head Office	20
Portugal	23
Espanha	28
Polónia	31
Reino Unido	35
Macau	38
Brasil	41
Fixed Income	44
Haitong Global Asset Management	47
França	51
PESSOAS	53
Recursos Humanos	54
Responsabilidade Social e Sustentabilidade	57
RISCO	59
Gestão de Risco	60
Governance	60
Apetite de Risco	62
Risco de Crédito	62
Risco ESG	68
Risco de Mercado	69
Risco do Fundo de Pensões	71
Risco Operacional	71
Risco de TIC e Segurança	73
Risco de Liquidez	73
Gestão de Capital	75
RELATÓRIO FINANCEIRO	78
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas	79
Declaração sobre a Auditoria às Contas	204
ANEXOS	205
Ações e Obrigações detidas por Membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização	206
Declaração de Conformidade	207

RELATÓRIO DE GESTÃO



Senior Management

Conselho de Administração



Pan Guangtao

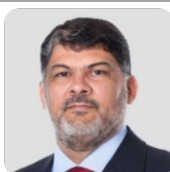
Presidente do Conselho de Administração



Lu Xiaoli (Nick Lu)

Presidente da Comissão Executiva¹ e
Membro Executivo do Conselho de Administração

Gestão das Subsidiárias e Sucursais | CEO Office | Recursos Humanos | Financeiro | IT Development and Application Support e IT Infrastructure | Online Banking | Negócio *cross-border* | Macau Branch | Headquarter Business Coordination



Alan Fernandes

Membro Executivo do Conselho de Administração

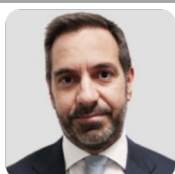
Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.



Miguel Guiomar

Membro Executivo do Conselho de Administração

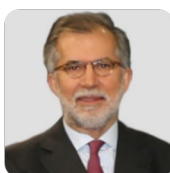
Portugal Branch² | Fixed Income | Tesouraria



Vasco Câmara Martins

Membro Executivo do Conselho de Administração

Gestão de Risco | Rating | Operações | Compliance & AML-FT | CISO Office | Special Portfolio Management | Jurídico



António Domingues

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

¹ Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração do Banco aceitou a renúncia do Dr. Wu Min e nomeou o Dr. Lu Xiaoli como o novo CEO do Banco, cuja aprovação foi obtida junto do Banco de Portugal a 28 de maio de 2026

² Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna



Maria do Rosário Ventura

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



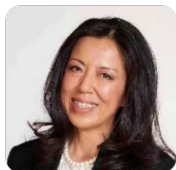
Martina García

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Zhang Xinjun (Jeff Zhang)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Chen Xuemei (Michelle Chen)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

**Senior Managers com
Assento na Comissão
Executiva**



Pedro Costa

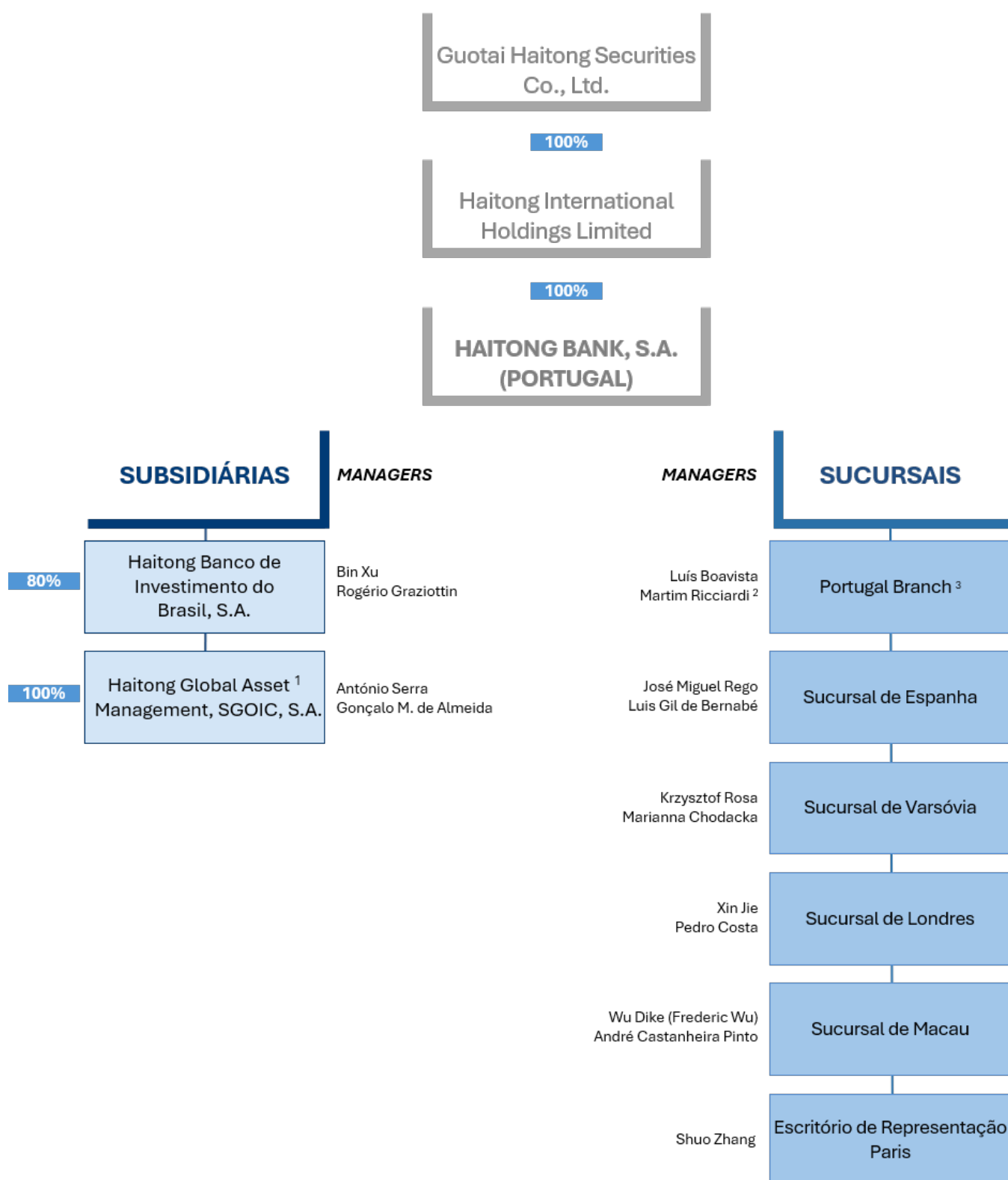
Responsável pelo CEO Office | Manager da Sucursal de Londres |
Secretário da Sociedade |
Representante para as Relações com Investidores



António Pacheco

Responsável pelo Departamento Financeiro |
Secretário da Sociedade Suplente

Estrutura Organizacional



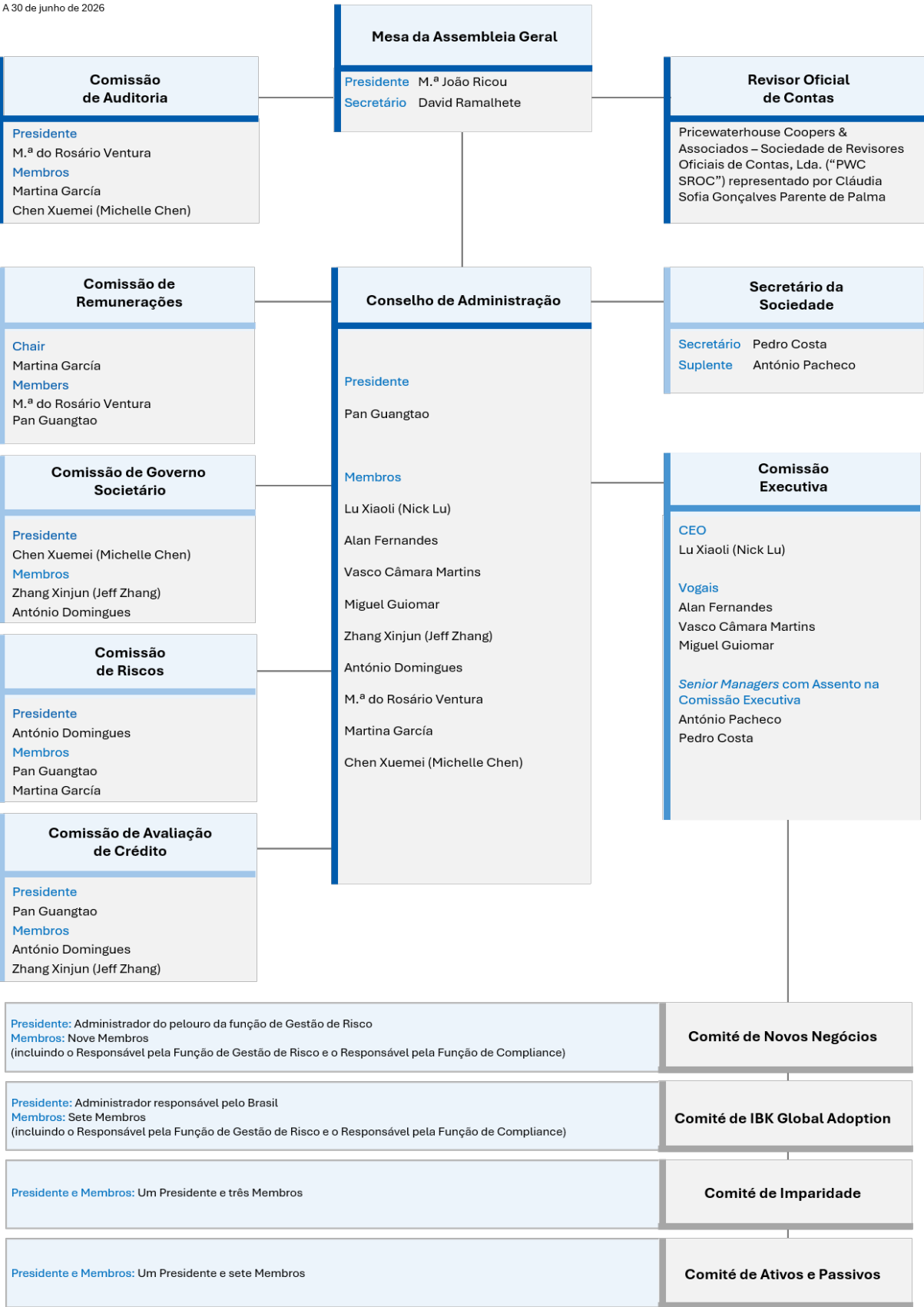
1. A renúncia do Dr. Luís Valença Pinto como CEO da HGAM produziu efeitos em 30 de junho de 2026

2. Deputy Branch Manager

3. Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna

Governo Societário

A 30 de junho de 2026



Nota 1: Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração do Banco aceitou a renúncia do Dr. Wu Min e nomeou o Dr. Lu Xiaoli como o novo CEO do Banco, cuja aprovação foi obtida junto do Banco de Portugal a 28 de maio de 2026

Nota 2: A renúncia do Dr. Nuno Carvalho como Administrador Executivo do Conselho de Administração produziu efeitos em 30 de maio de 2026

Enquadramento Macroeconómico

Visão do 1º Semestre de 2026

O novo conflito entre os EUA e o Irão alterou significativamente as condições económicas globais no primeiro semestre de 2026 e agravou as perspetivas para os 12 meses seguintes. Desde 28 de fevereiro, a perturbação do tráfego comercial através do Estreito de Ormuz aumentou a volatilidade nos mercados, bem como os riscos de inflação e de disrupção das cadeias de abastecimento. A Europa e a Ásia foram as regiões mais expostas, dada a sua dependência do crude do Golfo, do gás natural liquefeito (GNL), de fertilizantes e de metais intensivos em energia, como o aço e o alumínio.

Este choque tornou-se a maior perturbação na oferta de petróleo desde a Revolução Iraniana, com o Brent a subir 24,8% no primeiro semestre do ano face ao segundo semestre de 2025. Importa notar que cerca de um quinto da oferta mundial de crude e 25% da produção global de GNL provêm dos países do Golfo Pérsico.

Os dados económicos continuaram a demonstrar resiliência, apesar da débil confiança empresarial e dos consumidores. Na fase inicial do conflito, a produção industrial global aumentou, com os fabricantes a anteciparem a produção para reduzir a exposição a potenciais disrupções nas cadeias de abastecimento.

A China desacelerou o crescimento do PIB para 4,3% em termos homólogos no segundo trimestre de 2026, face a 5,0% tanto no primeiro trimestre de 2026 como em 2025, ligeiramente abaixo do objetivo anual de 4,5%–5,0%. Quanto ao PIB dos EUA, este superou as expectativas no primeiro trimestre de 2026, com um crescimento de 2,7% em termos homólogos, face a 2,0% no último trimestre de 2025 e 2,1% em 2025, apoiado pelo forte investimento de capital relacionado com Inteligência Artificial. O *Census Bureau* apresentou dados preliminares a indicar um crescimento de 2,1% no segundo trimestre de 2026. Estando a Europa mais exposta ao choque dos preços do petróleo, o crescimento do PIB da Zona Euro caiu de 1,1% em termos homólogos no último trimestre de 2025 para 0,5% no primeiro trimestre de 2026. Entretanto, o crescimento surpreendeu no segundo trimestre de 2026 com uma expansão de 1,0% homólogo. Em particular no Reino Unido, o PIB cresceu 0,9% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2026, inalterado face ao último trimestre de 2025, e os dados preliminares a apontar crescimento de 1,2% para o segundo trimestre de 2026.

O encerramento do Estreito de Ormuz e a subida dos preços do petróleo tiveram impacto na inflação, levando o índice de preços no consumidor (IPC) a atingir, em junho de 2026, os níveis mais elevados registados desde 2021. O IPC da Zona Euro aumentou de 2,1% em termos homólogos em dezembro de 2025 para 2,8% em junho, enquanto o IPC dos EUA subiu de 2,7% para 3,5%. O IPC da China aumentou de forma mais moderada, de 0,1% para 1,0%, beneficiando do recurso às reservas estratégicas de petróleo e gás. Relatórios recentes da Agência Internacional de Energia estimam até 240 dias de autonomia de reservas de combustível.

À medida que a inflação se distanciava da meta de 2%, os bancos centrais enfrentaram uma difícil escolha entre estabilidade de preços e crescimento mais lento. O BCE aumentou as taxas em 25 pontos base em junho, elevando a taxa de depósito para 2,25%, e o Banco do Japão aumentou a sua taxa de referência em 25 pontos base para 1%, também em junho. O Banco de Inglaterra manteve as taxas inalteradas, mas sinalizou uma possível subida em 2026, face à deterioração das expectativas de inflação.

Kevin Warsh substituiu Jerome Powell como Presidente da Reserva Federal em maio. A Fed manteve a taxa dos fundos federais em 3,50%–3,75% no primeiro semestre de 2026, mas deixou de sinalizar uma orientação prospectiva para cortes de taxas no início de 2026. Warsh reafirmou a independência do banco central e o duplo mandato, com o desemprego ainda próximo do pleno emprego, em 4,2% em junho.

O prémio de risco das obrigações soberanas de longo prazo aumentou no primeiro semestre de 2026. A *yield* das *Treasury notes* norte-americanas a 10 anos subiu 29,8 pontos base desde o início do ano para 4,465%, a *yield* japonesa a 10 anos aumentou 61,7 pontos base para 2,68% e a *yield* britânica a 10 anos avançou 27,8 pontos base para 4,757%. A *yield* alemã a 10 anos manteve-se globalmente estável em 2,86% (+0,5 pontos base desde o início do ano), refletindo a resposta mais rápida de restrição monetária por parte do BCE e as perspectivas de crescimento reduzido.

A aversão ao risco e as taxas nominais elevadas fortaleceram o dólar norte-americano, com o índice DXY a subir 2,9% desde o início do ano para 101,2. O euro caiu para EURUSD 1,142 (-2,8% desde o início do ano) e a libra esterlina para GBPUSD 1,326 (-1,4%). O yuan chinês valorizou 2,9% desde o início do ano para USDCNY 6,78, apoiado por exportações fortes e por um excedente comercial recorde, enquanto o real brasileiro subiu 6,1% face ao USD e 8,7% face ao EUR, apesar de um corte de 75 pontos base na taxa de referência Selic para 14,25%. O zloty polaco enfraqueceu face ao USD (-4,9%) e ao EUR (-2,5%), depois de o banco central polaco ter sinalizado a orientação para uma política monetária acomodatória.

Em junho, os mercados de crédito recuperaram, após o choque inicial do conflito no Golfo, com os *spreads* a regressarem a níveis próximos dos registados no final de 2025. O iTraxx Xover 5Y EUR CDS (*high yield*) alargou para 362 pontos base em 30 de março, antes de aliviar para 244,6 pontos base no final de junho, enquanto o iTraxx Main (grau de investimento) subiu para 73,6 pontos base em 27 de março e estreitou para 51,6 pontos base no final do semestre. O sentimento de risco continua a ser sustentado pela ausência dos efeitos da pandemia de Covid-19, pela falta de indícios de stress económico semelhante ao da dívida soberana do euro ou ao *subprime* norte-americano, e pelas expectativas de que os bancos centrais evitarão um aperto significativo da liquidez, salvo se a inflação regressar aos níveis registados em 2021–2022.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

O choque energético e de oferta resultante do conflito com o Irão deslocou a economia global de um cenário de aterragem suave para um enquadramento de menor crescimento e maior inflação, com taxas de juro mais elevadas e riscos orçamentais suscetíveis de dominar o desempenho dos mercados até 2027. As estimativas de consenso para o PIB mundial em 2026 passaram de um crescimento de 3,1% anterior ao conflito militar para ~3.0% em setembro (consenso Bloomberg). As projeções para o PIB dos EUA em 2026 desceram de 2,5% em fevereiro para 2,1% em setembro. Na China, as estimativas de consenso melhoraram ligeiramente de 4,5% em janeiro para 4,6% em setembro. A Zona Euro é a região mais afetada, com as projeções de crescimento do PIB para 2026 a diminuírem de 1,2% em fevereiro para 0,8% em setembro.

Os participantes no mercado estão a incorporar nos preços uma margem limitada para uma atuação agressiva dos bancos centrais, uma vez que o impacto imediato do conflito na inflação global parece ser inferior ao choque nas cadeias de abastecimento de 2021–2022. No entanto, a duração e magnitude do choque poderão prolongar o ciclo de taxas de juro mais elevadas.

Com base nas suas decisões de política monetária mais recentes, os principais bancos centrais ocidentais projetam a manutenção da inflação acima da meta de 2% pelo menos até ao final de 2027. Os mercados de futuros estão a incorporar uma subida adicional de 25 a 50 pontos base pelo BCE no segundo semestre de 2026, elevando a taxa de depósito para um intervalo de 2,5% a 2,75%. Os mercados monetários norte-americanos também estão a incorporar uma potencial subida da Fed entre o segundo semestre de 2026 e o primeiro semestre de 2027, com a taxa dos fundos federais a passar de 3,50%–3,75% para até 4,00%-4,25% num horizonte de 12 meses. Espera-se também que o Banco de Inglaterra realize até duas subidas de taxa (25 pontos base cada) face à taxa atual de 3,75% até junho de 2027. Na Ásia, espera-se que o Banco Popular da China mantenha as taxas inalteradas, perante perspetivas de procura interna reduzida e inflação baixa. Por sua vez, o Banco do Japão indicou que poderá reforçar a orientação restritiva da política monetária no segundo semestre do ano e aumentar a taxa de juro de referência para um intervalo de 1,25% a 1,50% (+25 a 50 pontos base).

O conflito no Irão tem vindo a aprofundar os desequilíbrios nos fundamentos macroeconómicos globais. As disrupções nas cadeias de abastecimento de bens e matérias-primas essenciais, a par do alargamento dos défices públicos nos países que procuram atenuar os efeitos do conflito, sugerem que a recuperação da economia mundial deverá permanecer moderada e estender-se para além de 2027.

As políticas orçamentais destinadas a reduzir o impacto da guerra no Irão abrandaram os receios de uma recessão a nível mundial. No entanto, tais estímulos orçamentais acarretam desafios adicionais para alguns países. Na ausência de uma disciplina orçamental abrangente de longo prazo, prémios de risco soberano mais elevados poderão vir a limitar o financiamento ao setor privado e pesar sobre a atividade económica em geral.

Espera-se que o défice orçamental dos EUA aumente de 5,4% do PIB em 2025 para 6,3% em 2026, e 6,4% do PIB por ano até 2028 (consenso Bloomberg em setembro de 2026). Esta deterioração orçamental traduz-se num aumento do rácio dívida/PIB de 99,5% para 101,9% em 2026, 103,8% em 2027 e 105,5% em 2028. De acordo com as Projeções da Primavera da Comissão Europeia (CE Primavera 2026), o rácio dívida/PIB deverá continuar a subir acima de 100% do PIB no Reino Unido (de 102,3% em 2025 para 103,9% em 2026), em França (de 115,6% em 2025 para 118,8% em 2026) e em Itália (de 137% em 2025 para 138,5% em 2026). Entretanto, a continuação da disciplina orçamental em Portugal e Espanha sustenta as perspetivas de redução da dívida pública em percentagem do PIB. Em Espanha, espera-se que o rácio dívida/PIB desça abaixo de 100% (100,7% em 2025), para 99,6% em 2026 (CE Primavera 2026). Portugal deverá reduzir ainda mais o rácio dívida/PIB, de 89,7% em 2025 para 87,6% em 2026 (CE Primavera 2026).

Os mercados globais de obrigações soberanas registaram uma volatilidade significativa desde o início do conflito no Irão, impulsionada por uma alteração nas expectativas de política monetária dos bancos centrais. Espera-se que esta volatilidade se mantenha no segundo semestre de 2026, com o risco de uma deterioração prolongada dos fundamentais orçamentais, levando as agências de notação financeira a atuar. A visão do Banco é que emissores soberanos relevantes, incluindo França e EUA, poderão vir a sofrer revisões de *rating*, dependendo dos seus planos orçamentais para 2027.

Principais Indicadores Financeiros

(milhões de euros)

	junho 2026	dezembro 2025	junho 2025
Balanço			
Total de Ativo	3 282	3 429	3 568
Total de Passivo	2 664	2 817	2 927
Total de Capital Próprio	618	612	641
Resultados			
Produto Bancário	30	48	33
Custos Operacionais	-26	-52	-28
Resultado Operacional	4	-4	5
Imparidades e Provisões	1	-16	2
Resultado Líquido	1	-30	1
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	0,4%	-4,6%	0,3%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	0,9%	-3,2%	1,0%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0,1%	-0,9%	0,1%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	0,2%	-0,6%	0,2%
Produto Bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	1,8%	1,4%	1,9%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") ⁽¹⁾	87,0%	109,4%	84,6%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário ⁽¹⁾	57,6%	70,4%	56,0%
Qualidade do Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	758	745	768
Reforço de Provisões para Crédito	0,6	12,6	1,9
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	3,7%	3,7%	1,6%
Cobertura de crédito não produtivo	62,8%	57,5%	20,9%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	18,9%	19,6%	19,1%
Rácio Fundos Próprios Totais	23,9%	24,7%	23,9%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem	11,6%	11,4%	11,4%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	127%	144%	132%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	208%	237%	221%
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	73%	62%	67%
Nº de Colaboradores	311	309	314

¹ Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instrução 23/2011)

Análise Financeira

Na sequência do ano de transição de 2025, marcado pela conclusão bem-sucedida da fusão ao nível do Acionista e pela finalização do processo regulatório ao nível do Haitong Bank, o Banco iniciou uma nova fase de consolidação do seu *franchise* e de recuperação contínua da dinâmica do negócio. Durante o primeiro semestre de 2026, o Banco centrou os seus esforços no reforço da rentabilidade e no alinhamento do seu *franchise* com uma trajetória de recuperação mais consistente, prosseguindo em paralelo iniciativas alinhadas com as suas prioridades estratégicas.

Com o apoio contínuo do seu Acionista, o Banco promoveu diversas iniciativas de negócio conjuntas ao longo do semestre. Estas iniciativas deverão contribuir para a recuperação gradual de negócio *cross-border*, reforçando as atividades de negócio relacionadas com a China e o objetivo do Banco de construir uma plataforma mais sólida, mais rentável e mais competitiva, criando, simultaneamente, oportunidades adicionais de geração de receitas futuras.

O Produto Bancário atingiu 30 milhões de euros no final de junho, representando uma diminuição de 7,2% face ao mesmo período do ano anterior. No negócio relacionado com a China, apesar de alguns atrasos na execução, foram assinados vários mandatos perto do final do semestre, esperando-se que a correspondente contribuição para as receitas se torne mais visível no segundo semestre. Os *franchises* locais apresentaram um desempenho em linha com as expectativas, destacando-se os contributos mais representativos das atividades de renda fixa e de concessão de crédito. A Margem Financeira ascendeu a 14,1 milhões de euros, uma redução homóloga de 41,6%, embora este resultado tenha sido parcialmente compensado por um aumento significativo dos ganhos em Mercados de Capitais, no montante de 9,3 milhões de euros, face ao mesmo período do ano anterior.

Os Resultados Operacionais mantiveram-se positivos no primeiro semestre de 2026, suportados por uma gestão disciplinada dos custos e pela conclusão do processo de reestruturação do Haitong Brazil, que, em conjunto, se traduziram numa redução homóloga de 4,6% nos Custos Operacionais. Este desempenho refletiu o foco contínuo do Banco na melhoria da eficiência, mantendo, simultaneamente, o controlo sobre a sua base operacional.

As Imparidades e Provisões totalizaram 1,1 milhões de euros, permanecendo abaixo do nível registado no semestre anterior. Os rácios de qualidade dos ativos mantiveram-se globalmente estáveis durante o período: o rácio NPL situou-se em 3,7%, inalterado face ao final de 2025, enquanto o rácio NPE aumentou ligeiramente de 2,2% em dezembro de 2025 para 2,4% em junho de 2026, apesar da redução de 8,3% da exposição bruta do Banco.

De forma global, o Haitong Bank regressou a resultados líquidos positivos no primeiro semestre de 2026, registando um Resultado Líquido de 1,4 milhões de euros. Embora modesto, este resultado representa um passo importante na trajetória de recuperação do Banco, afastando-se assim dos eventos não recorrentes que marcaram 2025.

A expansão da base de ativos produtivos do Banco através da originação de crédito e da atividade de investimento é crucial para o reforço das receitas recorrentes. Em junho de 2026, os Ativos Totais atingiram 3,3 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 4,3% face a dezembro de 2025, devido, sobretudo, à descida expressiva da rubrica Aplicações em Instituições de Crédito, resultante da otimização das fontes de financiamento e das reservas de liquidez.

As carteiras de títulos, em particular as carteiras de ativos para negociação, aumentaram durante o período, suportadas pela retoma da atividade de investimento e por uma gestão ativa das carteiras. Este crescimento foi parcialmente moderado pela realização de mais-valias, com o Banco a tirar partido da volatilidade dos mercados para cristalizar valor e otimizar a composição das suas carteiras. A carteira de crédito totalizava 738 milhões de euros em junho de 2026, apenas ligeiramente acima do valor registado em dezembro de 2025 devido às amortizações antecipadas de crédito.

Do lado do financiamento, o Banco manteve uma gestão prudente das suas fontes de financiamento e liquidez disponíveis, em linha com os requisitos regulamentares e com o objetivo de otimização dos custos de financiamento. Durante o semestre, o Banco continuou a recorrer a plataformas online de depósitos de retalho, embora a um ritmo mais moderado do que em períodos anteriores e recebeu aprovação para um empréstimo sindicado garantido pelo Acionista, encontrando-se atualmente em curso o levantamento de uma tranche de 150 milhões de dólares, com conclusão prevista para novembro de 2026. Em junho de 2026, o Haitong Bank apresentava um Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) de 208%, refletindo uma posição de liquidez de curto prazo resiliente e um confortável cumprimento dos requisitos regulamentares. O *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) do Banco situou-se em 127% no primeiro semestre de 2026, confirmando um perfil de financiamento adequado de médio e longo prazo, em conformidade com os limites regulamentares.

O Banco terminou o semestre preservando uma posição de capital robusta, com um rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1 (CET1) de 18,9% e um rácio de Fundo Próprios Totais de 23,9%, proporcionando uma margem confortável acima dos requisitos regulamentares. Esta sólida base de capital permite manter a resiliência financeira do Banco, suportando a expansão gradual da atividade de negócio e proporcionando flexibilidade para prosseguir iniciativas estratégicas, mantendo simultaneamente um perfil de risco prudente.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Standard & Poor's ("S&P") confirmou os *ratings* de crédito de emitente de longo e curto prazo do Banco em "BB+/B", mantendo o Outlook Negativo. Segundo a S&P, o *outlook* negativo reflete a incerteza quanto à importância estratégica do Haitong Bank para o seu novo Acionista, devido à sua reduzida dimensão no contexto do Grupo, bem como ao facto de operar num segmento de negócio e numa região distintos.



ESTRATÉGIA

Estratégia de Negócio

O Haitong Bank é um banco corporativo e de investimento empenhado em apoiar os seus Clientes nos vários mercados locais onde opera, bem como em transações *cross-border*.

A estratégia do Banco visa aproximar Clientes a oportunidades de negócio através de uma vasta rede, aliando a longa experiência do Banco na Europa e América Latina com uma importante ligação à China.

O Banco tira partido da sua experiência multinacional e base geográfica singular para criar valor estratégico para o Grupo.



A estratégia do Haitong Bank assenta em três pilares:

- *Franchise* histórico na Europa e na América Latina;
- Ângulo chinês, através da Sucursal de Macau e conectividade com o grupo; e
- Negócio *cross-border*, tirando partido da vasta presença geográfica.

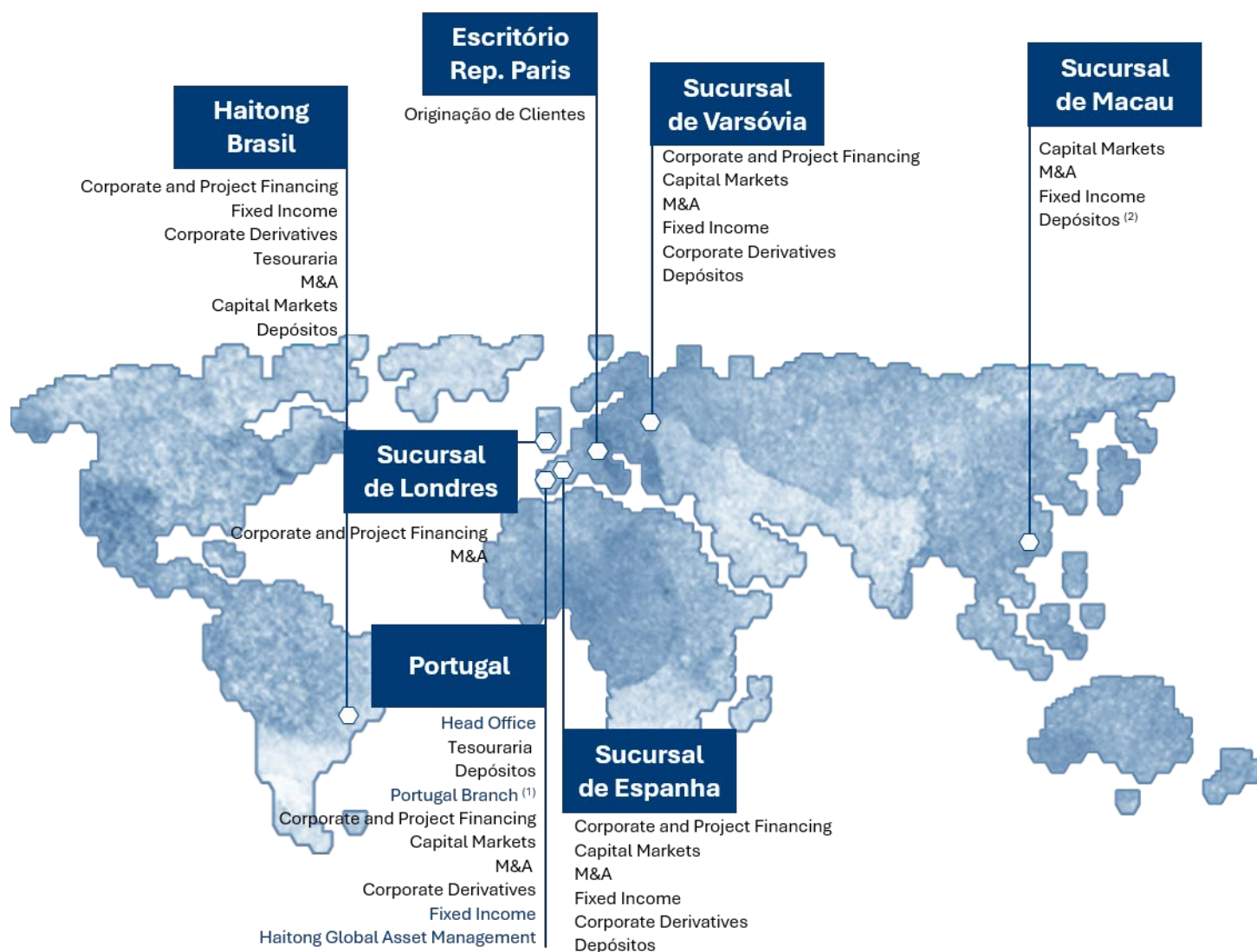
Nos últimos anos, o Banco tem seguido uma estratégia coerente, enquanto banco de investimento, suportada na sua presença internacional na Europa, na América Latina e na China. Este posicionamento permitiu ao Banco aumentar a sua resiliência e diferenciação face a outros concorrentes ocidentais e chineses.

A missão do Haitong Bank consiste em prestar serviços de primeira qualidade aos clientes, desenvolver o *franchise* global do Grupo e criar valor estratégico para o Acionista. Esta missão engloba um forte sentido de preservação de capital impulsionada por uma abordagem conservadora na tomada de riscos e uma base de custos sustentável, operando em plena conformidade com as regras e regulamentos do setor bancário.

O Haitong Bank desempenha as suas atividades à luz de uma cultura empresarial moldada pelos seus valores corporativos: **Transparência, Meritocracia, Perseverança e Integridade**. A pedra angular do objetivo coletivo do Banco para o sucesso consiste em criar confiança juntos dos clientes e de outros *stakeholders*, incluindo as entidades reguladoras. Este objetivo é sustentado por uma organização coerente, baseada em regras, com um código de conduta, uma estratégia abrangente e uma estrutura de governo robusta.

O Banco está empenhado em apoiar as atividades dos seus clientes de forma sustentável, assegurando a igualdade de tratamento, a salvaguarda dos seus interesses legítimos e da confidencialidade da informação, bem como a prestação contínua de serviços eficientes e de elevada qualidade. Para este efeito, o Banco procura desenvolver uma relação próxima com os seus clientes, compreendendo as suas necessidades financeiras e disponibilizando soluções personalizadas, com vista a assegurar uma experiência de serviço fluida, eficiente e profissional.

Modelo de Negócio e Organização Interna



¹ Não corresponde formalmente a uma pessoa jurídica, tendo sido constituído apenas para fins de organização interna

² Em implementação

Principais Produtos

CORPORATE AND PROJECT FINANCING

Crédito a Empresas
Crédito Colateralizado
Project finance
Acquisition finance
Garantias

FIXED INCOME

Gestão da Carteira de Investimento
Fixed income *trading* e market making
Distribuição para Clientes Institucionais
Sindicação de Obrigações

CAPITAL MARKETS

Estruturação e tomada firme de Eurobonds *cross-border*
Emissão de obrigações locais
Instrumentos de dívida de curto prazo
Assessoria financeira em operações de *equity*

M&A ADVISORY

Assessoria em fusões e aquisições de empresas
Avaliação de empresas
Assessoria em projetos de reestruturação
Estudos de viabilidade

CORPORATE DERIVATIVES

Soluções de cobertura para empresas
Commodities
Taxas de juro
Taxas de câmbio
CO2

INVESTMENT SERVICES

Global Asset Management
Experiência em diversas classes de ativos: Ações, Obrigações e Private Equity
Experiência local: Europa e China
Gestão Discrecionária de Carteiras e Gestão de Fundos
Depósitos
Retalho (inclui Online Banking), Corporate e Institucional

ANÁLISE DA ATIVIDADE

Head Office

Visão Geral e Estratégia

O Head Office foi criado no âmbito da alteração organizacional implementada em março de 2024, com o objetivo de segmentar as atividades do Grupo Haitong Bank em várias unidades, a maioria das quais correspondentes a unidades geográficas, nomeadamente Espanha, Polónia, Reino Unido, Brasil, Macau e Paris, a fim de promover uma definição mais clara de responsabilidades e aumentar a transparência de custos.

O Head Office é uma das quatro unidades localizadas em Portugal (além do Portugal Branch, Fixed Income e HGAM) e inclui, principalmente:

- A atividade de Tesouraria, transversal a toda a organização, à exceção do Haitong Brasil, que gere a sua própria Tesouraria;
- A atividade de Online Banking, em particular relacionada com os Depósitos obtidos através das plataformas de captação de depósitos de retalho do Banco;
- A Corporate and Project Financing Coordination Unit (HO); e
- Parte da atividade relacionada com a China, originada pelo Grupo Guotai Haitong e executada pelo Haitong Bank.

O Head Office integra ainda os custos operacionais das Funções de Controlo e de Suporte, sendo determinados custos alocados a outras geografias, de acordo com as regras de preços de transferência estabelecidas internamente.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Tesouraria
- ✓ Depósitos
- ✓ Negócio relacionado com a China
- ✓ Corporate and Project Financing Coordination Unit (HO)

PRODUTO BANCÁRIO¹

6,3 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No âmbito da **Tesouraria**, o Banco manteve uma posição de liquidez confortável durante o primeiro semestre de 2026, suportada por um perfil de financiamento equilibrado e diversificado. As atividades de Tesouraria permaneceram focadas na melhoria da qualidade e competitividade da oferta de depósitos de retalho do Banco, ao mesmo tempo que otimizaram a utilização de colaterais elegíveis para aceder a financiamento garantido através de acordos de recompra, apoiando assim o financiamento das carteiras de títulos nos mercados monetários. A Tesouraria continuou a gerir ativamente uma carteira de *High Quality Liquid Assets* (HQLA), otimizando a rentabilidade das reservas de liquidez e garantindo a sua manutenção em níveis prudentes. São de destacar as seguintes atividades:

- **Gestão de Colateral**

Durante o primeiro semestre de 2026, o Banco continuou a utilizar ativamente colateral elegível para assegurar financiamento de mercado e implementou várias iniciativas para expandir e diversificar a sua rede de contrapartes em acordos de recompra, reforçando assim a flexibilidade de financiamento e o acesso ao mercado.

- **Refinanciamento através do Eurosistema**

O Banco continuou a acompanhar de perto a evolução do enquadramento de política monetária do Banco Central Europeu e a reforçar o seu conjunto de ativos elegíveis, fortalecendo a sua capacidade de acesso às operações de refinanciamento do Eurosistema e aumentando a resiliência do financiamento.

- **Depósitos de Retalho**

O Banco continuou a implementar iniciativas destinadas a melhorar a qualidade e competitividade da sua oferta de depósitos de retalho, em particular através da sua própria plataforma digital, avaliando igualmente oportunidades em novos mercados. Os depósitos de retalho permaneceram uma fonte de financiamento estável e fiável, contribuindo favoravelmente para o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) e para o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco. Lançada em 2024, a plataforma própria de Online Banking do Banco atraiu depósitos online, sobretudo de clientes de retalho, apoiando adicionalmente os esforços do Banco para diversificar as fontes de financiamento.

O Haitong Bank está atualmente a implementar um modelo de cooperação com o seu Acionista com vista à expansão de oportunidades de negócio conjuntas em diversos produtos e geografias. Esta abordagem visa estabelecer uma plataforma eficaz de **negócio efetivo relacionado com a China** no Haitong Bank, capitalizando nas vantagens competitivas ímpares da Guotai Haitong Securities enquanto líder de mercado na China, em conjunto com a comprovada capacidade do Haitong Bank para executar transações em mercados *offshore*. No âmbito desta cooperação de negócio, foram assinados vários mandatos perto do final do semestre, esperando-se que a correspondente contribuição para as receitas se torne mais visível no segundo semestre de 2026.

A **Corporate and Project Financing Coordination Unit (HO)** foi criada em 1 de junho de 2026, com o objetivo de reforçar a coordenação entre as equipas de Corporate and Project Financing das diferentes unidades de negócio, melhorar a eficiência e assegurar uma abordagem ao mercado mais consistente. O seu propósito é gerir o *pipeline* global da atividade de Corporate and Project Financing, alocar transações entre geografias e apoiar a estruturação, *pricing* e execução de operações.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

As prioridades do Banco para o restante de 2026 incluem a gestão prudente dos custos de financiamento e a preservação de um perfil de financiamento estável, diversificado e resiliente. As atividades de financiamento seguirão as seguintes linhas estratégicas:

- Financiamento de Retalho: Manter em equilíbrio o *mix* de financiamento entre plataformas externas de depósitos online e o canal digital bancário próprio do Banco, com o objetivo de aumentar o contributo deste último para a estrutura global de financiamento;
- Financiamento de Longo Prazo: Alargar o acesso a instrumentos de financiamento de prazo mais longo, incluindo empréstimos sindicados e outras fontes de financiamento garantidas e não garantidas, de modo a reforçar a resiliência do balanço e apoiar os objetivos estratégicos de crescimento do Banco;
- Gestão de Colateral: Manter a mobilização ativa de colateral elegível para assegurar financiamento competitivo nos mercados monetários e garantir um acesso eficiente e fiável à liquidez num amplo conjunto de condições de mercado.

Em termos de negócio relacionado com a China, a expectativa é aumentar a execução de mandatos com o Guotai Haitong Group.

Quanto à Corporate and Project Financing Coordination Unit (HO), esta deverá consolidar a consistência da sua abordagem ao mercado, bem como reforçar a coordenação interna, acompanhando simultaneamente a carteira global e os principais riscos relacionados com a atividade de Corporate and Project Financing.

Portugal

Visão Geral e Estratégia

A Unidade de Portugal incorpora toda a atividade de banca corporativa e de investimento em Portugal, alavancada num *franchise* de mercado consolidado ao longo de várias décadas. A Unidade oferece uma combinação de experiência em quatro áreas de negócio: Corporate and Project Financing (“C&PF”); Capital Markets; Assessoria em Fusões e Aquisições (M&A Advisory); e Corporate Derivatives.

As atividades de C&PF mantiveram-se focadas nas áreas *core* desta Direção, nomeadamente financiamento corporativo, de aquisições, de projetos, e imobiliário e ainda serviços de agente de crédito. No âmbito de C&PF, o Banco posiciona-se consistentemente como um parceiro orientado para soluções, adotando uma abordagem flexível e construtiva, adaptada à execução de transações de valor acrescentado. Este enfoque estratégico permite ao Haitong Bank responder a necessidades complexas dos clientes e preservar a sua reputação enquanto parceiro financeiro de confiança.

Relativamente à atividade de Capital Markets, esta manteve o foco em produtos de dívida, em particular programas de papel comercial, emissões obrigacionistas para investidores de retalho e institucionais, bem como estruturação e subscrição de obrigações *cross-border* em EUR e USD, avaliando, de forma seletiva, a participação em oportunidades de *equity* sempre que as capacidades de estruturação, distribuição e execução do Haitong Bank possam acrescentar valor aos clientes.

No que se refere a M&A Advisory, a forte cobertura de clientes da Unidade de Portugal continua a ser um fator diferenciador essencial na originação de mandatos de M&A locais e *cross-border*. Este sólido conhecimento do mercado doméstico, combinado com a plataforma internacional do Haitong Bank e a sua presença em outros países e regiões, incluindo a Ásia, reforça a capacidade de identificar oportunidades estratégicas e apoiar transações *cross-border* de dimensão relevante.

A equipa de Corporate Derivatives desempenha um papel importante no apoio às necessidades de gestão de risco dos clientes, disponibilizando soluções de cobertura personalizadas em câmbio, taxas de juro e *commodities*. Através de uma abordagem consultiva e centrada no cliente, a equipa ajuda empresas a identificar, avaliar e mitigar riscos de mercado associados às suas atividades operacionais, estruturas de financiamento e exposição internacional, reforçando o posicionamento do Haitong Bank como parceiro de confiança na conceção e execução de estratégias de gestão de risco.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Capital Markets
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Corporate Derivatives

PRODUTO BANCÁRIO¹

3,2 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2026, a Unidade de Portugal do Haitong Bank apresentou um desempenho resiliente nas suas principais áreas de negócio, apesar de um enquadramento de mercado mais exigente, marcado por condições de financiamento competitivas, uma atividade mais moderada nos mercados de capitais, uma execução mais lenta de transações de M&A e pela persistência de incerteza macroeconómica. A sua atividade manteve-se focada na originação seletiva, na execução disciplinada e no envolvimento proativo com os clientes.

A atividade de **Corporate and Project Financing (CP&F)** manteve uma contribuição positiva em Portugal. A gestão prudente da carteira de crédito e dos serviços de agência do Banco manteve-se uma prioridade para a atividade de C&PF, tanto numa perspetiva de risco como de rentabilidade. O Banco manteve o foco na monitorização proativa da carteira, com o objetivo de assegurar a estabilidade e o adequado retorno das suas operações de crédito.

O semestre continuou a ser marcado por um ambiente de financiamento altamente competitivo e por pressão contínua sobre preços, o que exigiu uma abordagem seletiva à originação e um foco permanente em transações com um perfil risco-retorno adequado.

Apesar destas condições de mercado, a atividade de C&PF do Haitong Bank manteve a sua posição no mercado de crédito português, tirando partido da sua vasta experiência, reconhecidas capacidades de estruturação e histórico consolidado. A atividade manteve-se focada na disponibilização de soluções de valor acrescentado aos clientes, mantendo simultaneamente um diálogo ativo com *financial sponsors*, empresas e investidores institucionais.

Durante o primeiro semestre de 2026, a equipa continuou a procurar novas oportunidades de financiamento especialmente direcionadas, reforçando simultaneamente o diálogo com clientes e preparando transações que deverão apoiar a atividade no segundo semestre do ano. Durante este período, foram concluídas com sucesso duas novas transações, enquanto várias outras foram originadas nos setores da energia, infraestruturas e imobiliário.

A atividade de C&PF continuou a beneficiar da capacidade do Haitong Bank para estruturar soluções personalizadas e ainda do seu histórico em transações de crédito complexas. Este posicionamento continua a ser particularmente relevante num mercado em que os clientes valorizam cada vez mais a certeza de execução, a flexibilidade e uma abordagem construtiva por parte dos parceiros financeiros.

A equipa de **Capital Markets** do Haitong Bank em Portugal atuou como Sole Global Coordinator na emissão obrigacionista de EUR 65 milhões da Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD. Esta foi a 14.^a obrigação emitida pelo Benfica liderada pelo Haitong Bank. De salientar que foi a primeira vez que a Benfica SAD acedeu ao mercado através de uma oferta pública com maturidade de cinco anos. A obrigação, com cupão de 4,65%, registou forte procura dos investidores, com a oferta pública de subscrição e a oferta pública de troca a gerarem, em conjunto, ordens de EUR 88,1 milhões, correspondentes a 1,4 vezes o montante emitido. O sucesso desta transação reforçou ainda mais a posição de liderança do Haitong Bank no mercado português de dívida e demonstrou a sua capacidade para continuar a originar e executar transações de referência para emitentes domésticos.

As expectativas nos mercados de dívida mantiveram-se elevadas no primeiro semestre de 2026, na sequência do desempenho recorde registado globalmente em 2025, o ano mais forte de sempre. Apesar de um contexto de mercado mais desafiante, a atividade manteve-se resiliente. No final do primeiro semestre de 2026, os emitentes *Investment Grade* europeus tinham captado aproximadamente EUR 1,05 biliões, face

a EUR 1,0 bilhão no mesmo período de 2025. Este aumento foi impulsionado sobretudo pelo aumento homólogo de 16% no volume de emissões soberanas, com os volumes de emissão nos restantes setores a permanecerem globalmente estáveis. A atividade de Debt Capital Markets em Portugal foi relativamente moderada, tendo-se registado apenas duas ofertas públicas obrigacionistas e uma colocação privada por emitentes portugueses durante o período.

Durante o primeiro semestre de 2026, o Haitong Bank manteve-se ativo no mercado português de **M&A**, continuando a prestar serviços de assessoria em várias transações de M&A em curso, nomeadamente nos setores das energias renováveis, construção, produção industrial e serviços industriais. Embora a execução das transações tenha avançado a um ritmo mais lento e alguns processos tenham sido adiados em resposta a um ambiente de mercado mais cauteloso, o Banco manteve um pipeline ativo de mandatos de assessoria financeira e continuou a apoiar os seus clientes ao longo da execução destas transações.

Em Portugal, o mercado de M&A registou um abrandamento substancial durante o primeiro semestre de 2026. Com base nas transações anunciadas, o valor agregado das operações diminuiu 64% em termos homólogos, para EUR 2,6 mil milhões, enquanto o número de transações caiu 20%, para 112 operações, refletindo um ambiente de maior incerteza geopolítica e macroeconómica.

No primeiro semestre de 2026, a equipa de **Corporate Derivatives** manteve uma atividade significativa em coberturas cambiais, com especial enfoque na sua Plataforma Eletrónica de FX, que continua a afirmar-se como a principal oferta tecnológica do Banco no mercado europeu.

A atividade de cobertura de commodities e taxas de juro permaneceu condicionada por um enquadramento macroeconómico ainda desafiante e elevada volatilidade nos mercados globais, levando muitas empresas a adotar uma abordagem seletiva e prudente na execução de novas transações. Contudo, a dinâmica do mercado de taxas de juro ganhou maior relevância perto do final do semestre, após o Banco Central Europeu (“BCE”) ter aumentado as suas três taxas diretoras em 25 pontos base em junho de 2026, elevando a taxa da facilidade permanente de depósito para 2,25%, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,40% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez para 2,65%, num contexto de renovadas pressões inflacionistas e maior incerteza macroeconómica. Esta alteração do enquadramento contribuiu para reforçar o foco comercial da área na originação de transações de cobertura de taxa de juro, em coordenação com os Senior Bankers, procurando identificar clientes com exposição a financiamento de médio e longo prazo e necessidade de proteção contra movimentos adicionais de subida das taxas. Em paralelo, a colaboração com a equipa de C&PF continuou a apoiar a originação de transações de cobertura de risco associadas a financiamentos, reforçando um pipeline consistente de oportunidades, particularmente no que se refere à cobertura de taxa de juro.



Perspetivas para o 2º semestre de 2026

As perspetivas para o segundo semestre de 2026 permanecem construtivas nas principais áreas de produto da Unidade de Portugal, suportadas por um pipeline diversificado, pelo envolvimento contínuo com os clientes e por uma abordagem seletiva à originação e execução. Espera-se que a Direção de C&PF beneficie de oportunidades de financiamento em curso e de uma gestão proativa da carteira, enquanto a área de Capital Markets deverá manter o foco em produtos de dívida e em janelas de emissão selecionadas, tendo em conta o ambiente de mercado ainda volátil. Em M&A Advisory, espera-se uma recuperação gradual da atividade à medida que os mandatos em curso avancem e a visibilidade de mercado melhore, enquanto a área de Corporate Derivatives deverá continuar a apoiar as necessidades de gestão de risco dos clientes.

Em C&PF, as perspetivas para os próximos meses permanecem positivas, sustentadas por um pipeline robusto e diversificado de novas transações. Espera-se que várias transações atualmente em pipeline sejam efetivamente finalizadas durante o segundo semestre, apoiando o cumprimento dos objetivos anuais de negócio, sujeito a aprovações internas, condições de mercado e execução bem-sucedida.

Os mercados de capitais deverão manter-se ativos no segundo semestre de 2026, embora as condições de emissão possam tornar-se mais exigentes e sensíveis ao contexto macroeconómico e geopolítico. Na Europa, o crescimento mais lento, a persistência de pressões inflacionistas e uma política monetária dependente da evolução dos dados poderão marcar a evolução do mercado. As tensões no Médio Oriente, a volatilidade dos preços da energia e os potenciais efeitos sobre a inflação poderão impactar as emissões de dívida, incluindo em Portugal.

Espera-se uma recuperação gradual do mercado português de M&A durante o segundo semestre de 2026, suportada pelo avanço de transações já em execução. As transações *mid-market* deverão continuar a ser o principal motor da atividade, em particular em setores como transição energética, infraestruturas, indústria e serviços empresariais. O Haitong Bank mantém-se bem posicionado para captar estas oportunidades através do seu pipeline ativo de mandatos de assessoria, experiência setorial consolidada e forte presença local no mercado português.

A equipa de Corporate Derivatives deverá focar-se sobretudo na cobertura de taxas de juro. Na sequência do recente aumento das taxas diretoras pelo BCE e com as taxas Euribor em níveis mais elevados para os prazos de 3, 6 e 12 meses no início de julho de 2026, o mercado permanece sensível à possibilidade de manutenção de uma política monetária mais restritiva ou de novos aumentos de taxas, caso as pressões inflacionistas persistam. Neste contexto, a área antecipa uma aceleração do volume de negócio captado através de soluções de cobertura de taxa de juro, em particular junto de clientes que pretendam fixar custos de financiamento em níveis ainda considerados atrativos antes de uma potencial deterioração adicional das condições de mercado. A colaboração com a equipa de C&PF deverá também continuar a ser determinante, permitindo integrar a cobertura de taxa de juro nos processos de financiamento e refinanciamento desde uma fase inicial. A equipa concentrar-se-á ainda no desenvolvimento de relações com clientes expostos a *commodities*, mantendo simultaneamente os elevados padrões de qualidade da sua Plataforma Eletrónica de FX.

Espanha

Visão Geral e Estratégia

A Espanha constitui uma unidade de negócio plenamente alinhada com a estratégia do Grupo Haitong Bank e que tem apresentado, de forma consistente, resultados financeiros positivos ao longo dos anos.

Esta unidade de negócio beneficia da experiência de uma equipa local dedicada, com capacidades de execução de excelência e fortes ligações à comunidade empresarial espanhola, bem como às principais instituições financeiras globais.

A unidade de Espanha oferece serviços completos de banca de investimento em Corporate and Project Financing, Assessoria em Fusões e Aquisições (M&A Advisory), Mercados de Capitais de Dívida (DCM) e Corporate Derivatives a grandes e médias empresas e investidores ativos em Espanha ou com interesse em explorar oportunidades de investimento no mercado espanhol.

A unidade de Espanha tem conseguido aproveitar com sucesso o negócio relacionado com a China, mantendo uma posição de liderança no segmento de M&A *cross-border* com a China, após a conclusão de numerosas transações de referência ao longo dos anos.

Esta unidade de negócio também oferece depósitos a clientes empresariais, investidores institucionais e clientes particulares (estes últimos através de plataformas online), constituindo uma importante fonte de financiamento para o Banco como um todo.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Capital Markets
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO¹

2,3 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

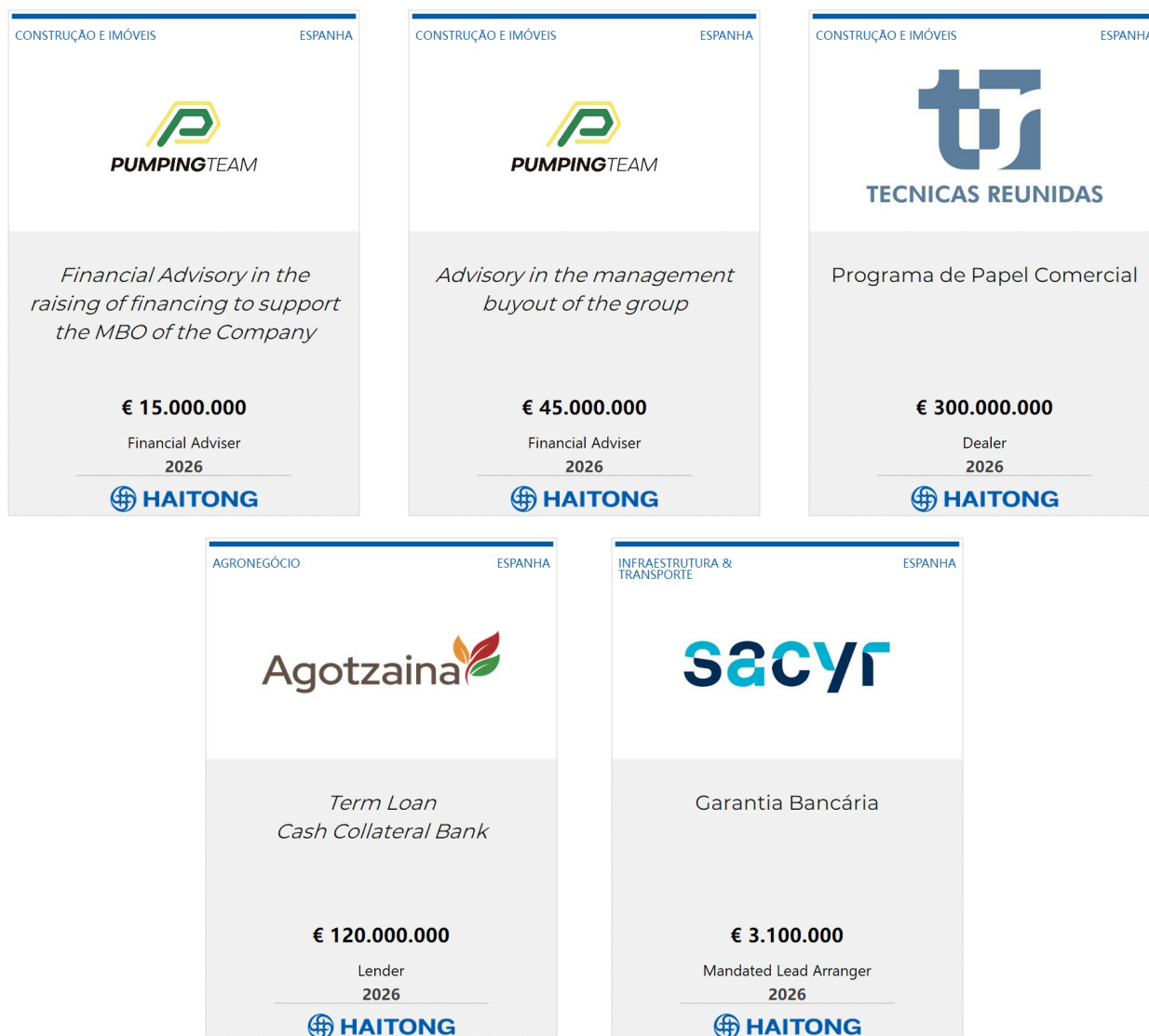
Destaques da Atividade

A unidade de Espanha registou um desempenho sólido no primeiro semestre de 2026, alcançando resultados positivos tanto em termos de Margem Financeira como de Resultado Líquido.

Este desempenho foi sobretudo impulsionado pelo crescimento da atividade de Corporate and Project Financing, beneficiando do aumento expressivo da originação de crédito em 2025 e da atividade de sindicância no primeiro semestre de 2026. A atividade de Corporate and Project Financing foi desenvolvida sob uma gestão rigorosa do risco de crédito, centrada em indústrias e setores consolidados, com níveis prudentes de alavancagem, e mantendo uma supervisão rigorosa da exposição do Banco ao risco de crédito no âmbito da sua carteira de crédito.

A assessoria financeira prestada pela unidade de Espanha no Management Buy-Out (MBO) da PumpingTeam, uma operação em que as áreas de DCM e M&A tiveram um papel determinante, reforçou igualmente o desempenho positivo da Unidade.

A atividade de Depósitos diminuiu significativamente no primeiro semestre de 2026, em especial no segmento de retalho, devido a uma abordagem mais conservadora na política de preços nos depósitos. Consequentemente, a Unidade de Espanha atingiu um volume total de depósitos de EUR 631 milhões no final do primeiro semestre do ano.



Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Não obstante as incertezas e o impacto inflacionista gerados pela Guerra do Irão no primeiro semestre do ano, a economia espanhola demonstrou uma forte resiliência, mantendo a sua trajetória de crescimento. Esta expansão foi impulsionada pelo robusto consumo privado, pela continuação da criação de emprego e pela recuperação da procura externa, em particular das exportações de serviços não turísticos, como os serviços financeiros e as soluções tecnológicas. Este ritmo positivo deverá manter-se no segundo semestre de 2026 e em 2027, uma vez que se prevê que a economia espanhola lidere a Zona Euro em termos de crescimento, com aumentos do PIB de 2,3% em 2026 e de 1,7% em 2027.

A atividade de Corporate and Project Financing deverá registar um crescimento moderado no segundo semestre do ano, suportada por perspetivas económicas robustas, pela tendência ascendente do ciclo de crédito e pelo crescimento observado no crédito privado concedido por entidades não bancárias.

Quanto ao mercado doméstico espanhol de M&A, este deverá manter-se relativamente forte, em particular nos setores das infraestruturas, transição energética, infraestruturas digitais, saúde e consolidação industrial. A atividade *cross-border* envolvendo a China e Espanha também deverá aumentar, embora sobretudo através da consolidação dos setores das energias renováveis, mobilidade automóvel, tecnologia industrial e parcerias estratégicas, ao invés de grandes aquisições transformacionais. As oportunidades mais atrativas deverão surgir em setores como a transição energética, cadeias de abastecimento relacionadas com veículos elétricos, infraestruturas e tecnologia industrial, áreas em que Espanha oferece tanto ativos estratégicos como perspetivas favoráveis de crescimento a longo prazo.

No contexto da UE, Espanha continuará a ser um dos mercados mais estratégicos para o investimento chinês, devido à sua dimensão relevante, posição privilegiada na Europa, enquadramento regulamentar favorável e ao facto de funcionar como importante porta de entrada para os países da América Latina.

Espera-se que os mercados financeiros globais permaneçam, de forma geral, positivos no segundo semestre de 2026 e ao longo de 2027, apoiados por um crescimento global moderado, pela redução da inflação e por políticas monetárias gradualmente mais acomodáticas. No entanto, o desempenho dos mercados continuará sensível à evolução geopolítica, a taxas de juro mais elevadas, a choques nos preços da energia, a tensões comerciais e a eventuais desilusões relativamente aos ganhos de produtividade impulsionados pela IA, que são atualmente pilares fundamentais das expectativas de crescimento, exigindo, por isso, uma abordagem cuidadosamente equilibrada em termos de assunção de risco.

Polónia

Visão Geral e Estratégia

Integrada na estratégia do Grupo Haitong Bank, a unidade da Polónia tem mantido um desempenho estável e sólido durante vários anos consecutivos. A orientação estratégica global permanece inalterada, continuando a unidade focada no seu modelo de negócio estabelecido e na sua carteira de clientes.

A estratégia da unidade da Polónia consiste em ligar clientes e oportunidades de negócio na Polónia, na Europa Central e na China, tirando partido das relações regionais estabelecidas e das capacidades internacionais do Grupo. Enquanto sucursal plenamente licenciada, com uma equipa dedicada de cerca de 40 profissionais sediados em Varsóvia, esta unidade de negócio é reconhecida pela prestação de serviços eficientes e de elevada qualidade, alinhados com padrões exigentes e as melhores práticas de mercado.

A equipa na Polónia é parte integrante das operações globais do Haitong Bank, beneficiando da ampla experiência global do Grupo, da sua vasta base de investidores e do seu significativo alcance internacional. Ao longo dos anos, a unidade da Polónia demonstrou igualmente a sua experiência em Fusões e Aquisições (M&A), facilitando transações *cross-border* entre a China e os mercados da Europa Central.

O modelo de negócio da unidade da Polónia continua assente numa combinação equilibrada de receitas, oferecendo uma gama abrangente de serviços de banca de investimento, incluindo Corporate and Project Financing, Assessoria em Fusões e Aquisições (M&A Advisory), Fixed Income, Mercados de Capitais de Dívida (DCM), Corporate Derivatives e Depósitos. Estes serviços são adaptados às necessidades de grandes e médias empresas e investidores que operam na Polónia, apoiando os clientes na concretização dos seus objetivos estratégicos, de financiamento e de gestão de risco.

Embora a estratégia central não tenha sofrido alterações, a unidade da Polónia expandiu a sua atividade de investimento para incluir obrigações do Tesouro polaco. Esta nova área oferece uma oportunidade vantajosa de retorno ajustado ao risco, suportada pelo atual enquadramento das taxas de juro e pelo forte perfil de crédito dos instrumentos soberanos. O investimento em obrigações do Tesouro polaco complementa o modelo de negócio existente e reforça a capacidade da Unidade para gerar rendimento estável, mantendo simultaneamente uma abordagem prudente ao risco.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Fixed Income
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Debt Capital Markets (DCM)
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO¹

3,9 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

O mercado financeiro polaco manteve-se altamente competitivo no primeiro semestre de 2026. Apesar dos fatores geopolíticos adversos a nível global, nomeadamente a volatilidade dos preços da energia associada às tensões no Médio Oriente e à continuação da guerra na Ucrânia, a economia polaca demonstrou uma resiliência assinalável, com um crescimento estável do PIB de 3,5%, impulsionado pelo consumo privado e pela aceleração da absorção de fundos da UE, uma inflação reduzida de 2,5% e uma taxa de desemprego inferior à média da UE.

O mercado financeiro polaco foi impulsionado pelas prioridades de estabilização do Banco Nacional da Polónia, que estabeleceu uma taxa de referência ligeiramente mais baixa, de 3,75%. Além disso, o excedente sistémico de liquidez no setor bancário conduziu a um novo reforço da indústria financeira e a um ambiente de concorrência cada vez mais intenso. Em contrapartida, o setor industrial continuou sujeito a persistentes pressões sobre os custos de base, em consequência dos elevados custos da energia e dos atrasos nos pagamentos.

O foco da unidade da Polónia manteve-se na preservação das relações com clientes. As suas atividades de banca de investimento centraram-se sobretudo em financiamentos através das atividades de Corporate and Project Financing e de DCM, bem como nos serviços de assessoria financeira em transações prestados pela equipa de M&A. Estes serviços foram complementados por produtos de Tesouraria local, incluindo depósitos oferecidos a clientes empresariais e instituições financeiras e derivados relacionados com financiamentos.

A atividade de **Corporate and Project Financing (CP&F)** na Polónia continuou a crescer no primeiro semestre de 2026, proporcionando financiamentos e garantias corporativas a clientes empresariais que operam na Polónia. A carteira de ativos em aberto manteve-se bem diversificada entre setores como TMT, Imobiliário, Construção, Transportes e Instituições Financeiras.

No primeiro semestre de 2026, a unidade da Polónia do Haitong Bank contribuiu ativamente com novos ativos de crédito para a carteira do Banco, em particular provenientes do setor financeiro. Com base na cooperação sólida e recorrente entre Unidades do Banco, espera-se que novos projetos relacionados com o setor financeiro continuem ao longo de 2026.

Quanto à atividade de **Debt Capital Markets (DCM)** na Polónia, esta manteve-se focada na originação e execução de emissões obrigacionistas domésticas, bem como no suporte a emitentes de obrigações em circulação organizadas pelo Haitong Bank. Esta atividade permaneceu sob pressão devido ao mercado dos bancos comerciais com excesso de liquidez e, consequentemente, tornou-se muito competitiva em termos do financiamento oferecido às empresas no país. As *yields* das obrigações corporativas apresentaram uma tendência descendente, a par de uma diminuição do número de emissões, apesar do aumento do valor das tranches individuais.

No primeiro semestre de 2026, a equipa de DCM de Varsóvia atuou como *Co-Arranger*, juntamente com os maiores bancos domésticos da Polónia, numa emissão obrigacionista da Atal, uma empresa do setor imobiliário. A capacidade de subscrição do Haitong Bank permitiu aos emitentes maximizar a dimensão das emissões e otimizar o custo de financiamento obtido no mercado.

No primeiro semestre de 2026, o mercado europeu de **M&A** foi afetado pelo abrandamento contínuo das principais economias da UE, enquanto as tensões geopolíticas no Irão e as renovadas pressões inflacionistas penalizaram o sentimento global nos mercados. O mercado polaco de M&A refletiu igualmente este contexto de maior prudência, sugerindo que a atividade transacional poderá ter atingido o seu ponto mais baixo, na UE e, em particular, na Polónia, antes de uma recuperação gradual esperada no segundo semestre de 2026.

Apesar do interesse dos investidores, a equipa de M&A em Varsóvia enfrentou desafios relevantes, incluindo um mercado local altamente competitivo, menor capacidade de expansão das empresas chinesas, tensões globais e divergências de avaliação. Ainda assim, a equipa continuou a cooperar estreitamente com outras entidades do Grupo Guotai Haitong a nível global: a sua elevada competência em transações *cross-border* complexas – cada vez mais exploradas não só entre a Polónia e a China, mas também em toda a região da Europa Central e de Leste – voltou a ser demonstrada no primeiro semestre de 2026.

Durante este semestre, a equipa de M&A de Varsóvia atuou com sucesso como assessora financeira da Van Mossel Automotive Group – uma das maiores redes europeias de retalho automóvel – na sua entrada estratégica no mercado polaco através da aquisição da Auto Idea, um importante grupo doméstico de concessionários Mercedes-Benz. A transação recebeu aprovação em matéria de concorrência em junho e deverá ser concluída no início do segundo semestre de 2026. Adicionalmente, a equipa de M&A de Varsóvia está atualmente a executar um pipeline de projetos em curso em vários setores e em diferentes fases de desenvolvimento.

Em conclusão, o primeiro semestre de 2026 foi um período de grande atividade para a unidade da Polónia do Haitong Bank, com especial enfoque na prioridade estratégica desta Unidade de aumentar a dimensão do balanço num ambiente muito competitivo.

Globalmente, o primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma atividade significativa da Unidade de Varsóvia do Haitong Bank, com especial enfoque no avanço da sua prioridade estratégica de expansão do balanço num enquadramento de mercado cada vez mais competitivo.

FIG

POLÓNIA



Mobilize
FINANCIAL SERVICES
RCI Banque S.A.
Branch in Poland

Loan Facility

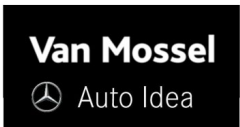
PLN 75.000.000

Lender
2026



AUTO

PAÍSES BAIXOS /
POLÓNIA



Van Mossel
Auto Idea

Financial Advisory to Van Mossel Automotive Group in the acquisition of Auto Idea (Pending Completion)

Financial Adviser
2026



CONSTRUÇÃO E IMÓVEIS

POLÓNIA



ATAL

Emissão de Obrigações

PLN 260.000.000

Co-Arranger
2026



Perspetivas para o 2º semestre de 2026

As perspetivas económicas para a Polónia permanecem positivas, com o esperado crescimento do PIB suportado pela forte aplicação de fundos da UE alocados a infraestruturas públicas, defesa e transição energética. Espera-se que o investimento das empresas privadas permaneça moderado, refletindo as recentes indicações das autoridades decisores de política monetária polacas no sentido da manutenção das taxas de juro nos atuais níveis. Prevê-se que, durante o segundo semestre de 2026, os mercados financeiros domésticos sejam marcados pela manutenção de elevada liquidez no setor bancário, com um fluxo estável de capital local para os mercados acionista e obrigacionista. Ainda assim, a equipa polaca espera assistir à compressão de margens e à manutenção de rácios de crédito não produtivo em mínimos históricos no setor bancário.

No segundo semestre de 2026, a equipa de Varsóvia deverá dedicar-se aos refinanciamentos em curso, tanto nas áreas de financiamento por dívida bancária como de DCM. Os novos projetos em análise permitirão à Unidade prosseguir a expansão do seu balanço através da concessão de crédito de curto e médio prazo, bem como através de investimentos em obrigações corporativas. Os novos mandatos em curso referem-se a garantias, DCM e linhas de crédito nos setores da construção, energias renováveis, engenharia e financeiro.

Espera-se que o mercado de M&A registe uma melhoria gradual no segundo semestre de 2026. A unidade da Polónia continuará a desenvolver os projetos em curso nos setores das energias renováveis, alimentação, farmacêutico, bens de consumo e IT, mantendo-se bem posicionada para captar novas oportunidades emergentes na Europa Central e de Leste.

Reino Unido

Visão Geral e Estratégia

A unidade do Reino Unido do Haitong Bank capitaliza a sua vasta experiência dos mercados do Reino Unido e internacionais, focando-se em dois pilares de negócio principais: Corporate and Project Financing (CP&F) e Assessoria em Fusões e Aquisições (M&A Advisory). Com uma base diversificada de clientes no Reino Unido e nos mercados internacionais, a unidade disponibiliza aconselhamento e soluções à medida para ajudar os clientes a responder a necessidades complexas de financiamento e a executar transações *cross-border*.

A atividade de Corporate and Project Financing oferece uma ampla gama de soluções de financiamento em vários setores, incluindo financiamento corporativo, financiamento de projetos e de aquisições, bem como financiamento garantido por ativos. Tendo como clientes principais multinacionais, investidores institucionais e *private equity sponsors*, a equipa sediada em Londres dispõe de vasta experiência na originação, estruturação, organização e financiamento de transações complexas em diversas classes de ativos e jurisdições. A equipa de Corporate and Project Financing procura disponibilizar aos clientes o capital e a experiência estratégica necessários para apoiar o crescimento e o desenvolvimento ao longo do ciclo de vida do negócio. Esta unidade tem vindo a executar transações de C&PF em várias moedas no Reino Unido, nos EUA e em outros mercados europeus.

A atividade de M&A disponibiliza uma oferta abrangente de serviços de assessoria, tanto em mandatos de *buy-side* como de *sell-side*. Estes serviços incluem aconselhamento estratégico em fusões e aquisições, avaliação, análise de viabilidade e estruturação de transações. A equipa desempenha um papel importante no apoio a empresas internacionais e chinesas, bem como a *financial sponsors*, na identificação, avaliação e execução de oportunidades de crescimento, tanto no Reino Unido como nos mercados internacionais.

A unidade do Reino Unido é um parceiro de confiança, combinando uma forte experiência no mercado local com uma perspetiva global. Tirando partido da sua presença consolidada no Reino Unido, juntamente com amplas capacidades internacionais, a unidade do Reino Unido do Haitong Bank disponibiliza soluções personalizadas e flexíveis, adaptadas às necessidades específicas de cada cliente. O seu foco contínuo na excelência, nas relações de longo prazo com os clientes e na criação de valor reforça ainda mais o seu posicionamento como instituição financeira fiável e orientada para o futuro.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ M&A Advisory

PRODUTO BANCÁRIO¹

1,2 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

A atividade global durante o primeiro semestre de 2026 manteve-se resiliente, apesar de um enquadramento macroeconómico misto. A redução da inflação e a descida gradual dos custos de financiamento apoiaram a atividade de financiamento, enquanto o aumento das tensões geopolíticas e a volatilidade nos mercados de energia reforçaram o investimento em infraestruturas estratégicas e ativos relacionados com energia. Os mercados financeiros beneficiaram de maior visibilidade quanto à trajetória das taxas de juro face aos anos anteriores, sustentando uma renovada confiança dos mutuários e uma atividade de investimento consistente nos setores de infraestruturas, transição energética e principais setores corporativos. Neste contexto, as atividades de Corporate and Project Financing, em particular, mantiveram uma dinâmica positiva, impulsionadas por necessidades de refinanciamento, novos projetos de investimento e procura continuada por soluções flexíveis de capital.

Os mercados de financiamento mantiveram-se altamente competitivos ao longo do período, à medida que os financiadores procuraram alocar liquidez a uma ampla gama de setores. A atividade de refinanciamento continuou a representar uma parte significativa do fluxo de transações, já que os mutuários aproveitaram a melhoria das condições de financiamento para otimizar estruturas de capital e alargar maturidades da dívida. Ao mesmo tempo, a atividade de investimento manteve-se robusta em infraestruturas, energias renováveis, armazenamento em baterias, infraestruturas digitais e ativos de transporte, refletindo a procura continuada por ativos alinhados com tendências de crescimento de longo prazo.

Durante o primeiro semestre do ano, a equipa de **Corporate and Project Financing** manteve-se ativamente envolvida na avaliação e execução de oportunidades de financiamento nos setores de infraestruturas, energia, imobiliário e corporativo. Foi atribuída particular relevância a investimentos em infraestruturas, energia e transição energética, incluindo a participação no refinanciamento de uma carteira de ativos operacionais de geração de energia a gás natural, suportados por receitas contratualizadas de longo prazo, bem como no financiamento de um projeto de exportação e processamento de gás natural liquefeito de grande escala. Estas transações refletem o interesse contínuo dos investidores por ativos que apoiam a segurança energética, promovem a transição energética e proporcionam maior visibilidade de *cash flows* a longo prazo. A amplitude da cobertura setorial permitiu à unidade manter um *pipeline* diversificado de oportunidades de negócio, assegurando simultaneamente um enquadramento disciplinado de subscrição e gestão de risco.

No que respeita à atividade de **M&A**, o primeiro semestre de 2026 registou uma melhoria gradual do sentimento de mercado face ao ano anterior. A redução dos custos de financiamento, a melhoria das condições nos mercados de capitais e uma maior estabilidade das avaliações contribuíram para um aumento do diálogo entre compradores estratégicos, *financial sponsors* e empresas vendedoras. Embora os prazos de execução das transações tenham permanecido relativamente longos, em particular nas operações *cross-border* de maior dimensão, os pipelines de transações foram reforçados em vários setores.

A atividade manteve-se concentrada em setores impulsionados pelas tendências estruturais de longo prazo, incluindo tecnologia, infraestruturas digitais, transição energética, indústria e serviços empresariais. Os compradores corporativos mantiveram o foco em aquisições estratégicas com potencial de crescimento, de eficiência operacional acrescida e reforço tecnológico, enquanto os investidores de *private equity* procuraram, de forma seletiva, oportunidades em que as expectativas de avaliação se tornaram mais alinhadas com as condições de mercado dominantes.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Perspetivando o segundo semestre de 2026, as perspetivas para a economia do Reino Unido permanecem moderadamente positivas. Embora se espere que as pressões inflacionistas diminuam a médio prazo, a trajetória de regresso à meta do Banco de Inglaterra continua sujeita a fatores externos, incluindo a evolução dos preços da energia. Espera-se que as taxas de juro continuem a seguir uma tendência descendente à medida que a inflação abranda, apoiando o investimento empresarial, a atividade nos mercados de capitais e o consumo privado. Embora se preveja que o crescimento económico permaneça moderado, a melhoria das condições financeiras deverá apoiar a atividade de negócio em vários setores.

As tensões geopolíticas, a incerteza associada ao comércio internacional e as potenciais implicações das medidas de consolidação orçamental nas principais economias continuam a representar riscos relevantes para as perspetivas económicas, exigindo uma monitorização contínua e rigorosa. No entanto, espera-se que estes desafios sejam parcialmente mitigados pelo investimento sustentado em infraestruturas, na transição energética e em ativos digitais, que permanecem prioridades fundamentais das políticas públicas e das estratégias de investimento no Reino Unido e na Europa.

Nos mercados de financiamento, espera-se que a atividade de refinanciamento continue a ser um importante motor dos volumes de transações, enquanto as oportunidades de investimento em infraestruturas, energia, transição energética, armazenamento em baterias, transportes e infraestruturas digitais deverão continuar a atrair forte interesse de financiadores e investidores. A melhoria das condições de financiamento poderá igualmente contribuir um impulso adicional ao financiamento de aquisições e a transações apoiadas por *sponsors*.

As perspetivas para a atividade de M&A são igualmente construtivas. Um enquadramento de financiamento mais favorável e fundamentos corporativos resilientes deverão apoiar a execução de transações, enquanto os balanços das empresas e o capital de *private equity* continuam a representar fontes substanciais de potencial atividade de negócio. Espera-se que os setores ligados à tecnologia, transição energética, infraestruturas digitais e transformação industrial permaneçam áreas-chave.

Neste contexto, a unidade do Reino Unido inicia o segundo semestre de 2026 com um pipeline robusto de oportunidades de financiamento e assessoria. A equipa mantém-se focada no aprofundamento das relações com clientes, no alargamento da cobertura setorial e na disponibilização de soluções à medida nas atividades de Corporate and Project Financing e M&A. Mantendo uma abordagem disciplinada e centrada no cliente, a unidade de negócio está bem posicionada para apoiar os objetivos de crescimento dos clientes, reforçando, simultaneamente, as atividades do Banco no mercado do Reino Unido.

Macau

Visão Geral e Estratégia

A presença em Macau serve de porta de entrada estratégica para o Haitong Bank aceder aos mercados da China e da região Ásia-Pacífico, reforçando a sua posição como banco de investimento detido por capitais chineses com sede em Portugal. Além disso, a unidade de negócio permite o estreitamento de relações dentro do Grupo Guotai Haitong, convertendo sinergias e oportunidades em crescimento dinâmico do seu negócio.

A unidade de Macau conta com uma equipa de profissionais que têm sido fundamentais para o seu crescimento. Ao longo dos anos, esta equipa tem atingido resultados significativos, incluindo a criação e consolidação dos seus principais produtos bancários, nas áreas de Debt Capital Markets (DCM) e M&A.

As competências comprovadas da unidade de Macau, aliadas à sua capacidade de captar fluxos de negócio nos principais mercados asiáticos, fazem dela um elemento fundamental para a prossecução dos objetivos estratégicos do Haitong Bank: promover o crescimento do balanço através da originação de ativos produtivos, diversificar os fluxos de receitas e reforçar os proveitos recorrentes.

A unidade de Macau continua a alinhar o seu foco estratégico com os objetivos mais amplos do Haitong Bank, dando prioridade aos serviços financeiros *cross-border* relacionados com a China e a Ásia. Para atingir estes objetivos, a unidade de Macau pretende alargar o âmbito das suas atividades e a sua oferta de produtos, começando já num futuro próximo pelos depósitos e produtos financeiros. Esta visão sustenta a ambição da unidade de Macau de se tornar uma instituição financeira de referência na região.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Debt Capital Markets (DCM)
- ✓ Fixed Income
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Corporate Solutions
- ✓ Depósitos ²

PRODUTO BANCÁRIO¹

2,1 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

² Em implementação

Destaques da Atividade

A Unidade de Macau continuou a executar a sua atividade com foco em oportunidades *cross-border* que ligam a China Continental, Hong Kong, Macau, a Ásia-Pacífico e mercados internacionais selecionados. No primeiro semestre de 2026, a unidade manteve a dinâmica em Mercados de Capitais de Dívida (DCM), Fixed Income, Corporate Solutions e Assessoria em Fusões e Aquisições (M&A Advisory), ao mesmo tempo que avançou em iniciativas destinadas a alargar a sua base de financiamento e a apoiar a próxima fase de crescimento.

Em **Mercados de Capitais de Dívida (DCM)**, a unidade participou num conjunto diversificado de emissões obrigacionistas *cross-border*, atuando como Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager e Joint Bookrunner, Placement Agent ou Dealer. As transações foram predominantemente realizadas para emitentes da China Continental e de Hong Kong, denominadas em CNY e USD, e cotadas sobretudo na MOX (Macau) e na Bolsa de Valores de Hong Kong.

Esta unidade participou em 16 emissões obrigacionistas durante o primeiro semestre de 2026, no montante aproximado de USD 1,78 mil milhões em emissões obrigacionistas denominadas em USD e CNY 4,68 mil milhões em emissões denominadas em CNY, demonstrando uma execução continuada tanto nos mercados internacionais como nos mercados de capitais em renminbi. Entre as transações de referência incluem-se a emissão *social bond* da Qingdao Pingdu Holdings Group no montante de USD 200 milhões, a emissão de obrigações da Longkou Urban Rural Construction Investment Development no montante de CNY 750 milhões e a emissão de obrigações da Huafa Investment Holding, no montante de CNY 500 milhões.

A unidade também expandiu o seu pipeline de **M&A cross-border** na Europa e na Ásia, com mandatos de *buy-side* e de *sell-side*. Durante o primeiro semestre de 2026, a Unidade executou um mandato de *sell-side* com valor aproximado de USD 200 milhões, bem como várias oportunidades de *buy-side* envolvendo Portugal, Espanha, França e outras jurisdições.

A atividade de **Fixed Income** continuou a ter um contributo importante durante o primeiro semestre de 2026. A equipa manteve-se ativa em atividades de *flow trading* e syndicação, preservando uma ampla cobertura de preços bidirecional no seu universo obrigacionista. A atividade de Fixed Income continuou a apoiar o relacionamento com clientes e a presença no mercado, com um desempenho refletindo o enquadramento de mercado prevalecente.

A equipa de **Corporate Solutions** procurou ligar clientes chineses ou da região Ásia-Pacífico ao mercado financeiro global, tirando partido do conhecimento em diversos produtos financeiros, como financiamento de projetos e financiamento de aquisições, entre outros.

Em paralelo, a unidade de Macau avançou nos trabalhos preparatórios para o futuro lançamento da atividade de captação de **Depósitos**. A iniciativa visa diversificar as fontes de financiamento, aprofundar as relações com clientes corporativos e relacionados com o Grupo, e apoiar um modelo de negócio mais equilibrado, mantendo simultaneamente um perfil de risco conservador e cumprindo os requisitos regulamentares, de resiliência operacional e de governo societário aplicáveis.

SOE CHINA  山东发展集团 SHANDONG DEVELOPMENT GROUP 3.9% Bonds due 2029 US\$ 240.000.000 Joint Lead Manager, Joint Bookrunner 2026 	SOE CHINA  民銀國際 CMBC INTERNATIONAL Bonds due 2029 US\$ 300.000.000 Joint Lead Manager, Joint Bookrunner 2026 	SOE CHINA QINGDAO PINGDU HOLDINGS GROUP CO., LTD. (青岛平度控股集团有限公司) 6.5% Social Bonds due 2029 US\$ 200.000.000 Joint Global Coordinator 2026 
SOE CHINA  华发集团 Huafa Group 科技 · 城市 · 金融 4.2% Bonds due 2029 ¥ 500.000.000 Joint Global Coordinator 2026 	SOE CHINA  交银金租 BOCOM Leasing SOFR+48bps Bonds due 2029 US\$ 750.000.000 Joint Lead Manager, Joint Bookrunner 2026 	SOE CHINA LONGKOU URBAN RURAL CONSTRUCTION INVESTMENT DEVELOPMENT CO., LTD (龙口市城乡建设投资发展有限公司) 3.5% Social Bonds due 2029 ¥ 750.000.000 Joint Global Coordinator 2026 

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Para o segundo semestre de 2026, a unidade de negócio deverá permanecer focada numa execução disciplinada nas suas principais áreas de negócio, no aprofundamento da cobertura de clientes *cross-border* e na conversão das oportunidades identificadas em transações efetivamente concluídas.

A unidade de Macau pretende continuar a tirar partido das capacidades de originação e distribuição do Grupo, alargar a sua base de clientes e contrapartes e manter uma utilização disciplinada do balanço.

A atividade de captação de depósitos é uma iniciativa estratégica em curso destinada a escalar a unidade, diversificar o financiamento e apoiar uma proposta de valor mais ampla para os clientes. Prevê-se que a iniciativa entre em funcionamento no segundo semestre de 2026, sujeita à conclusão dos requisitos aplicáveis em matéria regulamentar, de sistemas, operacional, de risco e de governo societário.

No geral, a unidade de Macau mantém-se posicionada para prosseguir um crescimento sustentável, reforçar a diversificação de receitas e aumentar a sua contribuição para o Haitong Bank, preservando simultaneamente padrões prudentes de gestão de risco e de *compliance*.

Brasil

Visão Geral e Estratégia

O Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. (Haitong Brasil) é diretamente controlado pelo Haitong Bank, S.A. (80%), sendo a participação remanescente de 20% detida pelo Grupo Bradesco.

O Haitong Brasil, sediado no centro financeiro de São Paulo, opera no país desde 2000. Alinhada com a orientação estratégica do Grupo Haitong Bank, a subsidiária brasileira oferece soluções financeiras abrangentes, prestadas por uma equipa com vasta experiência no mercado financeiro local. Os serviços de banca de investimento incluem Corporate and Project Financing (CP&F), M&A Advisory, Mercados de Capitais de Dívida (DCM), Fixed Income e Corporate Derivatives para grandes e médias empresas que operam no Brasil.

As atividades de Tesouraria são também relevantes para a unidade brasileira e incluem a gestão de carteiras de obrigações soberanas e corporativas e de financiamento, além da captação de depósitos denominados em BRL junto de clientes empresariais, investidores institucionais e particulares.

A unidade de negócio desenvolve a sua atividade tanto no Brasil como numa escala *cross-border*, capitalizando as oportunidades de negócio existentes na América Latina.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Corporate and Project Financing
- ✓ Fixed Income
- ✓ Corporate Derivatives
- ✓ Tesouraria
- ✓ M&A Advisory
- ✓ Capital Markets
- ✓ Depósitos

PRODUTO BANCÁRIO¹

2,8 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

Dado o enquadramento económico brasileiro, marcado por níveis de inflação persistentes e por uma política orçamental pública frágil que conduziu a taxas de juro mais elevadas, além das condições competitivas do sistema financeiro local ao longo do primeiro semestre de 2026, o Haitong Brasil adotou uma abordagem operacional mais conservadora, em conformidade com as orientações estabelecidas pelo Acionista.

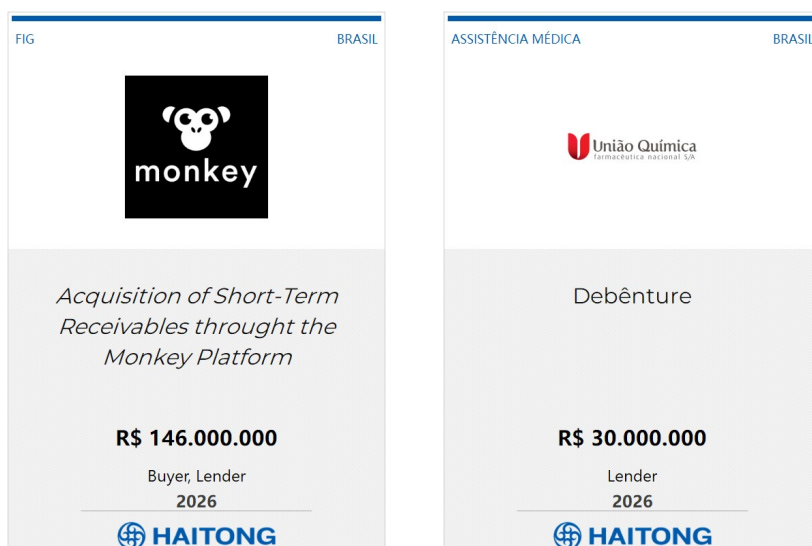
A atividade de **Corporate and Project Financing** evoluiu segundo uma abordagem prudente ao risco de crédito, focada em empresas consolidadas com métricas de crédito sólidas, reforçando simultaneamente a monitorização da carteira de crédito em aberto. Tal como em anos anteriores, a atividade de Corporate and Project Financing enfrentou condições desafiantes devido à pressão sobre preços e à concorrência acrescida nos mercados de créditos. Os bancos continuaram a estreitar as suas margens no segmento *corporate*, impulsionados por um mercado de DCM muito líquido. Ainda assim, a atividade de Corporate and Project Financing foi positiva durante o primeiro semestre de 2026 e, além de explorar oportunidades no Brasil, a área continuou a procurar transações com perfil de risco positivo noutros países da América Latina.

A atividade de **M&A** continuou a enfrentar um mercado de assessoria altamente competitivo no Brasil, situação agravada no primeiro semestre de 2026 pelo menor número de transações concluídas no país. Ainda assim, o pipeline melhorou com a obtenção de novos mandatos de assessoria em M&A no primeiro semestre do ano.

Em relação a **Corporate Derivatives**, a equipa teve como principal enfoque o reforço da oferta de produtos de FX e o alargamento da base de clientes. Para este efeito, foi desenvolvido um novo sistema automatizado de cotação de transações de FX, que ampliou o alcance da área.

No que respeita às atividades de **Fixed Income**, desenvolvidas num enquadramento de taxas de juro elevadas, a equipa conseguiu construir e gerir com sucesso uma carteira de títulos do Tesouro e obrigações corporativas, contribuindo assim para os resultados globais do Banco.

Adicionalmente, ao longo do primeiro semestre de 2026 e através da sua Direção de **Tesouraria**, o Banco no Brasil geriu a sua liquidez e disponibilizou financiamento às áreas de negócio através de recursos captados em BRL junto de investidores locais, financiando integralmente o balanço local. O *rating* atribuído pela S&P ao Haitong Brasil (“BB” numa escala global e “brAAA” numa escala local) tem apoiado consistentemente a estratégia da subsidiária de reforço do relacionamento com investidores.



Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Perspetivando o segundo semestre de 2026, a consolidação de um enquadramento macroeconómico mais estável e o reforço da confiança dos mercados exigirão progressos tangíveis em matéria de consolidação orçamental, esforços continuados de controlo da inflação e o estabelecimento de um ambiente de investimento previsível, que poderá ser afetado por desenvolvimentos geopolíticos e pelas próximas eleições presidenciais brasileiras. Embora desafiante e altamente competitivo, o sistema financeiro brasileiro deverá permanecer robusto e bem posicionado para apoiar o desenvolvimento do país.

Neste enquadramento, a equipa de Corporate and Project Financing espera concretizar novas transações ao longo do segundo semestre, enquanto a Tesouraria pretende continuar a explorar oportunidades em títulos de dívida soberana, procurando simultaneamente otimizar o custo de financiamento e assegurar uma gestão prudente da liquidez. No que respeita à atividade de Fusões e Aquisições (M&A), encontram-se em curso duas operações, para as quais se antecipa uma perspetiva favorável de concretização durante o segundo semestre do ano.

Relativamente à área de Corporate Derivatives, e tendo em conta que a expansão da base de clientes continua a constituir um dos principais desafios, o Haitong Brasil continuará a investir no desenvolvimento de soluções inovadoras, no reforço das relações com parceiros estratégicos e na identificação de novas oportunidades de negócio em diversos setores de atividade.

Fixed Income

Visão Geral e Estratégia

A unidade de Fixed Income gere as carteiras de investimento e de negociação do Haitong Bank, funcionando igualmente como plataforma de originação de novas transações e de distribuição de produtos de rendimento fixo. Tirando partido do seu conhecimento local e da sua presença internacional, a equipa facilita fluxos de operações *cross-border* e disponibiliza soluções de dívida adaptadas às necessidades de clientes institucionais em todo o mundo, oferecendo os seus serviços e capacidades nos principais mercados internacionais.

As atividades desta unidade são:

- Gestão da Carteira de Investimento;
- FI Trading/ Market Making;
- Sindicação e Vendas Institucionais.

Do ponto de vista estratégico, a unidade de Fixed Income tem vindo a reforçar a sua presença e atividade no mercado global de rendimento fixo, tornando a gestão das carteiras de investimento cada vez mais relevante para a atividade global do Banco. A equipa aprofundou ainda a sua presença junto da sua base de clientes, aumentando os fluxos de negócio e o número de clientes diretamente ligados às plataformas de negociação do Banco. Esta abordagem contribuiu igualmente para reforçar a presença do Haitong Bank nos mercados asiáticos e consolidar o papel do Banco como porta de acesso aos mercados de capitais chineses.

Apoiado por equipas dinâmicas distribuídas por vários escritórios, o Banco está a desenvolver uma sólida plataforma de execução *cross-border*, captando novos fluxos de negócio, aumentando a quota de mercado e promovendo um crescimento sustentável.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Gestão da Carteira de Investimento
- ✓ FI Trading / Market Making
- ✓ Sindicação e Vendas Institucionais

PRODUTO BANCÁRIO¹

6,3 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

Gestão da Carteira de Investimento

Em linha com os objetivos definidos para a Carteira de Investimento, a atividade registou um crescimento homólogo de 5% no primeiro semestre de 2026. A equipa realizou investimentos adicionais nos períodos em que a volatilidade atingiu níveis mais elevados e se verificou um alargamento dos spreads nos mercados de crédito, nomeadamente durante os meses de março e abril.

O foco manteve-se na preservação da qualidade da carteira de investimento, privilegiando ativos líquidos e carteiras diversificadas com reduzida concentração. Na carteira de Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI), verificou-se um aumento da rotação da carteira, aproveitando as oportunidades de mercado que surgiram ao longo do semestre.

A carteira de investimento registou uma rentabilidade de 1,32% no primeiro semestre de 2026. Este desempenho foi sustentado pela evolução favorável dos mercados obrigacionistas internacionais, refletida nas rentabilidades dos índices de referência, de 1,30% do índice Euro Aggregate e de 6,18% do índice norte-americano equivalente (face a 0,84% e 4,02%, respetivamente no período homólogo).

Trading e Market Making

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo conflito entre os Estados Unidos e o Irão, que impulsionou os preços da energia, influenciou a orientação da política monetária na Zona Euro através do aumento das taxas de juro e levou os investidores a reavaliarem as expectativas relativamente às futuras decisões da Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed). Embora os dados de inflação divulgados em junho tenham sido encorajadores, um eventual agravamento da situação e o fim do cessar-fogo poderão criar novos desafios para o recém-nomeado Presidente da Fed. Se, no início de 2026, os mercados antecipavam uma possível redução das taxas de juro, atualmente incorporam a probabilidade de uma subida já em outubro deste ano.

O anúncio de novas tarifas, a par do aumento da dívida pública nas principais economias desenvolvidas, tem vindo a exercer pressão sobre as taxas de juro de mercado, refletindo-se em maiores níveis de volatilidade e num enquadramento mais desafiante para a atividade de negociação, apesar da resiliência demonstrada pelo mercado de crédito. Com os *spreads* em níveis historicamente baixos e as taxas de juro a pressionarem a liquidez existente, os investidores têm-se mantido cautelosos, aguardando uma maior clarificação relativamente ao conflito no Estreito de Ormuz antes de assumirem mais risco. Neste enquadramento, as estratégias de valor relativo, explorando a curva de rendimentos e operações de *spread*, constituíram uma alternativa às opções puramente direcionais.

Sindicação e Vendas Institucionais

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um contexto de mercado volátil, impulsionado por tensões geopolíticas, volatilidade dos preços da energia e alterações das expectativas em torno da política monetária. Os *spreads* de crédito alargaram-se durante períodos de maior aversão ao risco, recuperando parcialmente à medida que as condições de mercado estabilizaram, enquanto os mercados acionistas também recuperaram após uma correção inicial. Neste contexto, a atividade de syndicação manteve-se focada em emitentes ibéricos de elevada qualidade e amplamente reconhecidos pelo mercado, com especial incidência no segmento de Papel Comercial de curto prazo.

No primeiro semestre de 2026, a equipa de Sindicação/Vendas Institucionais participou em 53 transações, sendo de salientar:

- Técnicas Reunidas ECP (“Euro Commercial Paper”), no montante total de 36 milhões de euros;
- CUF ECP, no montante total de 6,2 milhões de euros;
- Visabeira ECP, no montante total de 32,8 milhões de euros;
- GVOLT ECP, no montante total de 27,35 milhões de euros; e
- Mota ECP, no montante total de 51,4 milhões de euros.

Ao longo do semestre, a equipa de Vendas Institucionais continuou a expandir com sucesso a sua base de clientes institucionais ativos, mantendo uma forte presença na atividade de intermediação de títulos, com especial enfoque na colocação de Papel Comercial, tanto no formato português como no formato espanhol.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

A atividade de Fixed Income deverá manter a sua abordagem conservadora ao longo do segundo semestre de 2026, continuando a acompanhar de perto os indicadores macroeconómicos, o desempenho dos principais mercados e a evolução do contexto geopolítico. Esta abordagem disciplinada continuará a privilegiar a qualidade, a liquidez e a diversificação, com o objetivo de alcançar as metas e os objetivos orçamentados para o ano de 2026.

A equipa de Gestão da Carteira de Investimento continuará a adotar uma abordagem prudente na gestão da carteira de investimento, mantendo uma monitorização atenta dos indicadores económicos e dos desenvolvimentos geopolíticos. A sua atuação continuará a assentar nos princípios fundamentais de qualidade de crédito, diversificação e reduzida concentração das exposições.

No que respeita à área de Trading and Market Making, esperamos uma melhoria na liquidez, com foco nos segmentos de curto prazo das curvas de rendimento, especialmente no caso de a Reserva Federal conseguir adiar os aumentos das taxas de juros sem comprometer a sua credibilidade. Isso dependerá dos mercados de energia e do seu impacto na inflação.

Relativamente à área de Sindicação e Vendas Institucionais, a equipa deverá manter um ritmo sólido de colocação de *Euro Commercial Paper*, procurando simultaneamente reforçar a sua participação em operações de mercado de capitais de maturidade mais longa junto da sua base de emitentes.

Haitong Global Asset Management

Visão Geral e Estratégia

A Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (HGAM) é uma subsidiária integralmente detida pelo Haitong Bank, S.A., que, em 2022, fundiu e integrou as atividades de gestão de ativos do Haitong Bank na sua plataforma consolidada de *private equity*. Esta integração estratégica constituiu um marco importante, reforçando significativamente o âmbito e a diversidade da oferta de produtos e permitindo a introdução de estratégias de investimento inovadoras e o lançamento de novos fundos, consolidando a sua posição nos setores da gestão de ativos e de *private equity*.

A estratégia da HGAM centra-se na promoção de crescimento sustentável e de valor a longo prazo, através de uma combinação de inovação, gestão de risco e soluções centradas no cliente. Os principais pilares desta estratégia incluem:

- **Soluções Centradas no Cliente:** criação de estratégias de investimento personalizadas para responder aos objetivos de risco-rentabilidade de cada cliente, com transparência e responsabilidade;
- **Produtos Inovadores:** utilização de ferramentas avançadas e de conhecimento de mercado para desenvolver investimentos prospetivos que proporcionem resultados fiáveis;
- **Crescimento Global:** expansão para mercados estratégicos, desenvolvimento de parcerias e reforço das capacidades internacionais para melhor servir os clientes;
- **Solidez Operacional:** garantia de investimentos seguros e eficientes através de uma estrutura organizacional robusta, gestão de risco e *compliance*.

Com base na sólida experiência do Haitong Bank Group nos mercados asiáticos e no seu historial consolidado na Europa, a HGAM combina perspetivas globais com conhecimento local especializado. A Sociedade gere uma carteira diversificada de mandatos e ativos públicos e privados, com foco na maximização dos retornos absolutos, respeitando simultaneamente o perfil de risco de cada cliente e as orientações específicas de cada mandato.

A HGAM norteia a sua atividade pelos princípios da Especialização, Agilidade e Transparência, que sustentam o seu compromisso com a excelência. A equipa de gestão conta, em média, com mais de 25 anos de experiência em investimento, proporcionando uma vantagem competitiva no crescimento dos Ativos sob Gestão. Esta combinação de experiência e conhecimento reforça o posicionamento da HGAM como parceiro de confiança para clientes que procuram soluções de investimento personalizadas e inovadoras.

ÁREAS DE NEGÓCIO

- ✓ Asset Management
- ✓ Private Equity

PRODUTO BANCÁRIO¹

1,1 milhões de euros

¹ Fonte: Haitong Bank (Informação de Gestão de junho de 2026 – informação não estatutária)

Destaques da Atividade

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma sequência de acontecimentos políticos e geopolíticos com impacto significativo nos mercados financeiros, num contexto em que a atividade económica global se revelou mais resiliente do que inicialmente previsto.

A reintrodução de uma tarifa universal de 10% pela Administração norte-americana, posteriormente aumentada para 15%, contribuiu para o agravamento das tensões comerciais globais, situação que foi ainda exacerbada, no final de fevereiro, pela intensificação do conflito envolvendo os Estados Unidos, Israel e o Irão. O conflito provocou o encerramento efetivo do Estreito de Ormuz, através do qual transita cerca de 20% do petróleo mundial, impulsionando o Brent para níveis acima dos USD 100 por barril. O cessar-fogo alcançado em abril e o memorando de entendimento assinado em junho permitiram uma normalização progressiva dos preços da energia: no final do semestre, a cotação do Brent situava-se em USD 72,92 por barril, após uma redução de 38% no segundo trimestre, correspondente à maior descida trimestral desde 2020, mantendo-se, contudo, aproximadamente 20% acima do nível verificado no final de 2025.

As políticas monetárias tornaram-se mais restritivas em ambos os lados do Atlântico. Nos Estados Unidos, a economia continuou a demonstrar resiliência, sustentada por um crescimento homólogo de 29,4% nos resultados das empresas que integram o S&P 500 no primeiro trimestre. Em junho, a Reserva Federal, sob a liderança de Kevin Warsh, decidiu manter a taxa dos fundos federais no intervalo de 3,50% a 3,75%, enquanto as projeções do FOMC continuam a apontar para a possibilidade de um novo aumento das taxas de juro até ao final do ano. Na Zona Euro, o enquadramento macroeconómico revelou-se mais desafiante, com o PIB a contrair 0,2% no primeiro trimestre e a inflação a acelerar para 3,2% em maio. Perante este contexto, o Banco Central Europeu reforçou a orientação restritiva da política monetária, aumentando as suas taxas diretoras em 25 pontos base em junho e elevando a taxa da facilidade permanente de depósito para 2,25%.

Os mercados acionistas registaram uma forte recuperação após a correção observada no primeiro trimestre, com o MSCI All Country World Index a subir 14,5% no segundo trimestre de 2026, alcançando o seu melhor desempenho trimestral desde 2020. Consequentemente, o índice encerrou o primeiro semestre do ano com uma valorização de cerca de 10%, com os índices europeus suportados pela normalização dos preços da energia e os mercados asiáticos a registarem ganhos particularmente expressivos.

Num enquadramento geopolítico desafiante, marcado por políticas monetárias mais restritivas e perturbações nos mercados de energia, a HGAM manteve uma abordagem de investimento disciplinada e flexível. As carteiras iniciaram o semestre com um posicionamento prudente, caracterizado por níveis de liquidez superiores à média e por uma sobreponderação dos setores da energia e defensivos, o que se revelou decisivo para mitigar o impacto da turbulência de mercado observada nos meses de fevereiro e março. À medida que as condições de mercado foram melhorando e a confiança dos investidores recuperou, o posicionamento das carteiras foi sendo gradualmente ajustado, mantendo sempre um forte enfoque na gestão do risco e na preservação do capital.

De um modo geral, o primeiro semestre de 2026 foi um período importante para a HGAM, marcado pela conclusão da migração dos fundos de Luxemburgo para Portugal, pelo reforço contínuo da sua plataforma de *private equity* e pelo foco da equipa no crescimento disciplinado, na estabilidade operacional e nos interesses de longo prazo dos clientes.

Expansão dos Ativos sob Gestão e Novas Áreas de Negócio

Após a expansão recorde de 2025, o ano de 2026 perfilava-se como um ano de consolidação dos Ativos sob Gestão da HGAM, centrado na assimilação do crescimento registado no ano anterior e dos novos produtos lançados desde então, continuando simultaneamente a alargar a plataforma de forma disciplinada.

Em fevereiro de 2026, a HGAM concluiu a migração dos seus fundos de referência de Luxemburgo para Portugal. A plataforma de produtos continuou a alargar-se, com a constituição de uma sociedade de investimento imobiliário no primeiro semestre de 2026, elevando para cinco o número de sociedades de investimento imobiliário sob gestão da HGAM. Além disso, a equipa preparou, ao longo do semestre, o lançamento do Haitong Short Term Fund – um fundo obrigacionista que investe em maturidades de muito curto prazo - que ocorreu a 1 de julho de 2026.

Os Ativos sob Gestão ascendiam a EUR 326 milhões em 30 de junho de 2026, um aumento de EUR 23 milhões face aos EUR 303 milhões registados no final de 2025, sustentando a trajetória de crescimento da Sociedade após a expansão recorde do ano anterior.

Desempenho das Carteiras e Atividade de Investimento

As estratégias de mercados públicos da Sociedade registaram um desempenho sólido no primeiro semestre de 2026, navegando com sucesso um dos trimestres mais desafiantes dos últimos anos, a que se seguiu uma forte recuperação dos mercados.

A 27 de fevereiro de 2026, a HGAM concluiu a migração dos fundos White Fleet de Luxemburgo para Portugal, iniciativa que marcou a conclusão bem-sucedida da transformação estratégica iniciada em 2020. Estes fundos encontravam-se anteriormente alojados numa plataforma da UBS no Luxemburgo, onde a HGAM atuava apenas como gestora de investimento; atualmente, estes fundos funcionam como sub-fundos da HGAM Fundos OICVM, um organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS) domiciliado em Portugal. Assim, a HGAM assume a função de sociedade gestora do Haitong Flexible Fund e do Haitong Aggressive Fund.

A nova estrutura gera poupanças operacionais que beneficiam diretamente os investidores: o Haitong Flexible Fund (Classe A) registou uma rentabilidade de 6,07% no primeiro semestre de 2026, com uma volatilidade anualizada de 8,09%, refletindo a sua abordagem diversificada e equilibrada, enquanto o Haitong Aggressive Fund (Classe A) registou uma rentabilidade de 9,31%, beneficiando da forte recuperação dos mercados acionistas europeus no segundo trimestre. A 30 de junho de 2026, o Haitong Flexible Fund e o Haitong Aggressive Fund detinham, respetivamente, EUR 41,7 milhões e EUR 16,4 milhões de Ativos sob Gestão.

Nas restantes estratégias de mercados públicos, o Haitong China Bond Fund registou uma rentabilidade de 0,81% no primeiro semestre de 2026, suportado pelo seu enfoque em emissores chineses *investment grade* denominados em USD, enquanto a nota estruturada Haitong Carbon Blend valorizou 3,40%, continuando a contribuir positivamente para os resultados dos clientes.

Nos mercados privados, o Haitong Private Equity Fund chegou a acordo para a venda de uma participação numa das empresas detidas, tendo a transação sido liquidada em julho de 2026, após a data de reporte.

Relação com o Cliente

A gestão de clientes manteve-se uma prioridade para a Sociedade durante o primeiro semestre de 2026, com a equipa a assegurar uma comunicação regular através de atualizações de mercado, teleconferências e reportes personalizados, em particular durante o período de maior volatilidade dos mercados em fevereiro e março.

A HGAM, em conjunto com o Haitong Bank, tem vindo a desenvolver um projeto para disponibilizar os fundos de investimento da Sociedade aos clientes do Haitong Bank através da sua plataforma de Online Banking, acrescentando um novo canal de distribuição para os produtos da HGAM. Espera-se que o projeto fique concluído no segundo semestre de 2026.

A equipa mantém o compromisso de preservar um diálogo contínuo que reforce a confiança, especialmente em períodos de incerteza de mercado, e de apoiar relações de longo prazo assentes numa comunicação clara e em expectativas alinhadas.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Para o segundo semestre de 2026, a HGAM mantém uma visão cautelosamente construtiva, embora reconhecendo a persistência de um enquadramento desafiante. A evolução da situação geopolítica continuará a ser um fator determinante para o comportamento dos mercados, uma vez que a recuperação dos ativos de risco beneficiou significativamente do cessar-fogo de abril e do memorando de entendimento celebrado em junho entre os Estados Unidos e o Irão. Apesar desta melhoria, a trajetória dos mercados permanece dependente dos desenvolvimentos diplomáticos na região. Em paralelo, espera-se uma progressiva dissipação do impacto do conflito nos preços da energia, favorecendo um contexto mais estável para o crescimento económico e para a inflação.

A política monetária continuará a desempenhar um papel fundamental na definição do panorama económico e financeiro. Na Europa, espera-se que a atividade recupere gradualmente de um débil primeiro semestre e, com a inflação core sob pressão, o Banco Central Europeu poderá voltar a aumentar as taxas já em setembro. Nos Estados Unidos, os dados de junho evidenciaram a desaceleração esperada da inflação, enquanto a atividade se manteve resiliente. Espera-se que a Reserva Federal mantenha as taxas inalteradas no curto prazo, com uma possível subida até ao final do ano e qualquer ciclo de flexibilização reservado para 2027. A Inteligência Artificial continua a ser um tema central nos mercados, com o ciclo de investimento ainda numa fase relativamente inicial, suportando as valorizações das empresas mais expostas a este setor, ao mesmo tempo que cria oportunidades seletivas em segmentos sob pressão, como o software.

Para a HGAM, este enquadramento reforça a importância da flexibilidade, diversificação e gestão disciplinada do risco. A equipa continuará a ajustar e expandir as suas soluções de investimento em linha com as necessidades dos clientes, com particular enfoque em estratégias defensivas, soluções de tesouraria para clientes *corporate* e oportunidades seletivas em mercados privados, enquanto conclui iniciativas operacionais-chave e mantém uma relação próxima com os clientes através de uma comunicação clara e consistente à medida que os mercados evoluem.

A HGAM encontra-se estrategicamente posicionada para navegar um mundo mais complexo, focada na flexibilidade e numa gestão rigorosa do risco, bem como numa perspetiva de longo prazo para apoiar os clientes em períodos de incerteza e capitalizar novas oportunidades.

França

Visão Geral e Estratégia

O Escritório de Representação de Paris (“Escritório de Paris” ou “Escritório”) atua como uma unidade geograficamente central e estrategicamente posicionada, ligando o Haitong Bank a *stakeholders* em França e na China, bem como nos restantes países da Europa.

Enquanto entidade de representação, o Escritório de Paris inclui as seguintes funções:

- Estabelecer contactos com instituições financeiras chinesas, europeias e internacionais;
- Desenvolver relações que apoiem o envolvimento colaborativo do Haitong Bank nos mercados globais;
- Servir como principal ponto de contacto para clientes atuais e potenciais; e
- Prestar apoio ao Banco na identificação de oportunidades e na facilitação do crescimento do negócio.

Estes esforços são sustentados pelas ligações do Escritório de Paris com instituições chinesas em França, instituições e comunidades francesas, e instituições internacionais presentes em França ou nas suas proximidades. Através destas relações, o Escritório cria e consolida laços sino-europeus, promovendo simultaneamente interesses mútuos. Adicionalmente, o Escritório recebe delegações da China e da Europa, facilitando intercâmbios bilaterais e a colaboração entre ambas as partes.

Um pilar fundamental da atividade do Escritório de Paris é a sua participação ativa em eventos dos setores industrial, financeiro e bancário, desde pequenos-almoços com investidores a fóruns e conferências globais, nos quais promove a experiência e a rede *cross-border* do Haitong Bank. O Escritório de Paris também apoia a sede do Banco em Lisboa, através da realização de estudos setoriais e de empresas, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas e para o conhecimento do mercado. Através das suas diversas responsabilidades, o Escritório de Representação de Paris desempenha um papel instrumental no reforço da presença europeia do Haitong Bank, impulsionando a cooperação *cross-border* e apoiando os objetivos de crescimento de longo prazo do Banco.

Destaques da Atividade

No primeiro semestre de 2026, o Escritório de Paris contribuiu para a conclusão de uma transação no mercado primário, apoiando a sede do Banco em Lisboa na originação de clientes através da gestão de relações com bancos coordenadores locais e contrapartes. As contribuições do Escritório facilitaram a adição de oportunidades ao já diversificado portefólio do Banco, abrangendo telecomunicações, bens de consumo, entre outros setores na Europa.

Tirando partido da sua própria experiência e do talento internacional do Banco, a equipa local também prestou contributos a empresas chinesas para melhor compreenderem o mercado europeu e as oportunidades disponíveis. Apoiando a sede de Lisboa nas suas atividades de M&A, o Escritório de Paris tem encaminhado oportunidades e prestado apoio em várias tarefas de pesquisa de mercado, cobrindo uma ampla gama de setores em diversos países, da Europa à América Latina. Adicionalmente, através da crescente rede local da equipa, empresas europeias têm vindo a interagir cada vez mais com o Haitong Bank através do Escritório de Paris, com vista a explorar potenciais oportunidades de negócio.

O Escritório de Paris desempenhou também um papel crucial na promoção da integração do Haitong Bank com outras grandes instituições financeiras na Europa, através de um envolvimento ativo nas comunidades financeiras locais e vizinhas, conduzindo a ligações mais fortes com empresas francesas, bancos, autoridades reguladoras e congéneres britânicas e americanas. A equipa em Paris participou em importantes eventos setoriais organizados por instituições de referência, como a Bloomberg, o HSBC e a Association for Financial Markets in Europe. A cobertura, pela equipa, de eventos financeiros em França e na Europa, que reúnem as maiores e mais ativas instituições, reforçou a presença e o envolvimento ativo do Haitong Bank nos mercados europeus.

Após 60 anos de relações diplomáticas sino-francesas, o Haitong Bank continua a tirar partido do reforço dos laços económicos bilaterais entre a China e França. A equipa local facilitou a comunicação com empresas chinesas e asiáticas em sentido mais amplo, conduzindo, em última instância, a potenciais oportunidades de investimento e de negócio através da rede mais ampla do Haitong Bank e das equipas de *front office*. Ao fazê-lo, a equipa continuou a expandir o papel do Banco enquanto ponte para serviços financeiros *cross-border* e oportunidades de parceria no dinâmico panorama económico sino-francês e, mais amplamente, Ásia-Europa.

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

O enquadramento económico global manteve-se incerto, agravado particularmente pela escalada dos conflitos armados. O rápido aumento das disputas multinacionais perturbou ainda mais as cadeias de abastecimento globais e afetou negativamente o sentimento dos investidores. Estes desenvolvimentos estão a mudar as perspetivas para o investimento e o comércio *cross-border* no segundo semestre de 2026, levando a equipa a manter uma postura prudente relativamente à exposição ao risco e às diferentes prioridades estratégicas que poderão ser seguidas no ano seguinte.

Neste contexto, o Escritório de Paris deverá continuar a apoiar a sede do Banco em Lisboa, através do estudo e monitorização de setores com procura relativamente estável e baixo risco de recuperação, bem como da identificação de oportunidades em áreas como bens de consumo e de capital, bem como nos seus subsectores que dependem de uma procura mais resiliente, apesar da volatilidade macroeconómica alargada.

O Escritório de Paris continuará a promover a visão e os objetivos estratégicos do Haitong Bank, tirando partido da rede internacional do Banco e da parceria sino-francesa de várias décadas para consolidar a sua posição nos mercados locais e vizinhos. Com uma perspetiva única que estabelece uma ponte entre a China e a UE, o foco permanecerá na expansão e priorização da origem do pipeline *cross-border* do Banco, visando oportunidades de M&A tanto de *buy-side* como de *sell-side*.

PESSOAS

Recursos Humanos

Visão Geral

Os Colaboradores continuam a ser um dos ativos mais importantes do Haitong Bank e um elemento fundamental para a estratégia de longo prazo do Banco. Durante o primeiro semestre de 2026, a função de Recursos Humanos continuou a apoiar a transformação organizacional do Banco, a transição de liderança e a integração no Grupo Guotai Haitong. Foi dado especial enfoque ao apoio a iniciativas impulsionadas pelo acionista, na sequência da conclusão do processo de fusão, e à preparação do Banco para o novo mandato corporativo para o período 2026-2029.

Os Recursos Humanos continuaram a trabalhar em estreita colaboração com os *senior managers*, bem como com o Conselho de Administração e respetivas Comissões, com o objetivo de reforçar o enquadramento de governo societário do Banco. Foram dedicados esforços significativos à revisão e melhoria das políticas e procedimentos internos, assegurando o alinhamento com os requisitos regulamentares, as necessidades de negócio em evolução e as expectativas do acionista. Em paralelo, o Banco continuou a investir na gestão de talento, no apoio a colaboradores em mobilidade internacional e no planeamento do quadro de colaboradores em todas as geografias.

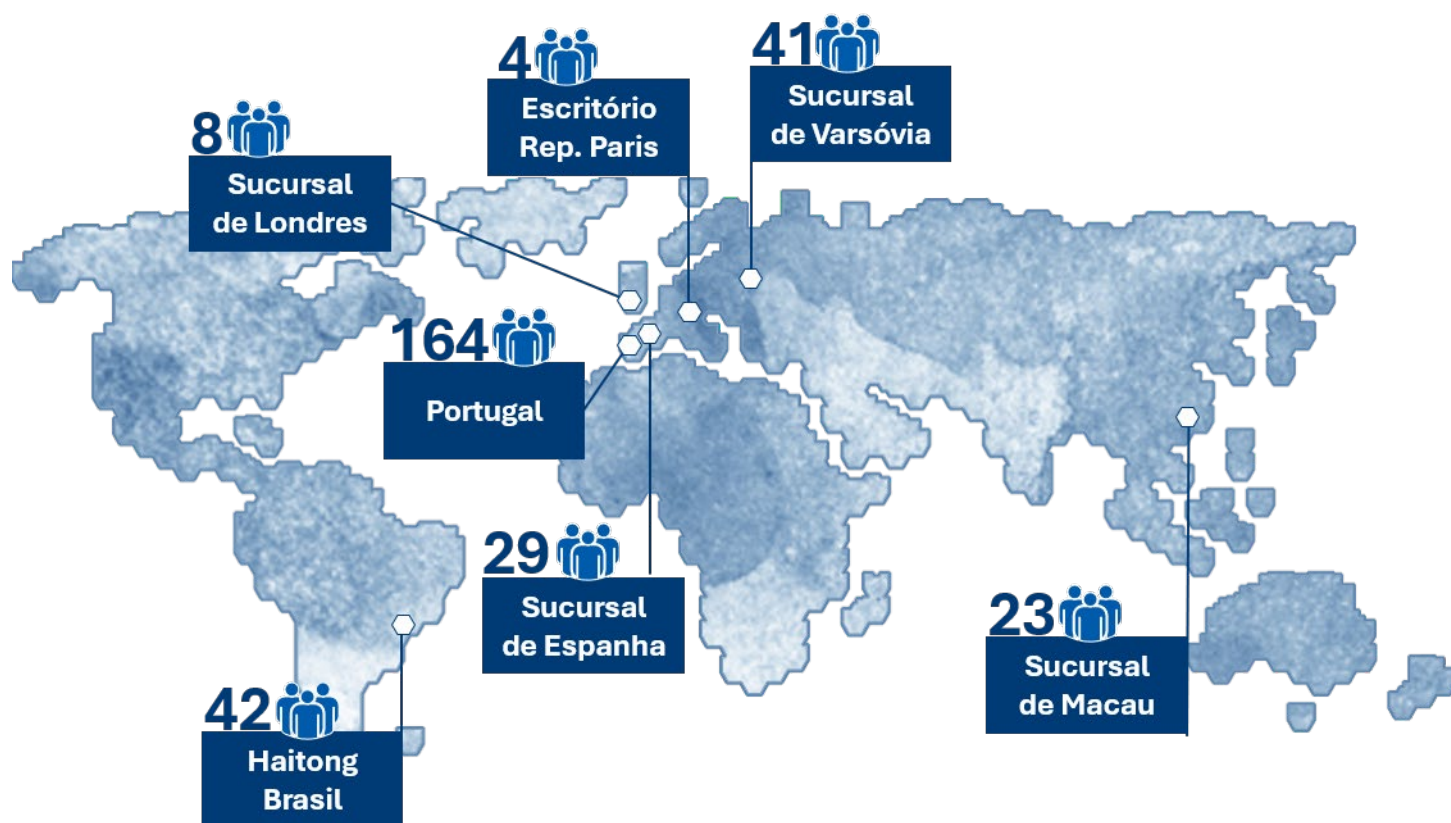
Destaques da Atividade

A 30 de junho de 2026, o Haitong Bank mantinha uma estrutura de colaboradores estável e internacionalmente diversificado, apoiando as suas atividades de negócio na Europa, em Macau e no Brasil. O Banco continuou a atrair, desenvolver e reter talento através de uma combinação de contratações de profissionais experientes, programas de mobilidade internacional e iniciativas de estágio, reforçando o pipeline de futuros profissionais para a organização.

QUADRO DE COLABORADORES

dez 25	309	+0,6%
jun 26	311	

Quadro de Colaboradores por Geografia



Integração dos Valores Corporativos

A integração dos valores corporativos do Haitong Bank é um elemento central das práticas dos Recursos Humanos. Estes valores orientam todas as ações, decisões e interações no Banco, dando forma a uma cultura de trabalho coesa e regida por valores. Refletindo este compromisso, cada um destes valores corporativos está na base de iniciativas específicas dos Recursos Humanos:

Transparência

O Haitong Bank privilegia a comunicação aberta e a tomada de decisões éticas, assegurando que todos os colaboradores compreendem claramente as suas responsabilidades e o seu contributo para o sucesso do Banco. Um sistema de avaliação de desempenho transparente e de mecanismos de *feedback* promovem a confiança e a clareza a todos os níveis da organização.

Meritocracia

O Haitong Bank está empenhado em recompensar a excelência e o desempenho. O sistema de avaliação do Banco, baseado no mérito, garante que a compensação está diretamente ligada aos resultados individuais e de equipa, promovendo uma cultura de equidade e motivação.

Perseverança

Incentivamos a determinação e a resiliência na superação de desafios. Ao promover um ambiente que incentiva o espírito de iniciativa e a resolução colaborativa de problemas, capacitamos os colaboradores para contribuírem eficazmente para o sucesso a longo prazo.

Integridade

A promoção dos mais elevados padrões éticos constitui um dos pilares da abordagem do Haitong Bank em matéria de gestão de recursos humanos. O Banco está empenhado em promover uma cultura de honestidade e responsabilização, apoiada por práticas robustas de *compliance* que reforçam o seu compromisso inabalável com a integridade.

Cultura Inclusiva

O Haitong Bank mantém o seu compromisso de promover um local de trabalho inclusivo e diverso. A diversidade de género continuou a evoluir positivamente durante o período, com as mulheres a representarem uma proporção significativa do quadro de colaboradores do Banco e a manterem uma presença relevante nos órgãos de liderança e de governo societário. O Banco continua a promover a igualdade de oportunidades e um ambiente de trabalho onde os colaboradores são valorizados com base no seu contributo, capacidades e mérito profissional.

Geografia	Idade média (anos)	Tempo médio de serviço (anos)	Nº de Homens	Nº de Mulheres
Portugal	44,5	16,4	95	69
Espanha	46,7	15,0	20	9
Reino Unido	39,1	3,8	4	4
Polónia	44,9	8,7	22	19
Brasil	47,1	13,0	30	12
Macau	34,0	2,3	11	12
França	32,5	1,8	3	1
Indicadores Médios - HB	44,0	13,2	59%	41%

Perspetivas para o 2º semestre de 2026

Os Recursos Humanos continuarão a apoiar as prioridades estratégicas do Banco através do reforço das capacidades organizacionais, do desenvolvimento de talento, da promoção de um planeamento eficaz do quadro de colaboradores e do apoio ao alinhamento contínuo das práticas de gestão de pessoas com as diretrizes do Grupo e os objetivos de negócio. Será dada especial ênfase ao apoio ao novo mandato corporativo, ao desenvolvimento de talento, ao reforço da eficácia organizacional e à promoção da conexão com todo o Grupo Haitong Bank.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Durante o primeiro semestre de 2026, o Haitong Bank participou em diversas iniciativas de Responsabilidade Social, as quais refletem o compromisso contínuo do Banco com a sustentabilidade ambiental, o envolvimento comunitário e a promoção de valores de cidadania ativa nos mercados onde opera.

Em **Portugal**, o Haitong Bank promoveu as seguintes iniciativas:

- **Reciclagem de papel:** Paralelamente ao compromisso do Banco de reduzir o consumo de papel, através da crescente digitalização de processos e da minimização da impressão de documentos, foram reciclados 500 kg de papel através de um serviço especializado de destruição confidencial. Esta iniciativa contribuiu simultaneamente para a proteção da informação, a redução do impacto ambiental e o reforço das práticas de sustentabilidade adotadas pela Instituição;
- **Apoio às Vítimas das Cheias em Portugal:** Com o objetivo de apoiar as comunidades afetadas pelas cheias e tempestades severas que atingiram Portugal no início de 2026, o Banco efetuou um donativo de 10.000 euros à Cruz Vermelha Portuguesa, destinado à respetiva campanha de emergência. Esta iniciativa refletiu o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, a solidariedade e o apoio às populações mais vulneráveis em momentos de crise;
- **Apoio à Cáritas Diocesana de Leiria:** Na sequência da tempestade severa que afetou o distrito de Leiria, o Banco, em parceria com a Cáritas Diocesana de Leiria, promoveu uma campanha interna de recolha de bens essenciais destinada a apoiar as famílias mais afetadas. Os colaboradores aderiram voluntariamente à iniciativa, contribuindo com alimentos, produtos de higiene e outros bens de primeira necessidade, demonstrando um forte espírito de solidariedade e envolvimento na resposta às necessidades imediatas das comunidades afetadas.

Na **Polónia**, o Haitong Bank apoiou a **9.ª edição do Concurso para a Melhor Tese de Mestrado** na Área da Cooperação Económica Contemporânea entre a República da Polónia e a República Popular da China, organizado pelo Polish-Chinese Business Council em parceria com a Embaixada da República Popular da China na Polónia. Através da atribuição de um prémio ao vencedor do concurso, no valor de 2.899 PLN, o Banco contribuiu para a promoção da excelência académica e da investigação científica, bem como para o reforço do diálogo e das relações económicas entre os dois países. Esta iniciativa reflete o compromisso do Haitong Bank com o apoio à educação, à partilha de conhecimento e ao fortalecimento da cooperação internacional.

Durante o primeiro semestre de 2026, o Haitong Bank em **Macau** desenvolveu diversas iniciativas de responsabilidade social e sustentabilidade, entre as quais se destacam:

- **Reciclagem de Envelopes do Ano Novo Lunar:** Participação na campanha “Recycling the red packets is very easy”, promovida pelo Gabinete para a Proteção Ambiental de Macau, incentivando os colaboradores a reciclar os envelopes utilizados durante as celebrações do Ano Novo Lunar e contribuindo para a redução do desperdício de papel;
- **Evento “Light Off”:** Adesão à iniciativa *global Earth Hour*, na qual são desligadas as luzes não essenciais durante uma hora, sensibilizando para a importância da eficiência energética e do combate às alterações climáticas;
- **Reciclagem de Tinteiros de Impressora:** Continuação do programa de recolha e reciclagem de tinteiros de impressora, contribuindo para a redução de resíduos eletrónicos e para a promoção dos princípios da economia circular.
- **Visita de Educação para a Segurança Nacional:** Participação dos colaboradores numa visita de carácter educativo dedicada à sensibilização para a segurança nacional, promovendo a consciência cívica e o envolvimento em temas de interesse público.

RISCO

Gestão de Risco

Governance

O Sistema de Gestão de Risco do Haitong Bank é da responsabilidade final do Conselho de Administração. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comitês e Comissões relevantes para a Função de Gestão de Risco no Banco.

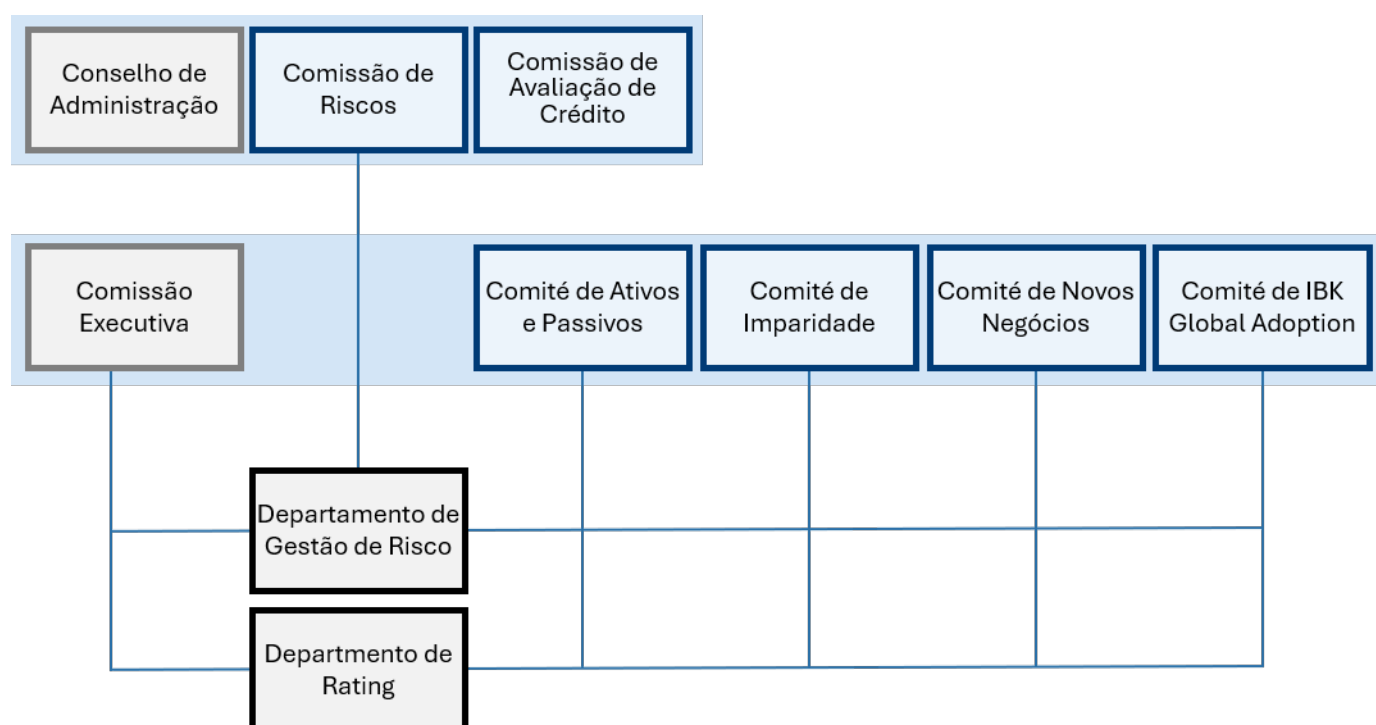


Figura 1 – Estrutura Organizacional da Função de Gestão de Risco

Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia e apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

Comissão de Avaliação de Crédito

A Comissão de Avaliação de Crédito é responsável por rever e aprovar as operações de crédito que se encontrem fora da Política de Apetite ao Risco (“RAF”), as quais só são submetidas à Comissão de Avaliação de Crédito após terem sido endossadas pela Comissão Executiva.

Comité de Ativos e Passivos

O Comité de Ativos e Passivos tem como missão aconselhar a Comissão Executiva sobre a gestão dos ativos e passivos do Banco. As suas responsabilidades incluem a supervisão das estratégias de capital, taxa de juro, liquidez e financiamento, o acompanhamento do desempenho, a gestão dos riscos associados ao balanço, a definição das políticas de preços internos e de investimento, assegurando o alinhamento com a estratégia de negócio, o apetite ao risco e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Comité de Novos Negócios

A principal missão do Comité de Novos Negócios é aconselhar a Comissão Executiva na análise de novos negócios/produtos ou iniciativas de suporte, considerando todos os meios necessários e mecanismos de apoio associados. Dado que estas iniciativas envolvem decisões de gestão significativas e investimento, este Comité deve recolher contributos de todos os departamentos relevantes para suportar uma avaliação global (incluindo o impacto no perfil de risco do banco, bem como nos requisitos regulamentares e na adequação do capital interno), a qual será submetida à Comissão Executiva para aprovação e implementação.

Comité de IBK Global Adoption

O Comité de IBK Global Adoption é primariamente responsável por discutir a orientação geral da atividade de banca de investimento, matérias *cross-border* e potenciais operações. Em alinhamento com esta missão, o Comité é também responsável por aprovar: (i) todos os mandatos potenciais de Banca de Investimento relacionados com operações propostas ou novos clientes que não envolvam risco de crédito nem de mercado, mas que possam envolver risco de liquidação; (ii) outros mandatos de consultoria e acordos de agência, como os no âmbito de Corporate and Project Financing; (iii) propostas em que o Banco incorra em risco reputacional ou risco de liquidação; (iv) operações de Mercado de Capitais (ECM e DCM) nas quais o Banco possa ser responsabilizado em caso de incumprimento por parte de outros coordenadores envolvidos na operação. Além disso, o Comité é responsável por identificar restrições a serem implementadas no Banco e nas suas subsidiárias.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Departamento de Rating

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão da Comissão Executiva e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e na América Latina com a capacidade de originação *cross-border* do Grupo no mercado chinês. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus Clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de Clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são: DCM, Corporate and Project Financing, M&A Advisory, Fixed Income, Corporate Derivatives e Asset Management.

O Haitong Bank está ciente de que a sua função de gestão de risco constitui um fator-chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Banco é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank, como um todo, e cada uma das suas subsidiárias, individualmente, visa manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados positivos recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a gestão e controlo deste riscos são suportados por processos abrangentes de identificação, avaliação, quantificação e reporte.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). A atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Madrid, Varsóvia, Macau, Londres e São Paulo.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

A Direção de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

QUALIDADE DOS ATIVOS

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

Em junho de 2026, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 757 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 13 milhões de euros face a dezembro de 2025.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	junho 2026			dezembro 2025		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito¹	245 063	512 935	757 998	259 826	485 231	745 057
<i>Specialized Lending</i>	63 653	135 278	198 931	83 832	106 564	190 396
Crédito a empresas	135 992	327 557	463 549	133 246	328 568	461 814
Outros	45 418	50 100	95 518	42 748	50 099	92 847

¹ Bruto de provisões- Fonte: Haitong Bank

Carteira de Crédito por Segmento e Setor

	junho 2026				dezembro 2025			
	<i>Specialized Lending</i>	Crédito a empresas	Outros	Total	<i>Specialized Lending</i>	Crédito a empresas	Outros	Total
TOTAL	26,2%	61,2%	12,6%	100%	25,6%	62,0%	12,4%	100%
Indústria de petróleo e gás	5,6%	8,5%	0,0%	14,1%	3,4%	11,9%	0,0%	15,3%
Instituições financeiras não bancárias	0,0%	0,0%	11,0%	11,0%	0,0%	0,0%	11,1%	11,1%
Energia	5,2%	5,4%	0,0%	10,6%	6,1%	5,5%	0,0%	11,6%
Infraestruturas de transportes	6,4%	2,8%	0,0%	9,2%	7,2%	2,9%	0,0%	10,1%
Imobiliário	4,5%	2,3%	1,6%	8,4%	4,4%	2,3%	0,5%	7,2%
Metalúrgica & Mineração	0,0%	7,5%	0,0%	7,5%	0,0%	4,4%	0,0%	4,4%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	6,5%	0,0%	6,5%	0,0%	2,8%	0,0%	2,8%
Indústria química	0,0%	5,5%	0,0%	5,5%	0,0%	5,5%	0,0%	5,5%
Telecomunicações	2,6%	2,3%	0,0%	4,9%	2,7%	8,6%	0,0%	11,3%
Alimentação, bebidas e tabaco	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%
Produtos de uso doméstico	0,0%	3,3%	0,0%	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Bens de investimento	0,0%	3,3%	0,0%	3,3%	0,0%	3,5%	0,0%	3,5%
Bens de consumo e vestuário	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%	0,0%	2,7%	0,0%	2,7%
Materiais de construção	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%	0,0%	3,7%	0,0%	3,7%
Saúde	1,9%	0,0%	0,0%	1,9%	1,8%	0,0%	0,0%	1,8%
Arrendamento e Locação	0,0%	1,5%	0,0%	1,5%	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
Retalho	0,0%	1,3%	0,0%	1,3%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%
Outros	0,0%	1,2%	0,0%	1,2%	0,0%	1,1%	0,0%	1,1%
Papel e produtos florestais	0,0%	0,6%	0,0%	0,6%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%
Comércio e Serviços	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%
Construção e Obras Públicas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,8%

Fonte: Haitong Bank

Perfil de *Ratings* Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, bem como para fins de análise de imparidade. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de *Rating* da Carteira de Crédito

	junho 2026	dezembro 2025
[aaa+; a-]	8,3%	8,9%
[bbb+; bbb-]	31,3%	25,3%
[bb+; bb-]	40,3%	46,4%
[b+; b-]	19,5%	19,4%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

Indicadores de Risco

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	junho 2026	dezembro 2025
Carteira de Crédito	757 998	745 057
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	28 119	27 548
Rácio de Crédito não Produtivo	3,7%	3,7%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	17 647	15 842
Cobertura de Crédito não Produtivo	62,8%	57,5%
Exposição de risco de crédito bruta	2 299 236	2 506 290
Exposições não produtivas (NPE) ^{(1) (2)}	54 935	56 262
Rácio NPE	2,4%	2,2%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	49,7%	45,1%
Crédito reestruturado ("forborne")	36 881	39 330
das quais exposições produtivas (%)	10,2%	18,9%

¹ O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão

² O Grupo classifica como exposição não produtiva (NPE) as exposições relativas a montantes a receber referentes a comissões por serviços prestados com atrasos superiores a 90 dias, assim como outros ativos relativos a créditos ou títulos de dívida em incumprimento e que foram alvo de um processo de recuperação, estando dependentes de forma direta de ações judiciais sobre os devedores originais

Fonte: Haitong Bank

O rácio de NPL (*Non Performing Loans* – Crédito não produtivo) ascendeu a 3,7% em junho de 2026, mantendo-se estável face a dezembro de 2025.

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo em junho de 2026 apresenta um total líquido de 1.918 milhões de euros, representando um aumento de 164 milhões de euros face a dezembro de 2025.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)

	junho 2026	dezembro 2025
Total	1 918 099	1 753 868
Administração pública	1 393 668	1 228 445
Imobiliário	70 001	67 113
Instituições financeiras não bancárias	42 431	30 473
Bancos	42 160	38 467
Saúde	31 970	31 170
Comércio e Serviços	30 755	5 009
Telecomunicações	27 343	18 544
Metalúrgica & Mineração	26 611	26 229
Construção e Obras Públicas	26 391	38 344
Bens de consumo e vestuário	25 818	16 172
Energia	24 907	25 993
Transportes	24 743	24 508
Indústria de petróleo e gás	18 477	31 913
Holdings de Investimento	16 085	13 430
Infraestruturas de transportes	15 412	14 994
Retalho	15 330	16 708
Indústria química	14 835	24 747
Automóveis e peças de automóveis	13 349	24 159
Água e saneamento	12 926	20 298
Tecnologia e equipamento informático	10 194	9 511
Alojamento e Turismo	9 794	8 833
Arrendamento e Locação	8 879	0
Alimentação, bebidas e tabaco	7 142	17 886
Fundos e Gestores de Ativos	3 965	6 642
Papel e produtos florestais	2 573	2 622
Materiais de construção	1 130	2 049
Farmacêuticas	847	0
Corretagem	191	175
Media e Entretenimento	173	0
Agricultura e Bens alimentares	0	1 301
Bens de investimento	0	7 623
Seguros	0	508

Fonte: Haitong Bank

Perfil de *Ratings* Internos

Em junho de 2026, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de *Rating* da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	junho 2026	dezembro 2025
[aaa; a-]	10,0%	4,5%
[bbb+; bbb-]	26,7%	19,4%
[bb+; bb-]	61,7%	75,0%
[b+; b-]	1,6%	1,1%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro e taxa de câmbio atingiu aproximadamente 30 milhões de euros em junho de 2026, o que representa um aumento de 2 milhões de euros face a dezembro de 2025.

No que respeita à distribuição setorial, em junho de 2026, 51% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 34% em Bancos.

Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	junho 2026	dezembro 2025
Total	30 247	28 181
Infraestruturas de transportes	15 486	18 221
Bancos	10 256	7 834
Papel e produtos florestais	1 963	0
Corretagem	740	0
Fundos e Gestores de Ativos	701	701
Instituições financeiras não bancárias	593	667
Saúde	464	617
Outros	44	139
Agricultura e Bens alimentares	0	2

Fonte: Haitong Bank

Perfil de *Ratings* Internos

O Banco assume risco de contraparte subjacente à carteira de derivados ao fornecer soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em junho de 2026, a exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	junho de 2026	dezembro 2025
[aaa+;a-]	82,9%	83,1%
[bbb+;bbb-]	2,5%	5,5%
[bb+;bb-]	14,6%	11,4%
[b+;b-]	0,0%	0,1%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

Risco ESG

O risco ESG é uma das componentes da taxonomia interna de risco. O Banco aplica uma abordagem estruturada para compreender de que forma os fatores ambientais, sociais e de governo societário podem influenciar o seu perfil prudencial de risco. O enquadramento de risco ESG do Banco inicia-se com a identificação da forma como os fatores climáticos – de transição e físicos – podem afetar as principais categorias de risco do Banco, mapeando estes impactos por linha de negócio e por horizonte temporal. Segue-se uma medição quantitativa e qualitativa baseada em metodologias de exposição, setoriais e de cenário, suportadas pelos modelos internos de *scoring* ESG de Transição e de Risco Físico, que integram características setoriais, dispersão geográfica, robustez financeira, vulnerabilidade climática e mecanismos de mitigação. Testes de esforço climáticos complementam este enquadramento, e os resultados obtidos informam a avaliação de materialidade ESG: o risco de transição surge como o *driver* ESG mais material para o Risco de Crédito no médio e longo prazo; riscos físicos agudos podem afetar o Risco de Crédito e o Risco de Mercado no curto prazo; e os riscos físicos crónicos são considerados não materiais devido às maturidades reduzidas da carteira de crédito do Banco. Podem ainda surgir impactos limitados e específicos no Risco Legal, Reputacional, de Liquidez e Operacional. Estas conclusões sustentam a *ESG Risk Vision* do Banco, que prioriza a gestão do risco de transição, reconhece a dinâmica dos riscos físicos e incorpora políticas de exclusão que proíbem transações com entidades envolvidas em violações de direitos humanos ou com dependência material de atividades de mineração de carvão ou produção de energia a partir de carvão.

A implementação do Enquadramento de Gestão de Risco ESG assenta em ferramentas operacionais, processos e mecanismos de governo societário que asseguram uma integração consistente dos riscos ESG em toda a instituição. Os modelos de *scoring* ESG de Transição e Físico, aliados a processos reforçados de *due diligence* para contrapartes classificadas como de potencial risco de ESG elevado, constituem os mecanismos centrais de avaliação de vulnerabilidades ESG; as classificações resultantes são registadas numa base de dados interna e refletem-se em ajustamentos de *pricing* sensíveis ao risco. Os fatores ESG são incorporados nos processos de governo societário e tomada de decisão, incluindo nos pareceres de risco para novas operações e nas deliberações da Comissão Executiva, da Comissão de Riscos, do Comité de Novos Negócios e do Comité de IBK Global Adoption. Ao nível do Conselho de Administração, o *Chief Risk Officer* e o/a Presidente da Comissão de Auditoria atuam como *focal points* para ESG, assegurando supervisão e interação estruturada com o supervisor. Os fatores ESG são também integrados no RAF através de limites quantitativos para exposições classificadas como de Elevado Risco de ESG, monitorizados mensalmente através do Relatório de Monitorização de Risco. O *Early Warning System* inclui *triggers* ESG e testes de esforço climáticos são aplicados ao Risco de Crédito e ao Risco de Mercado.

O Enquadramento de Gestão de Risco ESG é suportado por documentação interna abrangente, incluindo o Regulamento de ESG, o Procedimento de ESG, a Apresentação da Enquadramento de ESG e o Manual Técnico de ESG, sendo fatores ESG integrados nos exercícios de ICAAP e no ILAAP. A monitorização ESG ao nível da carteira é assegurada através do Relatório de Monitorização de Risco mensal, que avalia as exposições com Elevado Risco ESG. As melhorias implementadas na sequência da comunicação do Banco de Portugal em 2025 reforçaram o alinhamento deste enquadramento com as expectativas supervisoras, aumentando a consistência e a robustez prudencial.

Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e *spreads* de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas pela Unidade de Controlo do Risco de Mercado, que trabalha de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada entidade.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk* (VaR) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação e posição cambial global considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis, um período de observação de 1 ano e um nível de confiança de 99%.

Em junho de 2026, o VaR do Haitong Bank, totalizava 5,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2,0 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2025.

Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)

	Junho 2026	dezembro 2025
Cambial	3,1	7,4
Taxa de Juro	0,6	0,3
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de Crédito	4,5	0,5
Covariância	-2,9	-0,9
Global VaR	5,3	7,3

Fonte: Haitong Bank

Esta evolução resulta principalmente da redução da volatilidade EUR/BRL, dado que o período de maior volatilidade observado em março de 2025 deixou de impactar o VaR cujo período de observação é de 1 ano, sendo parcialmente compensada pela inclusão do risco de *spread* de crédito das obrigações soberanas brasileiras.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e ganhos do Banco decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária do Banco.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em junho de 2026, o impacto no valor económico da carteira bancária, decorrente de um choque paralelo da curva de rendimentos, diferenciado por moeda, foi estimado em 44,0 milhões de euros. Após a inclusão do ajustamento regulamentar relativo a opções automáticas, conforme definido no Regulamento Delegado (UE) 2024/857 da Comissão, o impacto final no valor económico da carteira bancária ascendeu a 44,3 milhões de euros. Este montante representa um aumento face aos 23,4 milhões de euros registados em dezembro de 2025, explicado principalmente por (i) aquisições de novos instrumentos obrigacionistas, conjugadas com a diminuição parcial de posições de cobertura existentes, nomeadamente de futuros, e (ii) a redução do volume e da maturidade média dos depósitos de financiamento.

Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito, que representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade, é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos e reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro de risco e a taxa de juro referente a um ativo sem risco na mesma moeda e com a mesma maturidade.

Em junho de 2026, o impacto deste risco no valor económico da carteira bancária foi estimado em 18,0 milhões de euros. Observa-se um aumento face aos 14,5 milhões de euros registados em dezembro de 2025, explicado, sobretudo, pelo acréscimo de 50 milhões de euros na exposição a títulos soberanos e pelo aumento de cinco anos da maturidade média destas posições.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado destes instrumentos financeiros.

Risco do Fundo de Pensões

O Risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade dos ativos do plano de pensões não serem suficientes para cumprir as responsabilidades do fundo. Neste cenário, o Haitong Bank é obrigado a realizar uma contribuição extraordinária para o fundo de pensões. O Risco do Fundo de Pensões materializar-se-á principalmente em planos de benefício definido, nos quais o Banco deve garantir um adequado nível de financiamento do plano de reformas dos colaboradores, independentemente do desempenho do fundo.

O Risco do Fundo de Pensões está enquadrado no RAF do Banco. Neste sentido, o Banco definiu políticas e metodologias que lhe permitem avaliar, monitorizar e reportar do risco, garantindo o alinhamento com a Política de Apetite ao Risco do Grupo.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico inclui-se nesta definição.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor têm por base os princípios e emitidos pelo Comité de Basileia para risco operacional.

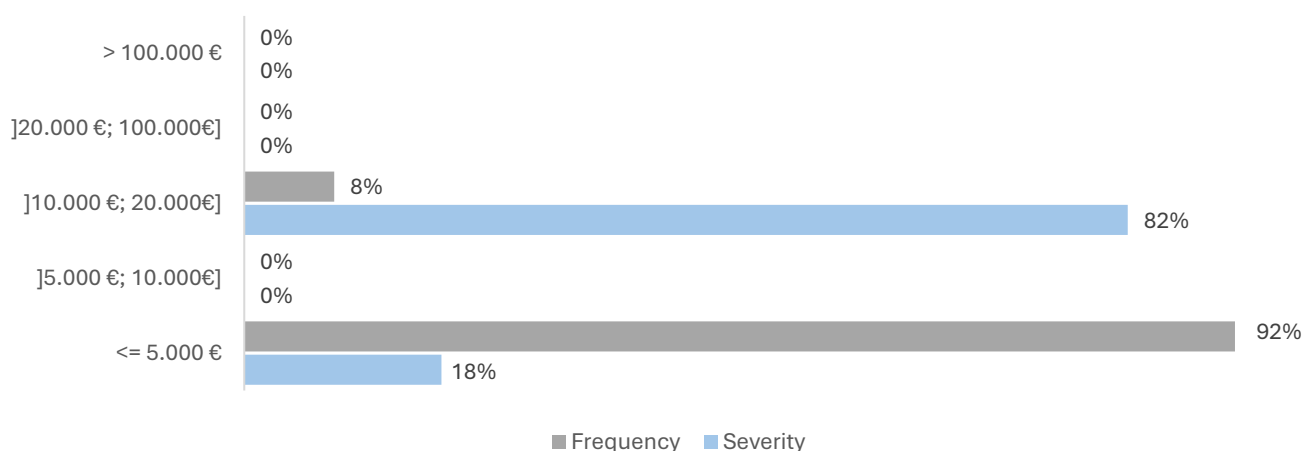
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente no ambiente de IT do Banco, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco seleccionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as categorias de risco do Banco de Portugal, por linhas de negócio e tipologias de eventos de Basileia.

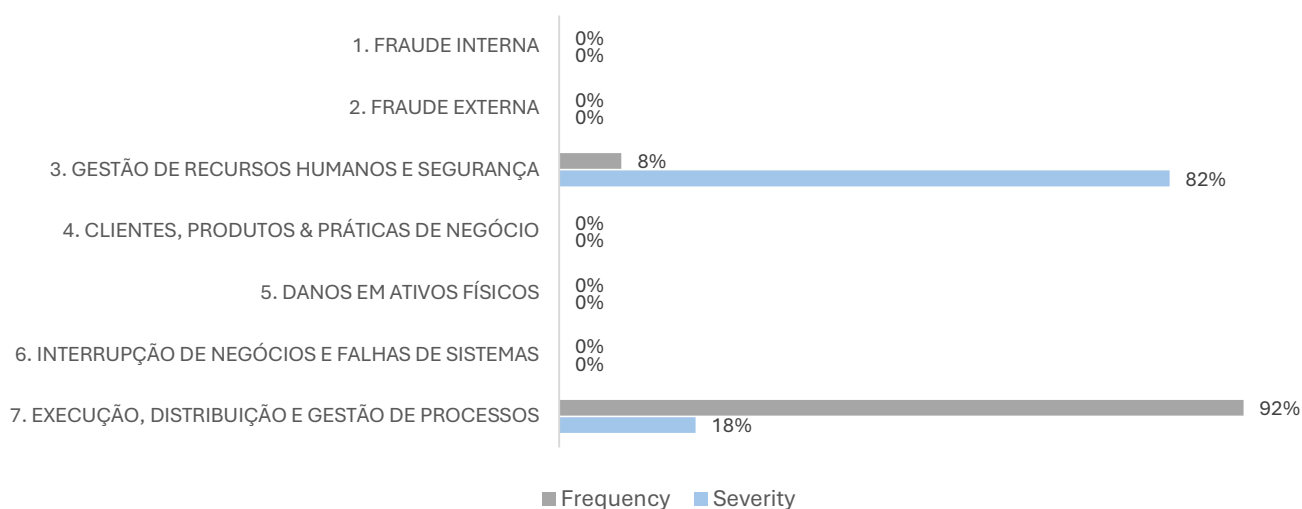
Distribuição da frequência e severidade dos eventos por evento de perda



Fonte: Haitong Bank; Base de Eventos de Risco Operacional de junho de 2026

Até junho de 2026, 92% dos eventos de perda registados foram inferiores a 5.000 euros.

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificou-se que no primeiro semestre de 2026, 92% dos eventos operacionais de perda estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos, estando 18% das perdas operacionais reportadas associadas a este risco.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento

Fonte: Haitong Bank; Base de Eventos de Risco Operacional, junho de 2026

Risco de TIC e Segurança

O Haitong Bank define o Risco de TIC e Segurança como o risco de perda decorrente de falha ou interrupção das tecnologias de informação e comunicação (TIC), incluindo a sua concepção, implementação ou gestão, que afete a segurança, disponibilidade, integridade ou desempenho dos sistemas que suportam as operações de negócio. Este risco inclui ameaças à segurança resultantes de processos internos inadequados ou falhados, bem como de eventos externos, incluindo ataques cibernéticos ou segurança física insuficiente.

O enquadramento de risco de TIC e Segurança do Banco é composto por cinco subcategorias de risco, alinhadas com as Diretrizes da EBA. Estas subcategorias são: Risco de Disponibilidade e Continuidade de Negócio de TIC, Risco de Alterações em TIC, Risco de Integridade de Dados em TIC, Risco de Relacionamento com Terceiros TIC e Risco de Segurança de TIC.

O enquadramento de risco de TIC e Segurança é suportado por políticas e metodologias abrangentes para avaliação, monitorização e reporte de riscos, estando integrado no Política de Apetite ao Risco (RAF) do Banco.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento-chave na estratégia de negócio do Haitong Bank e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a sua robustez e resiliência.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido, e no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, consistente com os seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e funding;
- Disponibilizar uma reserva de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em situações de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LRC) previsto na CRD (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover a robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em junho de 2026, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 208%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez (milhões de euros)

	junho 2026	dezembro 2025
Ativos de Elevada Qualidade	704	836
Saídas Líquidas a 30 Dias	339	352
Rácio de Cobertura de Liquidez	208%	237%

Fonte: Haitong Bank

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2026, o Haitong Bank alcançou um NSFR de 127% assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

Rácio de Financiamento Estável Líquido

	junho 2026	dezembro 2025
Rácio de Financiamento Estável Líquido	127%	144%

Fonte: Haitong Bank

Gestão de Capital

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico para a estabilidade e sustentabilidade financeira da instituição.

PRÁTICAS DE GESTÃO

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Promover o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Complementando a perspetiva regulatória, o Haitong Bank executa periodicamente uma autoavaliação interna de capital baseada no risco (ICAAP) que consiste numa medição prospetiva dos riscos materiais incorridos pelo Haitong Bank (incluindo os não cobertos pelo capital regulamentar do Pilar 1).

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento UE nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/UE). De acordo com este quadro regulamentar, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital, fixada em 2,5% a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma reserva contracíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5%, que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica, devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. Esta taxa de reserva está sujeita a revisão trimestral. A 30 de junho de 2026, a reserva contracíclica de fundos próprios aplicável às exposições sobre contrapartes localizadas em Portugal era de 0,75% do montante total das posições ponderadas pelo risco, na sequência da decisão do Banco de Portugal de ativar esta reserva com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A junho de 2026, os rácios de capital do Haitong Bank são calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/EU) e são apresentados na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	junho 2026	dezembro 2025
Rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1	18,9%	19,6%
Rácio de Fundos Próprios de Nível 1	23,8%	24,6%
Rácio de Fundos Próprios Totais	23,9%	24,7%

Fonte: Haitong Bank

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permite-lhe manter uma sólida posição de capital.

Alavancagem

A regulamentação CRR/CRD introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição e visando evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário e definindo um limite adicional de suporte aos requisitos de capital com ponderação de risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2026, os rácios de alavancagem determinados à luz da metodologia prevista no regime regulatório em vigor, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Alavancagem

	junho 2026	dezembro 2025
Rácio de alavancagem	11,6%	11,4%

Fonte: Haitong Bank

RELATÓRIO FINANCEIRO



1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2026	30.06.2025
Juros e proveitos similares	5	111 887	120 883
Juros e custos similares	5	97 815	96 770
Margem financeira		14 072	24 113
Rendimentos de serviços e comissões	6	4 848	6 435
Encargos de serviços e comissões	6	(665)	(655)
Resultados de instrumentos de negociação	7	879	8 212
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	8	533	1 408
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	2 998	3 229
Resultados de Contabilidade de cobertura	10	360	(90)
Resultados de reavaliação cambial	11	5 430	(15 394)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12	2 885	2 639
Outros resultados operacionais	13	(1 097)	2 699
Proveitos operacionais		30 243	32 596
Custos com pessoal	14	17 433	18 246
Gastos gerais administrativos	16	6 798	7 256
Depreciações e amortizações	25 e 26	2 082	2 070
Provisões	31	(488)	690
Imparidade em ativos financeiros	31	1 625	1 230
Custos operacionais		27 450	29 492
Resultado antes de impostos		2 793	3 104
Impostos			
Correntes	32	1 875	1 448
Diferidos	32	(332)	538
		1 543	1 986
Resultado líquido do período		1 250	1 118
Atribuível aos acionistas do Banco	17	1 361	1 014
Atribuível aos interesses que não controlam	35	(111)	104
		1 250	1 118
Resultados por acção básicos (em euros)	17	0.01	0.01
Resultados por acção diluídos (em euros)	17	0.01	0.01

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2026	30.06.2025
Resultado líquido do período			
Atribuível aos acionistas do Banco		1 361	1 014
Atribuível aos interesses que não controlam		(111)	104
		<u>1 250</u>	<u>1 118</u>
Outro rendimento integral do período			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	(1 978)	2 068
		<u>(1 978)</u>	<u>2 068</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	35	7 217	(231)
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de impostos	35	(260)	(603)
		<u>6 957</u>	<u>(834)</u>
Total outro rendimento integral do período		4 979	1 234
Outro rendimento integral total do período		6 229	2 352
Atribuível aos acionistas do Banco		4 912	2 081
Atribuível aos interesses que não controlam		1 317	271
		<u>6 229</u>	<u>2 352</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2026	31.12.2025
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	18	23 122	24 507
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		953 101	903 411
Ativos financeiros detidos para negociação		936 452	887 352
Títulos	19	917 991	869 988
Instrumentos financeiros derivados	20	18 461	17 364
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		16 649	16 059
Títulos	22	16 625	16 034
Crédito a clientes	24	24	25
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	355 182	314 927
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 687 478	1 946 341
Títulos	22	643 960	568 068
Aplicações em instituições de crédito	23	305 457	651 713
Crédito a clientes	24	738 061	726 560
Outros ativos tangíveis	25	7 012	8 555
Ativos intangíveis	26	1 539	1 356
Ativos por impostos		115 459	109 023
Ativos por impostos correntes	32	21 738	20 689
Ativos por impostos diferidos	32	93 721	88 334
Outros ativos	27	139 459	121 379
Total de Ativo		3 282 352	3 429 499
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		18 594	55 762
Títulos	19	513	32 724
Instrumentos financeiros derivados	20	18 081	23 038
Passivos financeiros ao custo amortizado		2 564 759	2 690 790
Recursos de instituições de crédito	28	1 212 649	1 195 890
Recursos de clientes	29	1 096 748	1 251 441
Responsabilidades representadas por títulos	30	255 362	243 459
Provisões	31	5 663	5 625
Passivos por impostos		13 965	13 179
Passivos por impostos correntes	32	8 392	7 606
Passivos por impostos diferidos	32	5 573	5 573
Outros passivos	33	60 897	51 898
Total de Passivo		2 663 878	2 817 254
Capital Próprio			
Capital	34	871 606	871 278
Prémios de emissão	34	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	34	105 042	105 042
Reservas de reavaliação	35	(795)	(550)
Outras reservas e resultados transitados	35	(384 396)	(358 196)
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		1 361	(29 668)
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco		601 614	596 702
Interesses que não controlam	35	16 860	15 543
Total de Capital Próprio		618 474	612 245
Total de Passivo e Capital Próprio		3 282 352	3 429 499

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2026, 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2025

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
Saldo a 31 dezembro 2024		871 278	8 796	105 042	(1 875)	(367 631)	5 078	620 688	17 549	638 237
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	(809)	-	-	(809)	206	(603)
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	(192)	-	(192)	(39)	(231)
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	2 068	-	2 068	-	2 068
Resultado líquido do período	35	-	-	-	-	-	1 014	1 014	104	1 118
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(809)	1 876	1 014	2 081	271	2 352
Constituição de reservas		-	-	-	-	5 078	(5 078)	-	-	-
Saldo a 30 junho 2025		871 278	8 796	105 042	(2 684)	(360 677)	1 014	622 769	17 820	640 589
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										-
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	30	-	-	-	2 134	-	-	2 134	35	2 169
Diferenças de câmbio	30	-	-	-	-	251	-	251	54	305
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	30	-	-	-	-	2 230	-	2 230	-	2 230
Resultado líquido do período	30	-	-	-	-	-	(30 682)	(30 682)	(2 366)	(33 048)
Total do rendimento integral do período		-	-	-	2 134	2 481	(30 682)	(26 067)	(2 277)	(28 344)
Dividendos distribuídos a interesses que não controlam	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 dezembro 2025		871 278	8 796	105 042	(550)	(358 196)	(29 668)	596 702	15 543	612 245
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:										-
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	(245)	-	-	(245)	(15)	(260)
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	5 774	-	5 774	1 443	7 217
Remensurações de responsabilidades com benefício definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	(1 978)	-	(1 978)	-	(1 978)
Resultado líquido do período	35	-	-	-	-	-	1 361	1 361	(111)	1 250
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(245)	3 796	1 361	4 912	1 317	6 229
Aumento de capital	34	328	-	-	-	(328)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	-	(29 668)	29 668	-	-	-
Saldo a 30 junho 2026		871 606	8 796	105 042	(795)	(384 396)	1 361	601 614	16 860	618 474

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2026	30.06.2025
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		(26 990)	123 059
Juros e custos pagos		(91 925)	(92 993)
Serviços e comissões recebidas		4 394	6 006
Serviços e comissões pagas		(665)	(655)
Recuperações de operações abatidas ao ativo	13	754	823
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(23 935)	(26 090)
		(138 367)	10 150
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(84 266)	(7 401)
Aplicações em instituições de crédito		34 908	(121 364)
Recursos de instituições de crédito	28	18 036	265 360
Crédito a clientes		(9 877)	(44 083)
Recursos de clientes	29	(152 599)	(78 319)
Outros ativos e passivos operacionais		(8 235)	(2 994)
		(340 400)	21 349
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
Impostos sobre os lucros pagos		(1 802)	(4 196)
		(342 202)	17 153
Compra de Títulos		(324 092)	(324 092)
Venda ou reembolso de Títulos		350 123	351 118
Compra de imobilizações	25 e 26	(395)	(1 203)
Venda de imobilizações		-	40
		25 636	25 863
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	-	66 166
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	5 070	(105 957)
Rendas pagas por operações de locação	33	(1 460)	(3 063)
		3 610	(42 854)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes			
		(312 956)	162
Caixa e equivalentes no início do período			
		640 913	517 527
Caixa e equivalentes no fim do período			
		327 957	517 689
		(312 956)	162
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	18	6	2
Disponibilidades em bancos centrais	18	11 847	4 929
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	11 269	12 434
Aplicações em instituições de crédito	23	304 835	500 324
		327 957	517 689

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

A instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 por via de um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986, a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objetivo de alargar o âmbito da atividade, a instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República – II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das atividades do Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a refletir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

A 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação de uma medida de resolução pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A., o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong International Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente, o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através da sua subsidiária no Brasil e de um escritório de representação em Paris. A atividade de Global Asset Management é desenvolvida através da sua subsidiária Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A..

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pela Haitong International Holdings Limited, com sede em 15/F, One Island South, 2, Heung Yip Road, Wong Chuk Hang, Hong Kong, sendo a Guotai Haitong Securities Co., Ltd. a entidade ao nível máximo de consolidação (“ultimate parent company”).

Em março de 2025, a Guotai Junan Securities Co., Ltd. comunicou ao mercado a conclusão do seu processo de fusão com a Haitong Securities Co., Ltd, tendo posteriormente sido alterada a sua denominação para Guotai Haitong Securities Co, Ltd.. Ao longo de 2025, foram obtidas as necessárias autorizações dos reguladores competentes do Grupo Haitong Bank, incluindo o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Banco Central do Brasil e a Autoridade Monetária das Ilhas Caimão.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico (1)	Método de consolidação	Capital Próprio	Ativo	Lucro (prejuízo) do período
Haitong Bank S.A.	1983	-	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral	618 828	2 212 085	1 712
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.	1988	2005	Portugal	Gestão de ativos	100%	Integral	30 329	30 593	435
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral	57 989	1 150 979	(2 630)
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral	4 206	4 207	130
Haitong Negócios, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral	37 765	39 571	1 011
Haitong do Brasil DTVM S.A.	2009	2009	Brasil	Gestão de ativos	80%	Integral	8 457	9 057	226
Haitong Securities do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral	19 164	23 419	536

1) Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de junho de 2026 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor na União Europeia a 1 de janeiro de 2026. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente entre todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 16 de setembro de 2026. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de março de 2026 e foram aprovadas pelo Acionista único a 15 de abril de 2026.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos e gastos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são ajustadas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo sobre uma subsidiária que constitua um negócio, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Quando o Grupo deixa de ter controlo, quaisquer interesses remanescentes na entidade são remensurados para o justo valor nessa data, sendo a alteração no valor contabilístico reconhecida em resultados do exercício. O justo valor corresponde ao valor contabilístico inicial, para efeitos da mensuração subsequente do interesse remanescente enquanto associada, empreendimento conjunto ou ativo financeiro. Adicionalmente, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais respeitantes a essa entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos e passivos relacionados. Tal poderá implicar que os valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais sejam reclassificados para resultados do exercício.

Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao custo amortizado ou ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o custo amortizado ou o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados na rubrica de “Resultados de reavaliação cambial”.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação; e
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio sob os quais os mesmos são geridos.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é deter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio *hold to collect*), e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados essencialmente instrumentos de dívida, aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda (modelo de negócio *hold to collect and sale*); e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Em 2026 e 2025, o Banco não detém instrumentos para os quais aplicou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão for detê-lo numa perspetiva de negociação (trading) ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores e/ou o instrumento não cumpra com os requisitos do teste SPPI.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Grupo não adotou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros detidos para negociação”, quando sejam:
 - i. originados ou adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo;
 - ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo; ou
 - iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – Ativos financeiros detidos para negociação, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras são reconhecidos na rubrica de “resultados de instrumentos de negociação” da demonstração de resultados.

- ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados- ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando sejam:
 - i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI); e/ou
 - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente através de resultados, isto é, variações de justo valor, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções da gestão para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a forma de gestão e objetivos definidos para aquele conjunto de instrumentos financeiros bem como a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes, pouco significativas, próximas do vencimento do ativo, as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros e/ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortizações antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa e/ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado pelos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efetuado a transação. Se o Grupo considerar que os mesmos são diretamente atribuíveis à transação os mesmos são especializados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo procede à mensuração subsequente dos ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Este preço é estimado pelo Banco de acordo com uma hierarquia condizente com os requisitos a IFRS 13. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como (i) a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, (ii) técnicas de fluxos de caixa descontados e (iii) modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (iv) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a)** Os juros e prêmio/desconto são registados em margem financeira, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b)** As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados;
- c)** As constituições/reversões de imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade em ativos financeiros”; e
- d)** As restantes alterações de valor serão reconhecidas como rendimento ou gasto quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, ou no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a)** As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente;
- b)** As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados; e
- c)** Os juros e prêmio/desconto relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva e registados em margem financeira.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a)** Os juros e o prêmio/desconto têm um procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado;
- b)** As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados;
- c)** As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade em ativos financeiros”;
- d)** Os ganhos ou perdas associadas à contabilidade de cobertura são reconhecidos em resultados “Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral”; e
- e)** As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Com efeito, quando um instrumento de dívida é valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral, os montantes reconhecidos em resultados para o período são os mesmos que seriam reconhecidos a custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
- b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

Ativos abatidos ao ativo (*Write-off*)

O Grupo reconhece um ativo abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os ativos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Eventuais recuperações posteriores à passagem do instrumento para *write-off* deverão ser registados como ganhos extraordinários, com impacto na demonstração de resultados em outros resultados operacionais.

Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objetivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objetivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contrato que reflete as perdas de imparidade incorridas;
- ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflete as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efetiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de *cash flows* descontados).

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospetiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida (designadamente, as garantias outros compromissos irrevogáveis) são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospetivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospetivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três *Stages* tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- **Stage 1 – Performing:** ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- **Stage 2 – Under Performing:** ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- **Stage 3 – Non-Performing:** ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em *Stage 1*, que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em *Stage 2*).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual de *staging*, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para *Stage 2*.

As exposições em *Stage 2* são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor, os eventos considerados pela CRR (*Capital Requirements Regulation*) na definição de incumprimento e os eventos definidos na IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para *Stage 3*. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em *Stage 2* ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em *Stage 3* estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em *Stage 1*, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - “POCI”), que são alocados no *Stage 3*. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Um aumento no risco de crédito pode resultar numa transferência de *Stage 1* para *Stage 2* ou *Stage 3*. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em *Stage 1* com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, na eventualidade de se verificar um aumento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para *Stage 2* e, consequentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para *Stage 3* ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

Quando um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (*Stage 3*), é reclassificado para *Stage 2*, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de *Stage 3*, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em *Stage 2*. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em *Stage 3*, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para *Stage 1*.

A Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Crédito a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida - títulos;

- Outros Ativos - devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa;
- Garantias prestadas e outros compromissos financeiros perante terceiros.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (*Stage 1 – Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses);
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (*Stage 2 – Under Performing* e *Stage 3 – Non-Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em *Stage 2*;
- Linhas de crédito não utilizados: o montante de imparidade associado aos compromissos de crédito não utilizados à data de referência é apurado multiplicando pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor de imparidade é apurado tendo por base a diferença entre o valor atual dos reembolsos e os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) abordagem quantitativa (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou “SICR”).

Adicionalmente, o Grupo avalia o aumento significativo do risco de crédito através de uma abordagem quantitativa que foi alvo de atualização em 2023. Para este efeito, o Grupo definiu uma matriz de transição baseada numa metodologia interna de *pricing*. Esta abordagem envolve a comparação entre o *rating* do instrumento financeiro à data de reporte vis-à-vis o *rating* na data do reconhecimento inicial, sendo que a deterioração de risco de crédito necessária para uma reclassificação em *Stage 2* variará dependendo da classificação inicialmente atribuída ao instrumento financeiro.

Os sinais de alerta internos utilizados são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido (considerando capital, juros, taxas ou outros encargos) há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal, ou noutros registos centrais de crédito ou de insolvência; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) transações com um aumento de spread superior a 30% desde a sua originação; e (vi) outras situações pontuais/excecionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para *Stage 2*. O Comité de Imparidade e a Comissão Executiva são convocados para tomarem uma decisão nos casos de: (i) clientes com pelo menos 3 *triggers* ativos na avaliação de sinais de alerta prévios (questionário *Early Warning Signals*); (ii) clientes alvo de um *downgrade* de pelo menos 4 níveis, mas que permanecem com uma categoria de investimento durante o período; (iii) transações com um aumento de spread superior a 30% desde a sua origemação.

Adicionalmente, o Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em *Stage 1* um questionário denominado “*Early Warning Signals*” que visa identificar de forma oportuna indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em *Stage 1* e *2*, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para *Stage 3*. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em *Stage 2* ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva lifetime, determinando a taxa de imparidade mínima aplicável aos instrumentos financeiros.

Definição de incumprimento

No âmbito da IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando uma definição semelhante à utilizada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições com valores materialmente vencidos há mais de 90 dias; 2) reduzida probabilidade de reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º da CRR e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas (“NPE”), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Em 30 de junho de 2024, o Grupo equiparou a crédito não produtivo as exposições relativas a montantes a receber relativos a comissões por serviços prestados em atraso há mais de 90 dias, assim como outros ativos relativos a créditos ou títulos de dívida em incumprimento que foram alvo de um processo de recuperação, estando dependentes de forma direta de ações judiciais sobre os devedores originais.

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram sujeitas a medidas de reestruturação (*forbearance*) por dificuldades financeiras do devedor segue a definição regulamentar. Entende-se por medidas de reestruturação uma concessão acordada entre o Banco e um devedor que se depre ou seja provável que se venha a deparar com dificuldades para respeitar os seus compromissos financeiros. Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Grupo a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

- i. uma alteração aos termos e condições originais de um contrato que não teria sido aprovada se o devedor não estivesse a ter problemas financeiros que o impossibilitassem de cumprir o serviço da dívida;
- ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limiar (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de *forbearance* adotada pelo Grupo segue o artigo 47ºB da CRR, bem como os princípios do Banco Central Europeu e os critérios de referência aplicáveis às exposições diferidas estabelecidos pelo Banco de Portugal ao abrigo da Carta Circular CC/2018/00000062, de novembro de 2018.

2.4.2 Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados financeiros como ferramenta de gestão de riscos financeiros, principalmente para cobrir o risco de taxa de juro. Quando estas operações cumprem determinados requisitos definidos nas IFRS, consideram-se operações de cobertura contabilísticas. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Neste âmbito, o Grupo aplica as disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura.

O Grupo realiza uma documentação formal da relação de cobertura que inclui a identificação do instrumento de cobertura e do elemento coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Para que se verifique o requisito de eficácia:

- a) deve haver uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura;
- b) o risco de crédito da contraparte do elemento coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica; e
- c) o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do elemento coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado de acordo com a respetiva política contabilística é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto.

As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Estas variações são reconhecidas em resultados de contabilidade de cobertura.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios de exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. No que respeita ao ativo ou passivo coberto, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado por margem financeira pelo período de vida útil remanescente do item coberto. Se o elemento coberto for vendido, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é reconhecido na totalidade em resultados do exercício.

2.4.3 Passivos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado; ou
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados (i) os passivos emitidos com o objetivo de recompra no curto prazo, (ii) os passivos que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou (iii) os passivos que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "*mismatch*" contabilístico; ou
- o passivo incluir um derivado embutido.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação (*ask-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de recompra é registada diretamente em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pelo Grupo no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subseqüentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito próprio do passivo é reconhecida em outro rendimento integral; e
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido diretamente em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos similares" com base na taxa de juro efetiva de cada instrumento.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis de acordo com a IFRS 9, e subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efetiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos. Os passivos financeiros são desreconhecidos com base na data de liquidação (*settlement date*).

2.4.4 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira bem como os ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. A taxa efetiva inclui as eventuais comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos

e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (cuja comissão referida são reconhecidas diretamente em resultados).

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no *Stage 1* ou *Stage 2* são apurados aplicando a taxa de juro efetiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respetiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no *Stage 3*, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospetiva, i.e., para ativos financeiros que entrem em *Stage 3* os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efetiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Quanto aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro decorrente da variação de justo valor não é separada, sendo assim apresentada em resultados de ativos e passivos detidos para negociação e resultado de cobertura.

2.4.5 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato e efetuada a condições de mercado. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.4.6 Contratos de garantia de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual, comercial ou legal.

Quando a garantia de performance confere ao Grupo direitos contratuais de indemnização para recuperar quaisquer pagamentos efetuados ao titular da garantia por parte do requerente e esses direitos são cobertos por colaterais, são tratadas como um compromisso de empréstimo concedido ao requerente, se o Grupo concluir que não existe nenhum evento com substância comercial que possa fazer com que o Grupo incorra numa perda resultante do acordo de garantia.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Este valor é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato.

No final de cada período de reporte, os contratos de garantias de performance são mensurados pelo maior valor entre (i) o seu valor não amortizado no momento de reconhecimento inicial e (ii) o valor da provisão determinada com base nos modelos de perdas de crédito esperadas.

2.5. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente; e
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declarados.

2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esta possibilidade legal não pode depender de acontecimentos futuros, devendo ser executável no decurso da atividade do Grupo, ou mesmo em caso de insolvência ou falência do Grupo ou das suas contrapartes.

2.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo histórico inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalação de interiores	4 a 10
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	2 a 10

As vidas úteis dos outros ativos tangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de balanço um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada.

No que concerne aos imóveis recebidos em dação, os mesmos encontram-se registados em 31 de dezembro de 2025 na rubrica de outros ativos em virtude dos mesmos não cumprirem com os requisitos de reconhecimento preconizados na IFRS 5. Estes imóveis encontram-se registados ao menor entre o valor de dação e o justo valor deduzido de custos para venda. A valorização destes ativos e consequentemente as perdas por imparidade encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e melhor uso do imóvel.

2.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

O Haitong Bank apenas reconhece ativos intangíveis relativos a software. Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

As despesas com o desenvolvimento interno com software, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

SaaS (Software as a Service) são contratos de serviços que proporcionam ao Grupo o direito de acesso a *software* de um fornecedor via soluções *cloud* durante um determinado período.

Os custos incorridos para configurar ou personalizar e as taxas de utilização para obter acesso ao *software* são reconhecidos como despesas operacionais à medida que os serviços prestados.

Caso existam custos incorridos relacionados com o desenvolvimento específico do SaaS (Software as a Service) que melhore, modifique, ou crie capacidades adicionais, e que cumpram com a definição e os critérios previstos na IAS 38 são reconhecidos como um ativo intangível.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.10. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este ativo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificável;
- o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo se:

- i. o Grupo tem o direito de operar o ativo; ou
- ii. o Grupo desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 euros). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Como locatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso em Outros Ativos tangíveis e um passivo de locação em Outros passivos na data de início da locação. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até à data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efetuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos contratuais estimados. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento do Grupo como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, incrementado pelo custo com juros e diminuído pelos pagamentos das rendas ao locador, sendo reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do ativo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os custos associados a esses contratos diretamente em resultados em gastos gerais administrativos.

Como locador

Quando o Banco atua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

O Banco atualmente não realiza operações de *sale and leaseback*.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 15, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela Golden - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do setor bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respetivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêm o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada nesse cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir, é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

O SAMS também se aplica aos familiares dos colaboradores, de acordo com a cláusula 110ª "Beneficiários" do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT").

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera. Nomeadamente:

França

O Grupo oferece aos seus colaboradores do Escritório de Paris seguros complementares de saúde e seguros pessoais, nomeadamente através da seguradora Humanis Prévoyance.

A Humanis Prévoyance providencia o reembolso complementar das despesas de saúde sobre a parte que não é reembolsada pela Segurança Social Francesa e ainda indemniza o colaborador beneficiário em caso de acidente.

Espanha

A Sucursal de Espanha proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de uma seguradora de saúde denominada ASISA. Esta empresa privada é responsável pela cobertura das despesas médicas em caso de consultas de diagnóstico, tratamentos, internamentos e cirurgias.

Brasil

O Grupo proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de um Serviço de Assistência Médica específico. A empresa que dá acesso ao reembolso para tratamento de doenças e preservação da saúde é a operadora Care Plus, líder no segmento de saúde corporativa no Brasil que pertence à Bupa Global, uma das maiores seguradoras de saúde do mundo.

A Care Plus possui rede própria de médicos, além do sistema de reembolso de procedimentos e consultas médicas, bem como acesso a hospitais e laboratórios em todo o território nacional.

Macau

A Sucursal de Macau proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através do Grupo American International Assurance (“AIA”).

A AIA é o maior grupo cotado de seguros de vida na zona Ásia-Pacífico e oferece aos seus beneficiários cobertura médica mundial e seguro de vida de grupo. A AIA possui ainda uma extensa rede de médicos e de clínicas em toda a região, além de um sistema de reembolso online de fácil acesso à disposição dos seus beneficiários.

Reino Unido

Na Sucursal de Londres, os benefícios de saúde para os colaboradores são obtidos através de um seguro médico privado prestado pela seguradora de saúde Bupa Health UK, a principal empresa de seguros de saúde no Reino Unido e uma das maiores do mundo. Os colaboradores têm acesso a tratamentos de saúde física e mental, tratamentos em hospitais privados, consultas privadas, acesso a um serviço digital de medicina geral, atendimento ambulatorio e ainda acesso a uma rede de laboratórios em todo o Reino Unido.

Polónia

A Sucursal do Haitong em Varsóvia oferece aos seus colaboradores benefícios de saúde através da Medcover. A Medcover é uma empresa privada que oferece diversos serviços de saúde, incluindo atendimento ambulatorio e especializado e acesso a uma rede de hospitais, laboratórios e pontos de colheita de sangue fornecidos sob duas secções – Serviços de Saúde e Serviços de Diagnóstico. A Medcover também proporciona aos nossos colaboradores os benefícios exigidos no âmbito da medicina do trabalho.

Os colaboradores das geografias são abrangidos por planos de contribuição definida.

Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.12. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos

diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, bem como sobre os prejuízos fiscais passíveis de reporte para exercícios posteriores, utilizando as taxas de imposto decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem e os prejuízos fiscais sejam consumidos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem nem o lucro contabilístico nem o fiscal e que não resultem de um reconhecimento simultâneo numa única transação, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento do Imposto sobre o rendimento’ - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo as contas refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excepcionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como o previsto na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificado uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos correntes e diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

Os trabalhos desenvolvidos ao nível do Quadro Inclusivo da OCDE/G20 relativos ao denominado “Pilar 2” resultaram na adoção das respetivas regras modelo ao nível da UE, com a publicação da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022 (Diretiva Pilar 2). De forma resumida, este regime pretende assegurar que os lucros de grupos multinacionais com receitas superiores a 750 milhões de euros fiquem sujeitos a um nível mínimo de tributação efetiva não inferior a 15% em todas as jurisdições onde estejam estabelecidos. Essa tributação mínima opera por via de um denominado imposto complementar cujo apuramento e cobrança fica primariamente a cargo da jurisdição onde se encontre a denominada entidade mãe-final (UPE) do grupo multinacional ou de uma sociedade holding intermédia desse grupo, nos casos em que a jurisdição da UPE não adote o regime – regra da inclusão de rendimentos (IIR). Quando este mecanismo não seja aplicável, será ativada a denominada regra dos lucros insuficientemente tributados (UTPR) (UTPR) ao nível das sociedades detidas.

Em Portugal, a Diretiva Pilar 2 foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, cujo Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG) introduziu também um designado imposto complementar nacional qualificado (ICNQ-PT), por via do qual caberá a Portugal a prioridade na arrecadação de eventual imposto complementar Pilar 2 relativo às entidades aí localizadas. O RIMG encontra-se em vigor a partir do exercício de 2024, com exceção da regra UTPR, que se aplica a partir de 2025.

A legislação aprovada prevê ainda um conjunto de disposições de salvaguarda, aplicáveis durante os 3 primeiros exercícios (2024 – 2026), que visam minimizar o esforço administrativo dos grupos multinacionais com a aplicação das regras Pilar 2. Nos termos destas disposições de salvaguarda, o imposto complementar Pilar 2 devido em Portugal poderá ser considerado zero, mediante a verificação de pelo menos um de determinados testes baseados na declaração de informação financeira e fiscal (também designada Country-by-Country Report – CbCR) do Grupo.

O Banco, qualifica-se como entidade constituinte pertencente a um Grupo multinacional abrangido pelo regime Pilar 2, cuja UPE é o Guotai Haitong Securities Co.Ltd., sedado em Xangai, China. Na medida em que as entidades a montante na sua cadeia de detenção se encontram localizadas em jurisdições que ainda não aplicam o regime Pilar 2, poderá competir ao Banco o pagamento em Portugal de imposto complementar relativo às jurisdições das suas sucursais e subsidiárias em 2026, por via da IIR, bem como de outras entidades do Grupo a partir de 2026, por via da UTPR.

Nesse sentido, o Banco procedeu à análise e estimativa dos impactos da aplicação desta Lei na sua esfera, como referência ao exercício de 2025 e 2024, tendo em especial consideração a possibilidade de aplicação das disposições de salvaguarda transitórias mencionadas no parágrafo anterior.

É de notar que o Banco aplica a exceção temporária prevista na IAS 12 para o reconhecimento e divulgação de informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento resultantes do RIMG.

2.13. CATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos seguindo o tratamento previsto pela IAS 37.

2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (*performance obligation*) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas; e
- Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas.

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva nas rubricas de rendimentos ou encargos com juros.

2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação com risco imaterial de flutuação do justo valor, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito.

Os fluxos provenientes de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e pelo custo amortizado são alocados a atividades de investimento, por sua vez, os fluxos dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados são alocados à atividade operacional.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para a emissão. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- i) Aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- ii) Aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas na Nota 40 – Eventos Subsequentes.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram efetuadas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, considerando o contexto de incerteza na atual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1..

Análise Individual

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual de *staging*, abrangendo: i) as vinte maiores exposições *corporate*; ii) as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (*Stage 2*); iii) as exposições em imparidade (*Stage 3*); iv) clientes alvo de um *downgrade* de pelo menos 4 níveis, mas que permanecem com uma categoria de investimento; v) transações com um aumento de spread superior a 30% desde a sua originação; vi) clientes com pelo menos 3 *triggers* ativos no questionário *Early Warning Signals*; e garantir que as mesmas são alvo de análise pelo Comité de Imparidade e Comissão Executiva. As exposições em *Stage 2* são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para *Stage 3*.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com *cash flows* esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável (cenário base), como também cenários alternativos (cenários otimistas ou pessimistas). Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades das carteiras de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) a exposição no momento do *default* (*Exposure at Default*), (iv) *Haircut* de colaterais, e (v) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado período. O Grupo leva em consideração as PD disponibilizadas pela Standard & Poor's (S&P). O processo de atribuição de *rating* – e *driver* para aplicação das PDs – é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade. As PDs divulgadas pela S&P são, pela sua natureza, PDs *Through-the-Cycle* (TTC). Como tal, e para cumprir os requisitos da IFRS 9, o Grupo procede à conversão das referidas PDs para informação *point-in-time* (PiT) e *forward-looking*. Esta conversão é efetuada de acordo com uma metodologia interna que assenta na correlação das PDs divulgadas pela S&P com variáveis macroeconómicas explicativas selecionadas;

- A Perda dado o incumprimento (LGD) reflete a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação), dependendo do tipo de devedor (*corporate* ou soberano) e do grau de colateralização (colateralizado ou não);
- A Exposição no momento do Default (EAD) é determinada como o custo amortizado de cada instrumento financeiro tendo por base o método da taxa de juro efetiva;
- O Grupo aplica o *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR);
- Fator de conversão de crédito (CCF) para posições extra-patrimoniais é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Grupo atualizou os *inputs* do modelo de imparidade coletiva em 2025 no que se refere à incorporação de informação prospetiva, conforme informação apresentada na Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade.

3.2 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

O histórico de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por Impostos Diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios considerado razoável.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspetiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de

Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

3.3 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxa de desconto das responsabilidades, tábuas de mortalidade, taxas de crescimento salarial e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Para efeitos de justo valor das obrigações e instrumentos de capital, é privilegiada a utilização da sua cotação, nomeadamente o preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência dessa cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte, podendo requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Relativamente aos passivos financeiros, o Grupo aplica a mesma hierarquia de valorização, mas considerando o *ask-price*.

Em relação aos derivados, são considerados fatores de risco de mercado (ex. curvas de taxa de juro e taxas de câmbio) que alimentam os modelos de avaliação implementados para cada derivado. Adicionalmente, é calculado o CVA para o qual são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.5 CLASSIFICAÇÃO DE CONTRATOS DE GARANTIA DE PERFORMANCE

O Grupo analisou os contratos de garantia de performance emitidos para avaliar se os mesmos cumpriam a definição de contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

O Grupo concluiu que os seus contratos de garantia de performance expõem o Banco unicamente ao risco de crédito do requerente porque (i) todos os contratos exigem que os clientes que solicitam este tipo de contrato garantam totalmente as suas obrigações de indemnizar o Grupo como emitente e (ii) não existem cenários com substância comercial em que o Banco teria de pagar montantes adicionais significativos aos titulares de tais garantias.

Assim, o Grupo contabiliza estes contratos como compromissos de empréstimo nas rubricas extrapatrimoniais e de acordo com a IFRS 9. O valor bruto das garantias de performance emitidas e contabilizadas como compromissos de empréstimo nas rubricas extrapatrimoniais ascende a 76 187 milhares de euros a 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025: 79 327 milhares de euros) (ver Nota 36) e o valor contabilístico do passivo relacionado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é de 107 milhares de euros a 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025: 74 milhares de euros). A receita com comissões reconhecida para estas garantias de performance foi de 2 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 12 milhares de euros).

3.6 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferido tendo por base a perspetiva do Conselho de Administração suportada com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais (jurisprudência), os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3.7 PRAZO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

O Grupo aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão contratuais. O Grupo determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de renovação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescisão, se for razoavelmente certo que não seja exercida.

Esta avaliação tem impacto no prazo de locação, que poderá afetar significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições (M&A)

A Direção de Fusões e Aquisições (M&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, assessoria financeira em processos de reestruturação e elaboração de estudos de viabilidade.

Capital Markets

A Direção de Capital Markets abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, empresas públicas e entidades estatais.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes,

bem como de produtos híbridos, obrigações associadas a critérios de sustentabilidade, *project bonds*, programas de papel comercial e gestão de passivo.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida com base nas oportunidades que vão surgindo, pressupondo uma análise caso a caso, e abrange maioritariamente aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição/venda, instrumentos de capital e admissões à negociação (ou saídas de Bolsa) de clientes corporativos.

Corporate Derivatives

A área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos, nomeadamente taxas de juro, FX e *commodities*, e apoia as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu negócio e fazer o *lock-in* da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de cobertura contra a subida das taxas de juro e contra as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos, e ainda otimizar a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

Composta por equipas especializadas em Trading, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de syndicação para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. É ainda responsável pela gestão das carteiras de Investimento e de Trading do Haitong Bank, de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.

No Brasil, a Direção de Fixed Income tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco está exposto localmente, tais como: taxas de juro fixas, inflação, FX e *equities*, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária), seguindo as diretrizes internas e de acordo com as políticas de investimento aprovadas pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil.

Corporate and Project Financing

A Direção de Corporate and Project Financing tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition/leverage finance*, *project finance*, financiamentos para empresas (incluindo empréstimos garantidos por ativos e outros empréstimos corporativos), bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e montagem de operações de financiamento.

Corporate and Project Financing Coordination Unit HO

A Corporate and Project Financing Coordination Unit HO é responsável por coordenar e supervisionar a atividade e o pipeline globais de Corporate and Project Financing, implementar a estratégia de produto através de uma gestão do apetite ao risco e das orientações de negócio definidas pela administração, alocar transações entre geografias, apoiar a estruturação, definição de preço e execução de transações, assegurar uma abordagem consistente ao mercado e a coordenação interna, bem como monitorizar a carteira global e os principais riscos.

Client Coverage

A Direção de Client Coverage é responsável por gerir o relacionamento com clientes de vários setores e por identificar oportunidades de negócios em linha com a estratégia de negócio do Banco e os recursos e experiência de cada uma das suas áreas de produtos.

Esta área também monitoriza oportunidades *cross-border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de *funding*, atuais e futuras, do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria é também responsável pela gestão da carteira própria de HQLA do Banco.

Global Asset Management

Este segmento de negócio, desenvolvido através da subsidiária Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., inclui a gestão de fundos de *private equity*, bem como diversos mandatos e carteiras de ativos. A estratégia da empresa está centrada em proporcionar crescimento sustentável e valor a longo prazo, combinando inovação, gestão de risco e soluções orientadas para o cliente.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições do Banco classificadas como não-produtivas, de acordo com os critérios do IFRS9.

A área de SPM gere também todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de as operações estarem em situação de incumprimento ou serem classificadas como não-produtivas.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de administração e fiscalização, bem como a áreas tais como Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, entre outras.

Outros segmentos

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS8, não estão sujeitas a individualização obrigatória.

4.2. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ATIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A atividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado. O preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito). As restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros ativos e passivos

Sendo a atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados ao método do capital

Os investimentos em associadas que são consolidados pelo método da equivalência patrimonial são incluídos no segmento designado por "Outros", para as associadas do Haitong Bank. Relativamente aos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo, essas entidades são alocadas aos segmentos a que dizem respeito.

Ativos não correntes

O segmento Centro Corporativo é composto por ativos não correntes que, tal como previsto na IFRS 8, incluem Outros ativos tangíveis, Ativos intangíveis e imóveis recebidos em dação de pagamento que ainda não se enquadram na classificação de Ativos não correntes detidos para venda.

Ativos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos por impostos diferidos estão afetos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Macau e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efetuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:											
	30.06.2026											
	Corporate and Project Financing	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições (M&A)	Capital Markets	Corporate Derivatives	Fixed Income	Asset Management	Tesouraria	Client Coverage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	8 858	102	(9)	(10)	(2)	(2 682)	827	6 465	17	(73)	579	14 072
Serviço a Clientes	928	14	163	1 987	(43)	56	716	(20)	(44)	(60)	545	4 242
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	9 786	116	154	1 977	(45)	(2 626)	1 543	6 445	(27)	(133)	1 124	18 314
Resultados Op Financeiras e diversos	153	628	34	103	147	13 962	35	(170)	-	(24)	(742)	14 126
Custos Deduzindo Produto Bancário	(132)	-	(11)	(3)	(2)	(1)	(41)	(217)	(5)	(246)	(1 540)	(2 198)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	58	(116)	(41)	-	14	270	(399)	32	21	-	161	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	9 865	628	136	2 077	114	11 605	1 138	6 090	(11)	(403)	(997)	30 242
Custos operacionais	2 216	260	1 503	1 179	709	2 320	903	735	941	7 409	8 138	26 313
Custos com pessoal	1 637	166	1 025	854	417	1 341	589	338	737	5 187	5 142	17 433
Gastos gerais administrativos	418	72	344	210	253	839	276	374	129	1 467	2 416	6 798
Depreciações e Amortizações	161	22	134	115	39	140	38	23	75	755	580	2 082
Resultado Bruto	7 649	368	(1 367)	898	(595)	9 285	235	5 355	(952)	(7 812)	(9 135)	3 929
Imparidade e Provisões	(330)	-	-	(10)	-	(1 126)	(1)	(207)	-	-	537	(1 137)
Imparidade de crédito	(60)	-	-	-	-	-	-	(517)	-	-	23	(554)
Imparidade de títulos	(22)	-	-	-	-	(1 113)	-	307	-	-	1	(827)
Provisões líquidas e outras imparidades	(248)	-	-	(10)	-	(13)	(1)	3	-	-	513	244
Resultado antes de impostos	7 319	368	(1 367)	888	(595)	8 159	234	5 148	(952)	(7 812)	(8 598)	2 792
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 542	1 542
Resultado líquido do período	7 319	368	(1 367)	888	(595)	8 159	234	5 148	(952)	(7 812)	(10 140)	1 250
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111)	(111)
Atribuível aos acionistas do Banco	7 319	368	(1 367)	888	(595)	8 159	234	5 148	(952)	(7 812)	(10 029)	1 361

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

	Período de 6 meses findo em:											
	30.06.2025											
	Corporate and Project Financing	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições (M&A)	Capital Markets	Corporate Derivatives	Fixed Income	Asset Management	Tesouraria	Client Coverage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 022	(1)	(16)	(17)	583	8 137	415	5 360	(6)	636	-	24 113
Serviço a Clientes	2 126	18	1 383	2 194	(43)	257	151	(88)	124	(260)	-	5 862
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	11 148	17	1 367	2 177	540	8 394	566	5 272	118	376	-	29 975
Resultados Op Financeiras e diversos	562	716	65	(20)	3 601	850	60	(1 162)	-	1 152	(1)	5 823
Custos Deduzindo Produto Bancário	(80)	(0)	(9)	(8)	(49)	(442)	(20)	(121)	0	(2 474)	-	(3 203)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	(602)	7	-	-	(33)	83	2	(198)	-	742	-	1
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	11 028	740	1 423	2 149	4 059	8 885	608	3 791	118	(204)	(1)	32 596
Custos operacionais	1 631	488	1 486	1 456	716	2 398	679	879	455	17 384	0	27 572
Custos com pessoal	1 361	277	1 114	1 135	391	1 329	413	367	373	11 486	0	18 246
Gastos gerais administrativos	186	190	262	215	290	952	256	485	47	4 372	1	7 256
Depreciações e Amortizações	84	21	110	106	35	117	10	27	35	1 526	(1)	2 070
Resultado Bruto	9 397	252	(63)	693	3 343	6 487	(71)	2 912	(337)	(17 588)	(1)	5 024
Imparidade e Provisões	(1 611)	1 356	(159)	47	(804)	(284)	-	(169)	(1)	(295)	0	(1 920)
Imparidade de crédito	(1 324)	110	-	-	(804)	-	-	80	-	(23)	(0)	(1 961)
Imparidade de títulos	83	-	-	-	-	(281)	(0)	(246)	-	-	0	(444)
Provisões líquidas e outras imparidades	(370)	1 246	(159)	47	-	(3)	(0)	(3)	(1)	(272)	0	485
Resultado antes de impostos	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	(71)	2 743	(338)	(17 883)	(1)	3 104
Impostos	-	-	-	-	-	-	(741)	-	-	-	2 727	1 986
Resultado líquido do período	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	670	2 743	(338)	(17 883)	(2 728)	1 118
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	104
Atribuível aos acionistas do Banco	7 786	1 608	(222)	740	2 539	6 203	670	2 743	(338)	(17 883)	(2 832)	1 014

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2026				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido*	(1 422)	1 900	(177)	1 060	1 361
Ativo líquido	1 321 972	712 020	1 183 957	64 403	3 282 352
Investimentos em ativos					
tangíveis	128	17	-	-	145
intangíveis	211	-	25	13	249

*Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco

(milhares de euros)

	31.12.2025				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido*	(4 145)	(17 145)	(8 426)	48	(29 668)
Ativo líquido	1 378 923	745 676	1 253 407	51 493	3 429 499
Investimentos em ativos					
tangíveis	269	256	1 302	5	1 832
intangíveis	469	28	35	-	532

*Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:					
	30.06.2026			30.06.2025		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	23 642	-	23 642	26 829	-	26 829
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 220	-	6 220	12 245	-	12 245
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9 753	-	9 753	10 803	-	10 803
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	54 917	54 917	-	52 802	52 802
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	16 731	-	16 731	17 683	-	17 683
Outros juros e proveitos similares	624	-	624	521	-	521
	56 970	54 917	111 887	68 081	52 802	120 883
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	58 707	-	58 707	52 883	-	52 883
Juros de responsabilidades representadas por títulos	11 252	-	11 252	12 125	-	12 125
Juros de recursos de clientes	27 618	-	27 618	31 325	-	31 325
Juros de locações	182	-	182	338	-	338
Outros juros e custos similares	56	-	56	99	-	99
	97 815	-	97 815	96 770	-	96 770
Total	(40 845)	54 917	14 072	(28 689)	52 802	24 113

Em 30 de junho de 2026, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 877 milhares de euros e 996 milhares de euros relativos a contratos marcados como *Stage 2* e como *Stage 3*, respetivamente (30 de junho de 2025: 887 milhares de euros 1534 milhares de euros, respetivamente).

A rubrica juros de locações refere-se ao gasto de juros relativo aos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos a 30 de junho de 2026 e 2025, bem como os respetivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 6 – RENDIMENTOS E ENCARGOS SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	2 785	3 262
Por garantias prestadas	337	579
Por operações realizadas com títulos	1 726	2 594
	4 848	6 435
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	60	69
Por operações realizadas com títulos	475	443
Por garantias recebidas	130	143
	665	655
Total	4 183	5 780

Em 30 de junho de 2026, o rendimento e encargos serviços e comissões inclui um montante de 680 milhares de euros (30 de junho de 2025: (112) milhares de euros) realizado com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 37).

A 30 de junho de 2026 e 2025, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por área geográfica:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Rendimentos de serviços e comissões		
Polónia	368	2 117
Portugal	1 376	1 871
China	1 628	698
Brasil	282	449
Espanha	399	406
Luxemburgo	274	257
Hong-Kong	257	16
Reino Unido	55	239
Irlanda	100	118
Angola	42	-
República Checa	22	-
Outros	45	144
Total	4 848	6 435

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Ativos e passivos de negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	(23 853)	62 494
De outros emissores	(219)	338
Ações	(50)	206
	(24 122)	63 038
Instrumentos financeiros derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	(6 269)	9 800
Contratos sobre taxas de juro	29 417	(61 067)
Contratos sobre acções/índices	(404)	(400)
Outros	2 257	(3 159)
	25 001	(54 826)
Total	879	8 212

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados nas Notas 19 e 20.

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos		
Crédito a clientes	-	1
Ações	67	338
Outros títulos de rendimento variável	466	1 057
	533	1 396
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	2 749	12
	2 749	12
Total	3 282	1 408

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	833	3 229
Total	2 998	3 229

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 10 - RESULTADOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em:	
		30.06.2026	30.06.2025
Resultados de Contabilidade de cobertura			
Derivados de cobertura	21	25	(1 037)
Elementos cobertos	22	335	947
Total		360	(90)

O Grupo realiza coberturas contabilísticas utilizando essencialmente futuros de taxa de juro. Encontram-se registadas nesta rubrica as variações de justo valor dos derivados designados para cobertura bem como a respetiva variação do risco coberto dos instrumentos de dívida designados para cobertura.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados nas Notas 21 e 22.

NOTA 11 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Reavaliação Cambial	5 430	(15 394)
Total	5 430	(15 394)

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.. A exposição dos ativos e passivos, por moeda, é apresentada na Nota 39.

NOTA 12 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de junho de 2026 e de 2025, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	2 885	2 639
Total	2 885	2 639

Em 2026, o Banco procedeu à venda de títulos, no valor global de 64 253 milhares de euros (103 650 milhares de euros em junho de 2025). Estas transações geraram um resultado de 2 2885 milhares euros de mais valias da venda de obrigações (2 639 milhares de euros em junho de 2025).

As vendas efetuadas enquadram-se no modelo de negócio de Hold to Collect, e cumprem os limites estipulados pelo Grupo para efeitos de cumprimento do regulamentado na IFRS9, nomeadamente em relação a transações (i) infrequentes ou pouco significativas ou (ii) motivadas por aumento significativo do risco de crédito dos ativos financeiros.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 13 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Outros serviços de clientes	59	84
Impostos diretos e indiretos	(1 604)	(2 380)
Ativos não financeiros	-	5
Sub-leasing	247	242
Outros resultados de exploração	(553)	3 925
Recuperações de Operações abatidas ao ativo		
Recuperações de Crédito	78	51
Recuperações de títulos	641	739
Outras recuperações	35	33
Total	(1 097)	2 699

Os impostos diretos e indiretos incluem:

- 988 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (30 de junho de 2025: 1 376 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 30 de junho ;
- 149 milhares de euros relativos ao custo relacionado com o Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/CONFINS) (30 de junho de 2025: 180 milhares de euros), criados através do art. 239 da Constituição de 1988 e as Leis Complementares 7, de 07 de setembro de 1970, e 8, de 03 de dezembro de 1970; e pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

Os Outros resultados de exploração incluem:

- 337 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição para o Fundo de Resolução Nacional (30 de junho de 2025: 490 milhares de euros):

Em junho de 2026, registou-se uma recuperação de 641 milhares de euros relativa a um instrumento de dívida (30 de junho de 2025: 739 milhares de euros).

NOTA 14 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Vencimentos e salários		
Remunerações	13 587	13 751
Prémios de carreira (Nota 15)	38	(21)
Impacto Acordos Rescisão	77	120
Custos com pensões de reforma (Nota 15)	32	43
Outros encargos sociais obrigatórios	2 792	3 418
Outros custos	907	935
Total	17 433	18 246

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 30 de junho de 2026 e 2025, são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026			
	Função de fiscalidade do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
Remuneração fixa total				
Número de membros do pessoal identificado	6	6	52	7
Remuneração fixa total	195	765	3 473	266
Do qual: pecuniária	195	765	3 473	266
Total	195	765	3 473	266

(milhares de euros)

	30.06.2025			
	Função de fiscalidade do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
Remuneração fixa total				
Número de membros do pessoal identificado	6	6	49	6
Remuneração fixa total	195	856	3 317	222
Do qual: pecuniária	195	856	3 317	222
Total	195	856	3 317	222

No primeiro semestre de 2026, o Grupo Haitong Bank pagou 537 milhares de euros em remunerações variáveis aos membros dos órgãos de administração e aos colaboradores identificados relativo às parcelas diferidas da remuneração variável de 2022, 2023 e 2024.

Adicionalmente, foram reconhecidos 640 milhares de euros relativos à remuneração variável de desempenho referente a 2025. Estes montantes são comparáveis ao valor de 1 556 milhares de euros pagos em 2025.

Considera-se na categoria de “Pessoal Identificado” os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“Identified Staff”).

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2025
Funções diretivas	171	177	179
Funções de chefia	2	3	2
Funções específicas	117	113	115
Funções administrativas	18	19	20
Funções auxiliares	4	4	4
Total Grupo Haitong Bank (Média)	311	315	319

Em 30 de junho de 2026, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 311 colaboradores, comparável com 309 em dezembro 2025.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela Golden - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2026	30.06.2025
Pressupostos Financeiros		
Taxa de desconto	4.32%	4.03%
Taxa de crescimento de pensões	2026: 1,95% ≥2027: 1,00%	2025: 1,85% ≥2026: 0,50%
Taxa de crescimento salarial	2026: 2,20% ≥2027: 1,25%	2025: 2,10% ≥2026: 0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização atuarial	Projected Unit Credit e VAPP	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 30 de junho de 2026 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades (14.3 anos).

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	30.06.2025
Custo do serviço corrente	32	43
Custo / (Proveitos) de juros	(352)	(190)
Saldo final	(320)	(147)

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

Prémios de carreira

Em 30 de junho de 2026, 31 de dezembro de 2025, e 30 de junho de 2025, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2025
Responsabilidades no início do período	464	465	486
Custo do exercício	38	(1)	(21)
Responsabilidades no fim do período	502	464	465

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Comunicações e expedição	1 236	1 533
Rendas e alugueres	422	331
Deslocações e representação	293	219
Conservação e reparação	28	251
Seguros	67	67
Publicidade e publicações	10	(204)
Judiciais e contencioso	21	24
Informática	1 956	2 042
Mão de obra eventual	13	2
Trabalho independente	179	474
Outros serviços especializados	1 898	1 445
Outros custos	675	1 072
Total	6 798	7 256

Na rubrica Rendas e alugueres são apresentados os custos referentes aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor, conforme descrito na política contabilística 2.10..

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos.

A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 17 - RESULTADOS POR AÇÃO**Resultados por ação básicos**

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pelo Banco e detidas na carteira como ações próprias.

(milhares de euros)

	Período de 6 meses findo em:	
	30.06.2026	30.06.2025
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco	1 361	1 014
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	174 321	174 256
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0.01	0.01

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

NOTA 18 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Caixa	6	6
Disponibilidades em bancos centrais		
Banco de Portugal	4 773	4 802
Outros bancos centrais	7 074	8 849
	11 847	13 651
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	7 684	1 047
	7 684	1 047
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	3 585	9 831
	3 585	9 831
	23 122	24 535
Perdas por imparidade	-	(28)
Total	23 122	24 507

A rubrica Depósitos em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de carácter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de junho de 2026 foi incluído no período de manutenção de 17 de junho de 2026 a 28 de julho de 2026, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 750 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 1 598 milhares de euros).

NOTA 19 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	880 749	819 958
De outros emissores	37 242	50 030
	917 991	869 988
Passivos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	513	32 724
	513	32 724
Líquido	917 478	837 264

A 30 de junho de 2026, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 839 919 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 766 998 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 36).

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses	520	4 796
De 3 meses a um ano	5 306	7 213
De um a cinco anos	35 363	39 228
Mais de cinco anos	876 802	818 751
Total	917 991	869 988

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação - títulos são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma.

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	880 749	-	880 749	819 958	-	819 958
De outros emissores	37 207	35	37 242	50 030	-	50 030
Total valor de balanço	917 956	35	917 991	869 988	-	869 988

Adicionalmente, o Banco efetua *backtesting* a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço, sendo apresentado o seu justo valor na Nota 36. Quando os mesmos são vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Estes passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização do Banco.

NOTA 20 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Instrumentos financeiros derivados (ativos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	4 709	6 013
Contratos sobre taxas de juro	13 752	11 351
	18 461	17 364
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	7 259	5 700
Contratos sobre taxas de juro	10 822	17 338
	18 081	23 038
Posição Líquida derivados	380	(5 674)

Os derivados de negociação a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Nocional	Justo Valor		Nocional	Justo Valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		649	522		204	1
- compras	54 451			5 558		
- vendas	54 437			5 558		
Currency Swaps		136	2 757		527	247
- compras	286 996			140 080		
- vendas	289 632			139 932		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	53 079			19 767		
- vendas	60 100			20 863		
Currency Interest Rate Swaps		3 566	3 622		5 282	5 452
- compras	121 592			119 797		
- vendas	121 592			119 797		
Currency Options		358	358		-	-
- compras	58 865			30 643		
- vendas	64 435			38 829		
	1 165 179	4 709	7 259	640 824	6 013	5 700
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		13 728	10 798		11 326	17 313
- compras	390 878			402 486		
- vendas	390 878			402 486		
Interest Rate Caps & Floors		24	24		25	25
- compras	23 427			43 864		
- vendas	23 427			43 864		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	60 144			49 079		
- vendas	710 270			631 752		
	1 599 024	13 752	10 822	1 573 531	11 351	17 338
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 486			5 156		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	4 577			4 322		
	10 063	-	-	9 478	-	-
Outros derivados						
Inflation Futures					-	-
- compras	-			21 392		
	-	-	-	31 981	-	-
Total	2 774 266	18 461	18 081	2 255 814	17 364	23 038

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	498 135	436 460	(2 266)	251 145	203 546	298
De 3 meses a um ano	136 264	105 532	(251)	101 167	98 733	(38)
De um a cinco anos	455 404	193 548	(58)	460 290	222 966	(100)
Mais de cinco anos	629 545	319 377	2 955	605 390	312 576	(5 834)
Total	1 719 348	1 054 917	380	1 417 992	837 821	(5 674)

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os instrumentos derivados ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras (contratos ao abrigo de ISDA com CSA). Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados na rubrica de “Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 27) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 33). O justo valor associado aos futuros, encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

Os contratos de derivativos que não estão ao abrigo de contratos de CSA, são sujeitos ao apuramento de xVAs nomeadamente CVA e DVA que já estão incluídos no justo valor acima divulgado. A 30 de junho de 2026 o valor de CVA ascende a 69 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 185 milhares de euros). A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o Banco não registou qualquer montante associado a DVA.

NOTA 21 – DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	30.06.2026						Resultados de Contabilidade de cobertura
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
			Nocional	Ativo (1)	Variação de justo valor	Ativo (1)	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	80 302	-	2 630	108 936	(766)	(2 414)	216
Taxa de Juro	Futuros	Depósitos	119 302	-	(2 605)	(113 174)	(2 566)	2 749	144

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

(milhares de euros)

Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	31.12.2025						Resultados de Contabilidade de cobertura
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
			Nocional	Ativo (1)	Variação de justo valor	Ativo (1)	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	91 819	-	(582)	96 567	(235)	586	4

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do período na rubrica de Resultados de Contabilidade de cobertura (Nota 10). No que respeita ao justo valor dos futuros, este encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

NOTA 22 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	966	886
Ações	4 950	4 653
Outros títulos de rendimento variável	10 709	10 495
	16 625	16 034
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	92 296	76 904
De outros emissores	262 886	238 023
	355 182	314 927
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	411 802	331 583
De outros emissores	232 158	236 485
	643 960	568 068
Total	1 015 767	899 029

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência de imparidade nas suas carteiras de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral e/ou ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor (2)		Cobertura de JV (Nota 10)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	95 925	204	(3 765)	61	(129)	92 296
De outros emissores	262 366	1 838	(796)	17	(539)	262 886
Saldo a 30 junho 2026	358 291	2 042	(4 561)	78	(668)	355 182
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	80 631	39	(3 625)	-	(141)	76 904
De outros emissores	236 751	2 144	(693)	477	(656)	238 023
Saldo a 31 dezembro 2025	317 382	2 183	(4 318)	477	(797)	314 927

(1) Custo amortizado incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas

(2) Inclui todas as componentes de reserva de reavaliação, incluindo ajustamentos de cobertura e imparidade

A 30 de junho de 2026, a rubrica de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui 191 076 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 175 084 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Cobertura de JV (Nota 10)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	412 410	(368)	(240)	411 802
De outros emissores	235 256	(476)	(2 622)	232 158
Saldo a 30 junho 2026	647 666	(844)	(2 862)	643 960
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	332 260	(268)	(409)	331 583
De outros emissores	239 449	(444)	(2 520)	236 485
Saldo a 31 dezembro 2025	571 709	(712)	(2 929)	568 068

A 30 de junho de 2026, a rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado inclui 443 610 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 404 601 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, a que corresponde um justo valor de 443 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 404 257 milhares de euros).

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses	12 602	40 902
De 3 meses a um ano	79 614	190 913
De um a cinco anos	487 624	397 482
Mais de cinco anos	420 268	254 584
Duração indeterminada	15 659	15 148
Total	1 015 767	899 029

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Cotados (1)	Não cotados	Total	Cotados (1)	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	496 154	7 944	504 098	404 016	4 471	408 487
De outros emissores	358 133	137 877	496 010	318 301	157 093	475 394
Ações	-	4 950	4 950	-	4 653	4 653
Outros títulos de rendimento variável	-	10 709	10 709	8 676	1 819	10 495
Total valor de balanço	854 287	161 480	1 015 767	730 993	168 036	899 029

(1) Inclui ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados valorizados ao justo valor (Nível 1), ver Nota 38.

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua *backtesting* a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 23 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações em bancos centrais		
Banco de Portugal	255 219	488 612
Outros bancos centrais	23 282	116 097
Operações com acordo de revenda	-	31 922
	278 501	636 631
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	-	10 088
Aplicações de muito curto prazo	7 009	1 507
	7 009	11 595
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	74	74
Operações com acordo de revenda	627	1 463
Aplicações de muito curto prazo	17 495	-
Outras aplicações	1 756	1 953
	19 952	3 490
	305 462	651 716
Perdas por imparidade	(5)	(3)
Total	305 457	651 713

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses (Equivalentes de caixa)	304 835	616 378
Até 3 meses (Outros)	627	33 385
De 3 meses a um ano	-	1 953
Total	305 462	651 716

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 24 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	24	24
	24	24
Reavaliação ao justo valor	-	1
	24	25
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	76 314	93 843
	76 314	93 843
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	664 992	650 055
	664 992	650 055
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	3	865
	16 668	1 134
	757 974	745 032
Perdas por imparidade (Nota 26)	(19 913)	(18 472)
	738 061	726 560
Total	738 085	726 585

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses	6 452	1 884
De 3 meses a um ano	97 180	50 143
De um a cinco anos	503 274	509 887
Mais de cinco anos	129 225	177 274
Duração indeterminada ⁽¹⁾	21 867	5 869
Total	757 998	745 057

⁽¹⁾ Corresponde a capital e juros vencidos de operações maturadas.

NOTA 25 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Imobiliário		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em imóveis arrendados	8 257	8 067
	8 258	8 068
Equipamento		
Equipamento informático	8 216	8 045
Instalações interiores	870	870
Mobiliário e material	2 140	2 121
Máquinas e ferramentas	811	781
Material de transporte	250	236
Equipamento de segurança	153	153
Outros	360	351
	12 800	12 557
	21 058	20 625
Direito de uso		
Edifícios	21 668	21 358
Viaturas	188	216
Equipamento informático	160	160
	22 016	21 734
	43 074	42 359
Depreciação acumulada	(36 062)	(33 804)
Total	7 012	8 555

O movimento nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Direito de uso			Imobilizado em curso	Total
			Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas		
Custo de aquisição							
Saldo a 31 dezembro 2024	7 692	12 661	24 485	128	297	-	45 263
Aquisições	37	354	820	-	49	572	1 832
Abates / Vendas	-	(457)	(4 596)	-	(135)	-	(5 188)
Transferências	343	-	-	-	-	(343)	-
Variação cambial e outros	(4)	(1)	649	32	5	(229)	452
Saldo a 31 dezembro 2025	8 068	12 557	21 358	160	216	-	42 359
Aquisições	-	140	-	-	6	-	146
Abates / Vendas	-	(3)	-	-	(54)	-	(57)
Variação cambial e outros	190	106	310	-	20	-	626
Saldo a 30 junho 2026	8 258	12 800	21 668	160	188	-	43 074
Depreciações						-	
Saldo a 31 dezembro 2024	6 896	10 817	15 601	84	203	-	33 601
Depreciações do exercício	192	1 010	2 283	22	65	-	3.572
Abates / Vendas	-	(450)	(3 689)	-	(133)	-	(4 272)
Variação cambial e outros	(3)	(3)	910	-	(1)	-	903
Saldo a 31 dezembro 2025	7 085	11 374	15 105	106	134	-	33 804
Depreciações do exercício	110	447	1 380	11	29	-	1 977
Abates / Vendas	-	(3)	-	-	(54)	-	(57)
Variação cambial e outros	160	98	59	-	21	-	338
Saldo a 30 junho 2026	7 355	11 916	16 544	117	130	-	36 062
Saldo líquido a 30 junho 2026	903	884	5 124	43	58	-	7 012
Saldo líquido a 31 dezembro 2025	983	1 183	6 253	54	82	-	8 555

NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	18 044	17 782
	18 044	17 782
Imobilizado em curso		
	1 275	1 115
	19 319	18 897
Amortização acumulada		
	(17 780)	(17 541)
	(17 780)	(17 541)
Total	1 539	1 356

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 dezembro 2024	18 211	82	716	19 009
Aquisições				
Adquiridos a terceiros	22	-	510	532
Abates / Vendas	(559)	(82)	-	(641)
Transferências	110	-	(110)	-
Diferenças de câmbio	(2)	-	(1)	(3)
Saldo a 31 dezembro 2025	17 782	-	1 115	18 897
Aquisições				
Adquiridos a terceiros	13	-	236	249
Transferências	109	-	(109)	-
Diferenças de câmbio	140	-	33	173
Saldo a 30 junho 2026	18 044	-	1 275	19 319
Amortizações				
Saldo a 31 dezembro 2024	17 810	47	-	17 857
Amortizações do exercício	274	-	-	274
Abates / Vendas	(537)	(49)	-	(586)
Diferenças de câmbio	(4)	-	-	(4)
Saldo a 31 dezembro 2025	17 543	(2)	-	17 541
Amortizações do exercício	105	-	-	105
Diferenças de câmbio	134	-	-	134
Saldo a 30 junho 2026	17 782	(2)	-	17 780
Saldo líquido a 30 junho 2026	262	2	1 275	1 539
Saldo líquido a 31 dezembro 2025	239	2	1 115	1 356

NOTA 27 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	15 571	22 066
Sector público administrativo	65 908	58 097
Devedores por operações sobre Futuros	10 928	6 597
Outros devedores diversos	1 614	1 203
Valores de créditos e derivados a receber	7 885	7 885
	101 906	95 848
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 062)	(4 855)
	96 844	90 993
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 193	2 828
Outros ativos	8 061	7 897
	9 254	10 725
Despesas com custo diferido	1 983	1 961
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 639	153
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1
Outras operações a regularizar	14 275	1 392
	16 914	1 546
Pensões de reforma	14 466	16 155
Total	139 459	121 379

Em 30 de junho de 2026 a rubrica do Setor público administrativo inclui (i) um depósito judicial no Brasil de 27.752 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 24.738 milhares de euros) relativos a um processo PIS/COFINS, até 2014 e; (ii) 18.155 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 14.900 milhares de euros) relativos a processos fiscais no Brasil em curso desde 2015.

Esta rubrica inclui também (i) o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 192 milhares de euros (no âmbito do crédito tributário de 2020) e (ii) pagamentos efetuados à Autoridade Tributária referentes a processos fiscais que se encontram em litigância no valor de 6 578 milhares de euros.

Relativamente ao depósito-caução ao abrigo do REAID o nº 8 do art.º 6º da Portaria 2016 (na redação resultante da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro) estabelece que:

“No prazo máximo de três meses a contar da confirmação da conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário prevista na Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, o sujeito passivo constitui um depósito a favor do Estado, em entidade a indicar pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, o qual é reduzido, na respetiva proporção, sempre que haja entrega ao Estado do preço relativo aos direitos potestativos de aquisição exercidos ou exercício pelo Estado dos direitos de conversão.”

A rubrica - Outros devedores diversos inclui maioritariamente comissões a receber de clientes pela prestação de serviços pelo Banco.

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
No estrangeiro		
Operações com acordo de recompra	971 671	956 880
Outros recursos	240 978	239 010
	1 212 649	1 195 890
Total	1 212 649	1 195 890

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Grupo. Os Outros recursos correspondem a aplicações de médio e longo prazo realizadas por outras instituições de crédito junto do Grupo

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses	779 844	830 349
De 3 meses a um ano	15 827	16 994
De um a cinco anos	401 481	333 434
Mais de cinco anos	15 497	15 113
Total	1 212 649	1 195 890

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, bem como os respetivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	4 679	12 000
	4 679	12 000
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	1 005 885	1 157 424
	1 005 885	1 157 424
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	84 155	79 961
Outros Depósitos	2 029	2 056
	86 184	82 017
Total	1 096 748	1 251 441

A rubrica Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado com contrapartes não financeiras.

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos à ordem	4 679	12 000
Depósitos a prazo		
Até 3 meses	258 868	319 191
De 3 meses a um ano	471 139	384 770
De um a cinco anos	275 711	453 463
Mais de 5 anos	167	-
	1 005 885	1 157 424
Outros recursos		
Até 3 meses	2 028	18 277
De 3 meses a um ano	-	11 330
De um a cinco anos	84 155	52 409
Mais de 5 anos	-	-
	86 184	82 017
Total	1 096 748	1 251 441

NOTA 30 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		
Outras Obrigações	255 362	243 459
Total	255 362	243 459

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 38.

Durante 2026, o Grupo Haitong Bank não procedeu à emissão de responsabilidade representadas por títulos (31 de dezembro de 2025: 73 146 milhares de euros) de títulos a 30 de junho de 2026, tendo sido reembolsados 7 819 milhares de euros a 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025: 124 422 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Até 3 meses	15 176	10 130
De 3 meses a um ano	235 223	32 175
De um a cinco anos	4 963	201 154
Total	255 362	243 459

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias outros compromissos	Total
Saldo a 31 dezembro 2024	3 027	889	3 916
Dotações líquidas	(6)	696	690
Utilizações	(826)	-	(826)
Diferenças de câmbio e outras	32	(21)	11
Saldo a 30 junho 2025	2 227	1 564	3 791
Dotações líquidas	986	1 356	2 342
Utilizações	(516)	-	(516)
Diferenças de câmbio e outras	36	(28)	8
Saldo a 31 dezembro 2025	2 733	2 892	5 625
Dotações líquidas	18	(506)	(488)
Utilizações	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras	290	236	526
Saldo a 30 junho 2026	3 041	2 622	5 663

As provisões para garantias e as provisões para outros compromissos correspondem a 2 509 milhares de euros e 113 milhares de euros respetivamente (31 de dezembro de 2025: 2 799 milhares de euros e 93 milhares de euros).

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a atividade do Grupo. As principais contingências em curso são apresentadas na Nota 36.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2025	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2026
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	28	(1)	(27)	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	797	125	(328)	24	50	668
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	3	2	-	-	-	5
Crédito a clientes (Nota 24)	18 472	554	-	408	479	19 913
Títulos (Nota 22)	2 929	702	(978)	-	209	2 862
Outros ativos (Nota 27)	4 855	243	(95)	-	59	5 062
Total	27 084	1 625	(1 428)	432	797	28 510

(milhares de euros)

	30.06.2025	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	880	-	(853)	-	1	28
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	985	(54)	(162)	13	15	797
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	23	(20)	-	-	-	3
Crédito a clientes (Nota 24)	7 553	10 601	(39)	316	41	18 472
Títulos (Nota 22)	1 032	2 028	(94)	-	(37)	2 929
Outros ativos (Nota 27)	6 037	(560)	(622)	-	-	4 855
Total	16 510	11 995	(1 770)	329	20	27 084

(milhares de euros)

	31.12.2024	Dotações líquidas	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	2 378	(1 228)	-	-	(270)	880
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	693	426	(134)	23	(23)	985
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	9	14	-	-	0	23
Crédito a clientes (Nota 24)	5 551	1 960	39	75	(72)	7 553
Títulos (Nota 22)	1 194	19	(162)	-	(19)	1 032
Outros ativos (Nota 27)	6 048	39	-	-	(50)	6 037
Total	15 873	1 230	(257)	98	(434)	16 510

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente a junho de 2026 e para o exercício de 2025 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 19% e 20%, respetivamente acrescida de uma taxa de 1,5% referente à Derrama Municipal de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para junho de 2026, o imposto diferido foi apurado à taxa de 23.24%.

Foi publicada a Lei n.º 64/2025 de 7 novembro, que decretou o decréscimo da taxa nominal de IRC para 19% no período de tributação de 2026, para 18% no período de tributação de 2027 e 17% a partir do período que se inicie em 2028. Deste modo, a taxa de imposto diferido foi alterada em conformidade com a Lei publicada.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014, o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- a) Apuramento de resultado líquido negativo;
- b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a junho de 2026, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue:

(milhares de euros)

Ano	Crédito Tributário	Reserva Especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	(15 078)	-
2022	(5 414)	(16 585)
2023	(174)	(5 956)
2025	192	211
Total	15 062	16 758

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte ao do crédito tributário, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

Em 2023, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência ao exercício de 2020 no montante de 174 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Em 2022, o acionista exerceu o seu direito potestativo ao abrigo do REAID com referência ao exercício de 2015 e 2016 tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 16 585 milhares de euros.

No exercício de 2023, o acionista do Banco exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2017 e 2018, tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 5 956 milhares de euros.

No exercício de 2026, o acionista do Banco também exerceu o direito o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2020, tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 191 milhares de euros.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de dezembro de 2025, em 2026, registou crédito tributário no valor de 192 milhares de euros.

De acordo com a legislação em vigor, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até ao termo do prazo de três anos contado da data em que a Autoridade Tributária e Aduaneira confirme a conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário. Contudo, essa confirmação ainda não ocorreu, pelo que o referido prazo ainda não se iniciou.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

Em julho de 2019 e em janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente para o exercício de 2015 e 2016 as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Impugnação Judicial.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o Relatório de Inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestes relatórios, à semelhança do que aconteceu nos Relatórios de Inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu reclamação graciosa para contestar os Relatórios de Inspeção de 2017 e de 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Recurso Hierárquico.

Em maio de 2023, o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2020 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 a 2018, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela AT.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2023, submeteu Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2020. No exercício de 2024, o Banco submeteu Recurso Hierárquico para contestar a decisão e, durante 2025, as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Impugnação Judicial.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 870 milhares de euros (do montante total de 35 536 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2026, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis.

Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Imposto sobre o rendimento	6 676	5 819	(8 392)	(7 606)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	15 062	14 870	-	-
Imposto corrente ativo/(passivo)	21 738	20 689	(8 392)	(7 606)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Instrumentos financeiros derivados	5 386	7 505	-	-	5 386	7 505
Títulos	1 031	919	-	-	1 031	919
Crédito a clientes	9 356	9 655	-	-	9 356	9 655
Provisões	5 353	4 879	-	-	5 353	4 879
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	3 943	4 030	-	-	3 943	4 030
Outros	1 923	2 425	(5 573)	(5 573)	(3 650)	(3 148)
Prejuízos fiscais reportáveis	66 729	58 921	-	-	66 729	58 921
Imposto diferido ativo/(passivo)	93 721	88 334	(5 573)	(5 573)	88 148	82 761
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	93 721	88 334	(5 573)	(5 573)	88 148	82 761

O imposto referido em “Outros” corresponde, em Portugal, ao crédito de imposto das sucursais (1 625 milhares de euros) e redução do imposto diferido ativo referente ao justo valor através de resultados (-707 milhares de euros). O remanescente corresponde ao Brasil e diz respeito essencialmente a imposto diferido referente a contingências legais (692 milhares de euros).

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 19 712 milhares de euros (2025: 20 036 milhares de euros) dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excepcionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como o previsto na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Deste modo, para o Haitong Bank em Portugal, o prejuízo fiscal de 2014 e 2019 não tem caducidade e o prejuízo fiscal 2015 e 2016 tem como ano de caducidade 2029 e 2030, respetivamente.

O montante de imposto diferido não reconhecido relativos a prejuízos fiscais, por ano de origem é apresentado na tabela seguinte:

(milhares de euros)

Prejuízo fiscal	30.06.2026	31.12.2025	Data de expiração
2016	32 230	32 230	2030
2018	7 738	7 738	2025
2019	2 484	2 484	sem caducidade
2025	14 669	13 486	sem caducidade
Total	57 121	55 938	

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	82 761	93 627
Reconhecido em resultados	332	(8 482)
Reconhecido em reservas de justo valor	112	(885)
Reconhecido em outras reservas	(57)	(1 023)
Variação cambial e outros	5 000	(476)
Saldo final (Ativo/(Passivo))	88 148	82 761

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas a 30 de junho de 2026 e 2025 tiveram o seguinte desdobramento:

(milhares de euros)

	30.06.2026		30.06.2025	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	2 749	-	7 078	-
Títulos	-	(112)	-	122
Crédito a clientes	517	-	769	-
Provisões	(31)	-	(173)	-
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	31	57	(17)	687
Outros	591	-	304	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(4 189)	-	(7 423)	-
	(332)	(55)	538	809
Impostos Correntes	1 875	-	1 448	
Total do imposto reconhecido	1 543	(55)	1 986	809

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026		30.06.2025	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		2 792		3 103
Taxa de imposto do Haitong Bank	23.2		25.2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		649		783
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(19.6)	(547)	1.5	48
Contribuição sobre o sector bancário	8.3	232	11.2	347
Prejuízo fiscal não reconhecido	0.0	-	0.4	12
Imposto sobre lucros das sucursais	31.4	878	16.4	507
Diferenças resultantes de consolidação	(3.9)	(110)	3.2	102
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	12.3	344	4.6	143
Tributação autónoma	3.5	97	1.4	44
Total	55.2	1 543	63.9	1 986

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é detalhada como se segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	21 101	18 846
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	8 137	7 109
Credores diversos		
Passivo de locação	5 686	6 841
Credores por operações sobre valores mobiliários	406	1 650
Credores por fornecimento de bens	991	797
Outros credores	1 781	2 283
	38 102	37 526
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 15)	502	464
Outros custos a pagar	4 543	4 471
	5 045	4 935
Receitas com proveito diferido	376	392
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2 805	996
Operações cambiais a liquidar	2 654	148
Outras operações a regularizar	11 915	7 901
	17 374	9 045
Total	60 897	51 898

A rubrica do Setor público administrativo inclui 18 074 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 15 752 milhares de euros) a pagar de contribuições PIS e Cofins, incorridas após 31 de dezembro de 2014 (Nota 36).

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, nos períodos findos a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

Na sub-rubrica Custos a pagar – Outros custos a pagar corresponde a responsabilidades para com colaboradores referentes a remunerações.

NOTA 34 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Ações ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., acionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. selecionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco realizou um aumento de capital de 7 999 milhares de euros, através da emissão de 1 600 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi totalmente subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

A 5 de maio de 2026, o Banco realizou um aumento de capital de 328 milhares de euros, através da emissão de 65 milhares de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi totalmente subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Estes aumentos de capital realizados em 2026, 2023 e 2022, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. No caso do aumento de capital de 2023 relativos aos anos fiscais de 2016 e 2017, no caso do aumento de capital de 2022 relativos ao ano fiscal de 2015 e no caso do aumento de capital de 2026 relativos ao ano fiscal de 2020, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social do Haitong Bank ascende 871 606 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 871 278 milhares de euros) e encontra-se representado por 174 321 187 ações (dezembro 2025: 174 255 532 ações) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efetuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo de 7,5%, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6..

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Desde a sua emissão em 2018, o Banco não efetuou qualquer pagamento de juros associado a estes instrumentos.

NOTA 35 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal apenas pode ser utilizada para as finalidades previstas no artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais. Uma dessas finalidades é a cobertura “da parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas” (artigo 296.º, alínea b) do CSC).

Uma vez que o Banco apresenta prejuízos acumulados relativos a exercícios anteriores, não foi reforçada a Reserva Legal no ano de 2025, sendo o lucro relativo a esse exercício levado na totalidade a Outras Reservas e Resultados Transitados, para cobertura desses prejuízos.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no período e/ou em períodos anteriores, bem como de eventuais ajustamentos por via da contabilidade de cobertura. O valor destas reservas é apresentado líquido de impostos diferidos.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 16 568 milhares de euros a 30 de junho de 2026 (2025: 16 547 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nestas rubricas, atribuível a acionistas do Banco, foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios atuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo a 31 dezembro 2024	(3 679)	1 804	(1 875)	39 878	(22 991)	(179 579)	(204 939)	(367 631)
Desvios atuariais	-	-	-	-	4 301	-	-	4 300
Alterações de justo valor	2 210	(885)	1 325	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	56	-	57
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	5 078	5 078
Saldo a 31 dezembro 2025	(1 469)	919	(550)	39 878	(18 690)	(179 523)	(199 861)	(358 196)
Desvios atuariais	-	-	-	-	(1 978)	-	-	(1 978)
Alterações de justo valor	(357)	112	(245)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	5 773	-	5 773
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(29 668)	(29 668)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Saldo a 30 junho 2026	(1 826)	1 031	(795)	39 878	(20 669)	(173 749)	(229 857)	(384 397)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos atribuível a acionistas do Banco pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	(550)	(1 875)
Variação de justo valor	(84)	1 361
Cobertura de Justo valor	(399)	477
Imparidade reconhecida no exercício	126	372
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	112	(885)
Saldo final	(795)	(550)

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026		31.12.2025	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2 932	(502)	3 140	-2892
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 833	107	3 414	166
Haitong Negócios S.A.	7 553	202	6 735	465
Haitong do Brasil DTVM S.A.	1 691	45	1 507	72
FI Multimercado Treasury	851	37	747	-73
Total	16 860	(111)	15 543	(2 262)

O movimento de Interesses que não controlam nos exercícios findos a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	15 543	17 549
Dividendos a distribuir	-	-
Variação da reserva de justo valor	(15)	241
Variação cambial e outros	1 443	15
Resultado líquido do exercício	(111)	(2 262)
Saldo final	16 860	15 543

NOTA 36 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	85 604	97 937
Ativos financeiros dados em garantia	1 474 259	1 346 339
Total	1 559 863	1 444 276
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	72 740	63 694
Compromissos revogáveis	41 182	26 623
Total	113 922	90 317

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 6 500 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 4 000 milhares de euros) e (iii) 240 709 milhares de euros de colateral livre não utilizado (31 de dezembro 2025: 137 747 milhares de euros). Os valores anteriormente descritos dizem respeito ao valor após haircut aplicado pelo Banco de Portugal, sendo que o justo valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 269 134 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 159 562 milhares de euros); e

Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 250 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 251 milhares de euros);

Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 1 142 223 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 1 121 881 milhares de euros);

Títulos dados em garantia ao abrigo de contratos de compensação de derivados 62 652 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 64 647 milhares de euros).

O valor nominal das posições dos derivados contratados encontra-se apresentado nas notas 20 e 21. Os ativos abatidos ao ativo são apresentados também nas respetivas notas, em particular Notas 22, Nota 23 e Nota 24.

Os títulos recebidos em operações com acordo de revenda (Nota 23) tem um justo valor de 1 831 milhares de euros (31 de Dezembro de 2025: de 33 385 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	71 850	71 750
Outras responsabilidades por prestação de serviços	324 658	304 064
Total	396 508	375 814

Em Outras responsabilidades por prestações de serviços estão considerados os valores relativos aos ativos de clientes investidos em Gestão de Carteiras.

Passivos contingentes

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.^a instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.^a instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 3 processos, todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International).

Desde o início destes processos, em 2015, é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 50 desses processos, com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 25 processos.

Em julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014.

A referida ação judicial foi proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FRC”), ao qual foram alegadamente cedidos por certos detentores de papel comercial da ESI e da Rioforte, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099.71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho de 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si e contra uma outra entidade, no âmbito da qual foi pedida a condenação solidária dos réus no pagamento do montante de 4 905 460.96€, ao qual acresce juros, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), com fundamento, entre outras coisas, na violação por parte do Banco das suas obrigações enquanto Agente Escrow. O outro réu recorreu do despacho saneador e o Tribunal da Relação deu provimento ao mesmo, pois considerou que existia uma cláusula de arbitragem que excluía a competência do tribunal cível nesta matéria, decisão essa confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça. A ação prosseguiu os seus trâmites em primeira instância apenas contra o Haitong Bank, tendo este requerido a suspensão da mesma até que fosse obtida uma decisão do tribunal arbitral no âmbito do litígio entre as autoras e o antigo réu. Por decisão do Tribunal da Relação de Lisboa de 30 de Março de 2026, a ação encontra-se suspensa.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportadas em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objeto de discussão judicial e entregam ao Fisco diretamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objeto desta discussão. Os valores objeto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros ativos. É entendimento do Grupo, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco no que diz respeito às contribuições até 31 de dezembro de 2014 (Lei nº 12.973/14) é inferior a 50%.

Fundo de Resolução e Fundo Único de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 30 de junho de 2026, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 337 mil euros (31 de dezembro de 2025: 490 mil euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,047% calculada em conformidade com a Instrução 28/2023 do Banco de Portugal.

O Fundo Único de Resolução (FUR) é o mecanismo europeu de financiamento das medidas de resolução aplicáveis às instituições abrangidas pelo Mecanismo Único de Resolução (MUR), sendo alimentado pelas contribuições anuais das instituições de crédito dos Estados-Membros participantes. O FUR tem como objetivo atingir um montante igual a 1% dos depósitos cobertos do conjunto das instituições participantes, conforme previsto no Regulamento (UE) n.º 806/2014.

Em fevereiro de 2024, o Fundo Único de Resolução comunicou que não seria cobrada a contribuição anual relativa a 2024, por ter sido atingido o nível-alvo de fundos no final de 2023. Assim, em 2024, 2025 e 2026, os bancos portugueses deixaram de efetuar contribuições para o FUR.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (Novo Banco), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros, dos quais 377 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 823 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nos seus rendimentos regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Adicionalmente, no dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros durante um período de 8 anos.

Em 13 de junho de 2025 o Novo Banco, S.A. comunicou ao mercado que o seu acionista maioritário Nani Holdings S.à r.l. (uma entidade detida pela Lone Star Funds), assinou um Memorando de Entendimento para a venda da sua posição acionista ao BPCE, por um montante equivalente a uma valorização de aproximadamente 6,4 mil milhões de euros para 100% do capital social. Nessa mesma data, o Novo Banco, S.A. comunicou também que a conclusão da transação está prevista ocorrer durante o primeiro semestre de 2026. Também em 13 de junho de 2025, o Fundo de Resolução comunicou que, detendo 13,54% do capital social do Novo Banco, S.A., a venda da sua participação no âmbito desta operação permitir-lhe-á obter um encaixe bruto de cerca de 866 milhões de euros, que irá acrescer às verbas já recebidas do Novo Banco, S.A. a título de distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2024 (valor bruto: 30 milhões de euros) e no âmbito da redução de capital realizada já em 2025 (149 milhões de euros).

Em 30 de abril de 2026, foi concluída a venda da totalidade do capital do Novo Banco ao Grupo BPCE. Pela alienação da sua participação de 13,54%, o Fundo de Resolução recebeu 906 milhões de euros. Este montante acresceu aos valores recebidos em 2025 relativos a dividendos e à redução de capital do Novo Banco, elevando para 1 082 milhões de euros o total recebido pelo Fundo de Resolução em resultado da sua participação no Novo Banco. Com a conclusão da operação, o Fundo de Resolução deixou de deter qualquer participação acionista no Novo Banco.

As medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif mantêm associadas incertezas, designadamente quanto a processos judiciais em curso, à eventual aplicação do princípio segundo o qual nenhum credor pode suportar perdas superiores às que suportaria num cenário de liquidação (no creditor worse off), à garantia prestada relativamente às obrigações emitidas pela Oitante e a outras responsabilidades que possam vir a ser imputadas ao Fundo de Resolução. Nas contas relativas a 2025, publicadas em 2026, o Fundo de Resolução reconheceu uma provisão de 630 milhões de euros relacionada com potenciais compensações ao abrigo do referido princípio, permanecendo a respetiva concretização dependente da verificação dos requisitos legais aplicáveis.

Não obstante a possibilidade legal de cobrança de contribuições especiais, tendo em consideração as condições dos financiamentos do Fundo de Resolução, os comunicados públicos efetuados pelas entidades competentes e os desenvolvimentos acima descritos, designadamente a conclusão da venda da participação no Novo Banco, as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026 refletem a expectativa do Grupo de que não serão exigidas contribuições especiais ou outras contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, ou outros passivos ou passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução.

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)						
	30.06.2026					
	Ativo			Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
Subsidiárias e associadas de acionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	10
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	33 001	50	33 051	2 848	994	16
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	2	2	95	(13)	-
GUOTAI HAITONG FINANCIAL HOLDINGS LIMITED	-	129	129	-	129	-
GUOTAI HAITONG SECURITIES CO., LTD.	-	514	514	-	514	-
GUOTAI JUNAN FUTURES CO.,LTD	-	29	29	-	29	-
GUOTAI JUNAN HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	6	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	129	129	-	129	-
TOTAL	33 001	853	33 854	2 943	1 788	26

(milhares de euros)

	31.12.2025					
	Ativo			Passivo	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
Ultimate parent company e Acionistas						
HAITONG SECURITIES CO., LTD		-	-	-	4	-
Subsidiárias e associadas de acionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	19
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	32 974	100	33 074	3 312	2 160	31
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	112	112	200	(68)	-
HAITONG UT BRILLIANT LIMITED	-	-	-	-	16	-
TOTAL	32 974	212	33 186	3 512	2 112	50

A rubrica de proveitos líquidos a 30 de junho de 2026 inclui o montante de 680 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2025: 160 milhares de euros).

O valor das transações do Grupo Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2026				
	Ativo		Passivo	Proveitos	Custos
	Outros	Total			
Entidades com influência relevante					
Fundo de pensões Haitong Bank	58 369	58 369	-	2 186	-
CAMARA COMERCIO E INDUSTRIA LUSO-CHINESA	-	-	-	-	1
BANCO CTT SA	-	-	-	3	-
Membros do órgão de administração e de fiscalidade do órgão de administração	-	-	573	-	4
TOTAL	58 369	58 369	573	2 189	5

(thousand euros)

	31.12.2025				
	Ativo		Passivo	Proveitos	Custos
	Outros	Total			
Entidades com influência relevante					
Fundo de pensões Haitong Bank	56 792	56 792	-	4 423	-
CAMARA COMERCIO E INDUSTRIA LUSO-CHINESA	-	-	-	-	6
Membros do órgão de administração e de fiscalidade do órgão de administração	-	-	579	-	8
TOTAL	56 792	56 792	579	4 423	14

Todas as transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Grupo aplica um referencial de comparabilidade para avaliar as condições de mercado.

NOTA 38 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Grupo Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros *standard* de mercado tais como desconto de *cash flows* e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são obtidos de instrumentos transacionados ativamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total valor de balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Saldo a 30 junho 2026						
Caixa e equivalentes de caixa	23 122	-	-	-	23 122	23 122
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	917 956	35	-	917 991	917 991
Instrumentos financeiros derivados	-	-	18 461	-	18 461	18 461
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	-	6 368	10 257	16 625	16 625
Crédito a clientes	-	-	-	24	24	24
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	279 427	24 715	51 040	355 182	355 182
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	643 960	-	-	-	643 960	630 898
Aplicações em instituições de crédito	305 457	-	-	-	305 457	305 457
Crédito a clientes	738 061	-	-	-	738 061	733 616
Ativos financeiros	1 710 600	1 197 383	49 579	61 321	3 018 883	3 001 376
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	513	-	-	513	513
Instrumentos financeiros derivados	-	-	18 081	-	18 081	18 081
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	1 212 649	-	-	-	1 212 649	1 187 641
Recursos de clientes	1 096 748	-	-	-	1 096 748	1 092 134
Responsabilidades representadas por títulos	255 362	-	-	-	255 362	254 200
Passivos financeiros	2 564 759	513	18 081	-	2 583 353	2 552 569
Saldo a 31 dezembro 2025						
Caixa e equivalentes de caixa	24 507	-	-	-	24 507	24 507
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	868 218	1 770	-	869 988	869 988
Instrumentos financeiros derivados	-	-	17 364	-	17 364	17 364
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	-	5 924	10 110	16 034	16 034
Crédito a clientes	-	-	-	24	24	24
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	216 815	30 478	67 634	314 927	314 927
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	568 068	-	-	-	568 068	567 065
Aplicações em instituições de crédito	651 713	-	-	-	651 713	651 713
Crédito a clientes	726 560	-	-	-	726 560	726 239
Ativos financeiros	1 970 848	1 085 033	55 536	77 768	3 189 185	3 187 861
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	32 724	-	-	32 724	32 724
Instrumentos financeiros derivados	-	-	23 038	-	23 038	23 038
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	1 195 890	-	-	-	1 195 890	1 169 867
Recursos de clientes	1 251 441	-	-	-	1 251 441	1 247 710
Responsabilidades representadas por títulos	243 459	-	-	-	243 459	242 148
Passivos financeiros	2 690 790	32 724	23 038	-	2 746 552	2 715 487

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registrados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e ações e derivativos listados e transacionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivativos OTC não complexos, ações ilíquidas e fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - *Credit Support Annex*), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte, e o CVA (*Credit Value Adjustment*) não é considerado significativo. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas em que o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de *default* determinada por modelos internos, etc) para a avaliação do CSA não é significativo no valor do derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivativos OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e ações não transacionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinado e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivado (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para a valorização destes instrumentos são *inputs* não observáveis o Spread de Crédito, no caso das obrigações e o CVA no caso dos derivativos.

O CVA representa o ajustamento específico aplicado para refletir o risco de crédito das contrapartes em derivativos com justo valor positivo. Para calcular o CVA, o Haitong Bank considera o Valor Atual Líquido (VAL) positivo dos derivativos — que representa o montante devido ao Banco em caso de incumprimento da contraparte — e combina-o com uma ponderação baseada na Probabilidade de Incumprimento (PD) e na Perda Dada o Incumprimento (LGD).

O Banco utiliza probabilidades de incumprimento globais publicadas anualmente pela Standard & Poor's ("Mapping of S&P Global Market Intelligence Default Rates for Low Default Portfolios"), e a atribuição interna de notações segue a metodologia da S&P, sendo as PDs ajustadas pelo exercício de *forward-looking* anual efetuado pelo Banco, e sendo garantida consistência entre as notações internas e as PDs aplicadas.

Adicionalmente, é utilizado um benchmark de LGD resultante do estudo anual da Moody's sobre taxas de recuperação por categoria de notação ("Moody's Corporate Default and Recovery Rates"), o qual é adotado como proxy. A LGD é aplicada exclusivamente à componente não garantida de cada contrato, ou seja, ao montante da exposição líquido das garantias após aplicação do respetivo *haircut*.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Títulos	Crédito		
Saldo a 31 dezembro 2025	-	10 109	24	67 633	77 766
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	433	433
Resultados de instrumentos de negociação e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de negociação	-	(505)	-	(34)	(539)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	(19)	(19)
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	(89)	(89)
Outras variações de justo valor	-	653	-	(82)	571
Aquisições	-	-	-	12 373	12 373
Saídas	-	-	-	(24 052)	(24 052)
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	-
Transferências para outros níveis	-	-	-	(5 123)	(5 123)
Saldo a 30 junho 2026	-	10 257	24	51 040	61 321

Em junho de 2026, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 5 123 milhares de euros de Nível 3 para Nível 1. Também com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 3 959 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2 e 8 832 milhares de euros de Nível 2 para Nível 1.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram também transferidos ativos financeiros de negociação no valor de 428 milhares de euros de Nível 2 para Nível 1.

Relativamente aos instrumentos derivados, entre janeiro e dezembro de 2025:

(milhares de euros)

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo a 31 dezembro 2024	4 697	-	11 922	23	54 185	70 827
Resultados reconhecidos em Margem financeira	221	-	916	-	178	1 315
Resultados de instrumentos de negociação e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de negociação	-	-	-	1	(51)	(50)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	16	16
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	-	(107)	(107)
Outras variações de justo valor	(34)	-	(593)	-	211	(416)
Aquisições	-	-	15	-	21 982	21 997
Saídas	(4 884)	-	(2 151)	-	(28 858)	(35 893)
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	20 077	20 077
Saldo a 31 dezembro 2025	-	-	10 109	24	67 633	77 766

Em dezembro de 2025, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 20 077 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3.

Os principais parâmetros utilizados, durante 2026, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas *swap*:

(%)

	30.06.2026			31.12.2025		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	2.18	3.62	3.58	1.93	3.71	3.72
1 mês	2.20	3.66	3.78	1.94	3.67	4.04
3 meses	2.32	3.74	3.85	2.03	3.65	3.99
6 meses	2.57	3.87	3.90	2.11	3.58	3.87
1 ano	2.72	4.03	3.89	2.15	3.43	3.65
3 anos	2.70	3.97	3.88	2.38	3.34	3.62
5 anos	2.73	3.93	3.97	2.57	3.46	3.79
7 anos	2.80	3.96	4.08	2.73	3.61	3.93
10 anos	2.91	4.04	4.27	2.92	3.80	4.21
15 anos	3.07	4.19	4.57	3.14	4.05	4.56
20 anos	3.13	4.26	4.81	3.24	4.17	4.70

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

(pontos de base)

Índice	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
30.06.2026				
CDX USD Main	30.39	51.07	69.23	90.90
iTraxx Eur Main	27.96	51.63	71.16	93.13
iTraxx Eur Senior Financial	-	54.38	-	91.08
31.12.2025				
CDX USD Main	29.69	50.01	69.59	89.36
iTraxx Eur Main	27.07	50.66	69.98	91.25
iTraxx Eur Senior Financial	-	54.34	-	-

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*):

(%)

	30.06.2026			31.12.2025		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	64.62	73.63	67.24	22.94	54.80	36.99
3 anos	79.64	91.69	89.32	53.57	72.62	60.38
5 anos	79.96	92.11	95.41	67.72	78.63	70.36
7 anos	79.19	91.01	95.59	66.39	91.30	76.44
10 anos	77.21	88.82	95.15	68.24	82.95	82.35
15 anos	75.01	87.10	94.74	68.15	84.15	86.14

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*):

	Efeito cambial		Volatilidade (%)				
	30.06.2026	31.12.2025	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1.1394	1.1750	5.47	5.42	5.51	5.72	6.07
EUR/GBP	0.8618	0.8726	3.32	3.63	4.06	4.35	4.70
EUR/CHF	0.9224	0.9314	3.12	3.65	4.02	4.34	4.66
EUR/PLN	4.2955	4.2210	2.90	3.30	3.69	4.03	4.31
EUR/CNY	7.7314	8.2262	4.40	4.34	4.32	4.39	4.63
USD/BRL a)	5.1784	5.4778	10.70	11.60	14.17	14.00	14.06

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento atual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. No caso de operações de crédito em stage 3, o Banco utiliza como justo valor o respetivo valor líquido contabilístico.

Recursos de instituições de crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Atendendo ao disposto na IFRS 13.47, o justo valor dos passivos com demand feature, não pode ser inferior ao montante a pagar ao cliente. No entanto, o Banco considerou como pressupostos a estabilidade da base do passivo e um contexto de operação normal, pelo que a estimativa do justo valor não considera este critério.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

Genericamente, o justo valor destes instrumentos é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. Quando indisponível, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros relativos a estes instrumentos no futuro.

Especificamente para a HB Brasil, o valor justo desses instrumentos é baseado na previsão de fluxos de caixa futuros, descontados pela Curva de Juros Brasileira (composta pelos Contratos Futuros de B3 DI), acrescido de um spread de crédito de acordo com o Preço de Transferência de Financiamento (FTP) interno do prazo restante da transação.

NOTA 39 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

Os *portfolios* de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três stages” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- **Stage 1 – Performing:** O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como o valor atual da exposição em risco à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- **Stage 2 – Under Performing:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis situações de incumprimento que possam ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. A ECL reflete o valor presente dos fluxos de caixa esperados e a PD ao longo do remanescente período de vigência do instrumento financeiro. Para o cálculo da ECL, o Grupo considera a PD diária intra-período à data de referência.
- **Stage 3 – Non-Performing:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Grupo (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em *Stage 1* e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em *Stage 2*, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (Probability of Default – PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado período. O Grupo toma em consideração as PD facultadas pela S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade. Adicionalmente, o Grupo incorpora por via do rating considerações climáticas e ambientais nas suas atividades de crédito através de um modelo de classificação do risco ESG, que identifica os clientes com riscos ESG potencialmente elevados. Para esses clientes, são efetuadas diligências prévias adicionais em matéria de ESG para avaliar as medidas de atenuação, o que conduz a uma classificação final do risco ESG integrada no rating, tendo assim impacto no cálculo da ECL.
- Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default – LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Grupo aplica a LGD com base nos benchmarks da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (Exposure at Default – EAD): a exposição esperada em caso de incumprimento. A metodologia de cálculo do EAD depende do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada *Stage* é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR- *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospetiva

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou “PD TTC”), incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento “*point-in-time*” (ou “PD PiT”). As PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo o Grupo desenvolvido uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou “*Scalar Factor*”), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

A informação prospetiva utilizada pelo Grupo assenta numa abordagem baseada em princípios de razoabilidade e proporcionalidade, atenta a dimensão e perfil do Grupo. Considerando as características das carteiras do Banco e, tendo em conta, a sua presença mundial, a principal alteração do exercício prospetivo para 2025 prende-se com a adoção de uma análise macroeconómica global.

O fator escalar foi determinado tendo por uma abordagem baseada em cenários suportados por informações externas, o que fornece granularidade suficiente para atender aos requisitos regulatórios e contabilísticos. A cenarização incorpora um caso base e um cenário negativo, ponderados pela sua probabilidade de ocorrência, respetivamente, 80% e 20%.

A tabela abaixo sistematiza os pressupostos considerados para cada cenário, considerando que o Grupo teve em consideração as projeções existentes de entidades conceituadas.

Cenário / Ano	PIB Global (Taxa de variação homóloga – preços constantes)		Inflação Global (% variação IPC médio)		EURIBOR a 3 meses (em valor)	
	Downside	Base	Downside	Base	Downside	Base
2026	2.60%	3.09%	2.80%	3.71%	1.50%	1.90%
2027	2.50%	3.22%	2.75%	3.42%	1.25%	2.10%
2028	2.50%	3.21%	2.60%	3.31%	1.00%	2.42%

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em *Stage 2*, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de dezembro de 2025 levou a uma diminuição dos valores de imparidade em aproximadamente 65 mil euros.

O Grupo procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referência a 31 de dezembro de 2025, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de aproximadamente 427 mil euros para cada choque. Paralelamente, o Banco efetuou uma análise de sensibilidade para divulgar os impactos na imparidade resultantes de variações na ponderação dos cenários utilizados, ajustando as ponderações do cenário base e do cenário negativo para 70% e 30%, respetivamente. Esta análise verificou que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 55 mil euros.

Adicionalmente, o Grupo tem realizado o exercício regular de testes de esforço às suas carteiras de crédito, os quais se baseiam numa análise de sensibilidade para avaliar os potenciais impactos sobre os principais indicadores de qualidade de ativos/perfil de risco, resultantes de choques específicos afetando o mercado como um todo, as contrapartes e determinadas geografias.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por *Stage*, à data de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025. De notar que ao longo da apresentação das tabelas de risco de crédito foram incluídas na classe de ativos de instrumentos de dívida (títulos) uma obrigação mensurada ao FVTPL no valor de 966 milhares de euros e uma operação de crédito a clientes mensurada ao FVTPL no valor de 24 milhares de euros que, apesar de não estarem sujeitas ao cálculo de imparidade, contribuem ao nível prudencial para a carteira bancária do Banco, estando assim apresentadas nestas tabelas.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	30.06.2026									
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3 e POCI	Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Impaired [d]					
Crédito a clientes	60 480	645 416	-	705 896	-	23 984	23 984	28 118	28 118	757 998
Compromissos de crédito	2 100	65 020	-	67 120	-	1 288	1 288	514	514	68 922
Garantias	27 788	49 186	-	76 974	-	-	-	8 630	8 630	85 604
Títulos	183 362	807 430	-	990 792	-	7 335	7 335	8 796	8 796	1 006 923
Aplicações em instituições de crédito	286 027	19 435	-	305 462	-	-	-	-	-	305 462
Caixa e Equivalentes de Caixa	22 010	1 106	-	23 116	-	-	-	-	-	23 116
Devedores e outras aplicações	-	-	628	628	-	-	-	8 871	8 871	9 499
Compromissos com Terceiros	-	45 000	-	45 000	-	-	-	-	-	45 000
Total	581 767	1 632 593	628	2 214 988	-	32 607	32 607	54 929	54 929	2 302 524

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2025										
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3 e POCI		Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired			
Crédito a clientes	63 926	634 343	-	698 269	-	19 240	19 240	27 547	27 547	745 056	
Compromissos de crédito	2 100	52 857	-	54 957	-	-	-	360	360	55 317	
Garantias	29 377	57 114	-	86 491	-	-	-	11 446	11 446	97 937	
Títulos	86 021	782 205	-	868 226	-	13 863	13 863	7 888	7 888	889 977	
Aplicações em instituições de crédito	616 911	34 805	-	651 716	-	-	-	-	-	651 716	
Caixa e Equivalentes de Caixa	22 094	2 325	-	24 419	-	-	-	110	110	24 529	
Devedores e outras aplicações	-	-	226	226	-	-	-	8 862	8 862	9 088	
Compromissos com Terceiros	-	35 000	-	35 000	-	-	-	-	-	35 000	
Total	820 429	1 598 649	226	2 419 304	-	33 103	33 103	56 213	56 213	2 508 620	

A distribuição de ratings apresentada acima baseia-se na metodologia interna de classificação do Banco. À semelhança de 31 de dezembro de 2025, em 30 de junho de 2026, a maioria das exposições *non-rated* corresponde a operações com outros devedores.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por setor de atividade, Stage e dias de atraso, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

30.06.2026																						
Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, Stage e dias de atraso	Stage 1						Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3 e POCI						Total Stage 3 e POCI		Total	
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		30 - 89 dias				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		90 - 180 dias		Mais de 181 dias (1)					
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	49 374	121	-	-	-	-	49 374	121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49 374	121
Automóveis e peças de automóveis	2 267	2	-	-	-	-	2 267	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 267	2
Bancos	327 541	5	-	-	4	-	327 545	5	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	-	327 549	5
Corretagem	192	1	-	-	-	-	192	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192	1
Materiais de construção	15 037	8	-	-	-	-	15 037	8	-	-	-	-	-	-	-	-	194	186	194	186	15 231	194
Bens de investimento	56 803	42	-	-	-	-	56 803	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56 803	42
Indústria química	29 787	174	-	-	-	-	29 787	174	2 533	91	2 533	91	10 662	6 654	-	-	16 090	11 627	26 752	18 281	59 072	18 546
Comércio e Serviços	9 344	39	-	-	-	-	9 344	39	-	-	-	-	3 866	1 596	5	5	-	-	3 871	1 601	13 215	1 640
Construção e Obras Públicas	130 940	100	1	-	1	-	130 942	100	-	-	-	-	-	-	5	1	-	-	5	1	130 947	101
Bens de consumo e vestuário	28 557	216	-	-	-	-	28 557	216	-	-	-	-	1 955	102	-	-	-	-	1 955	102	30 512	318
Alimentação, bebidas e tabaco	35 126	120	-	-	-	-	35 126	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35 126	120
Fundos e gestores de ativos	432	-	-	-	-	-	432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432	-
Administração pública	414 209	240	-	-	-	-	414 209	240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	414 209	240
Saúde	31 999	99	-	-	-	-	31 999	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31 999	99
Produtos de uso doméstico	25 171	36	-	-	-	-	25 171	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25 171	36
Holdings de investimento	13 843	19	-	-	-	-	13 843	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13 843	19
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	56 829	72	-	-	-	-	56 829	72	4 373	95	4 373	95	-	-	-	-	-	-	-	-	61 202	167
Instituições financeiras não bancárias	96 861	371	-	-	-	-	96 861	371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96 861	371
Indústria de petróleo e gás	115 390	84	-	-	-	-	115 390	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115 390	84
Papel e produtos florestais	26 865	17	-	-	-	-	26 865	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26 865	17
Energia	101 397	134	-	-	-	-	101 397	134	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101 397	134
Imobiliário	71 926	241	-	-	-	-	71 926	241	13 705	278	13 705	278	-	-	-	-	-	-	-	-	85 631	519
Arrendamento e Locação	8 884	6	-	-	-	-	8 884	6	11 566	162	11 566	162	-	-	-	-	-	-	-	-	20 450	168
Retalho	16 475	47	-	-	-	-	16 475	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16 475	47
Telecomunicações	71 013	124	-	-	-	-	71 013	124	-	-	-	-	8 371	2 402	-	-	-	-	8 371	2 402	79 384	2 526
Transportes	16 248	39	-	-	-	-	16 248	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16 248	39
Infraestruturas de transportes	85 645	93	-	-	-	-	85 645	93	-	-	-	-	1 203	415	-	-	7 885	4 113	9 088	4 528	94 733	4 621
Água e Saneamento	18 861	148	-	-	-	-	18 861	148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18 861	148
Outros	3 537	11	3	-	109	1	3 649	12	-	-	-	-	-	-	9	1	146	127	155	128	3 804	140
Total	1 860 553	2 609	4	-	114	1	1 860 671	2 610	32 177	626	32 177	626	26 057	11 169	23	7	24 315	16 053	50 395	27 229	1 943 243	30 465

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

(milhares de euros)

31.12.2025																							
Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, Stage e dias de atraso	Stage 1					Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3 e POCI								Total Stage 3 e POCI		Total	
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		30 - 89 dias			Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		30 - 89 dias		90 - 180 dias		Mais de 181 dias (1)					
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	17 255	81	-	-	-	17 255	81	3 667	71	3 667	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 922	152
Automóveis e peças de automóveis	11 769	12	-	-	-	11 769	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 769	12
Bancos	675 148	6	-	-	-	675 148	6	-	-	-	-	110	28	-	-	-	-	-	-	110	28	675 258	34
Corretagem	176	1	-	-	-	176	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176	1
Materiais de construção	27 247	54	10	-	-	27 257	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186	186	186	186	27 443	240
Bens de investimento	66 780	52	-	-	-	66 780	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66 780	52
Indústria química	37 822	103	-	-	-	37 822	103	-	-	-	-	9 756	5 449	15 449	10 400	-	-	571	571	25 776	16 420	63 598	16 523
Comércio e Serviços	4 617	38	-	-	-	4 617	38	-	-	-	-	3 940	1 411	-	-	5	5	-	-	3 945	1 416	8 562	1 454
Construção e Obras Públicas	128 272	157	-	-	-	128 272	157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128 272	157
Bens de consumo e vestuário	28 246	215	-	-	-	28 246	215	-	-	-	-	1 800	78	-	-	-	-	-	-	1 800	78	30 046	293
Alimentação, bebidas e tabaco	34 258	118	-	-	-	34 258	118	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34 258	118
Fundos e gestores de ativos	416	-	-	-	-	416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	-
Administração pública	334 434	409	-	-	-	334 434	409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	334 434	409
Saúde	30 518	87	-	-	-	30 518	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30 518	87
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	5	-	-	48	5	48	5
Holdings de investimento	13 449	19	-	-	-	13 449	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13 449	19
Metalúrgica & Mineração	39 480	76	-	-	-	39 480	76	3 993	49	3 993	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43 473	125
Instituições financeiras não bancárias	88 085	358	-	-	-	88 085	358	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88 085	358
Indústria de petróleo e gás	126 015	100	-	-	-	126 015	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126 015	100
Papel e produtos florestais	23 950	15	-	-	-	23 950	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23 950	15
Energia	110 006	446	-	-	-	110 006	446	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110 006	446
Imobiliário	70 826	180	16	-	-	70 842	180	3 754	278	3 754	278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74 596	458
Arrendamento e Locação	-	-	-	-	-	-	-	11 819	352	11 819	352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 819	352
Retalho	11 376	45	-	-	-	11 376	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 376	45
Telecomunicações	103 797	391	3	3	-	103 800	394	-	-	-	-	11 149	2 693	-	-	-	-	11	11	11 160	2 704	114 960	3 098
Transportes	15 787	37	-	-	-	15 787	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 787	37
Infraestruturas de transportes	90 337	97	7	-	3	90 347	97	-	-	-	-	1 146	411	-	-	-	-	7 885	3 890	9 031	4 301	99 378	4 398
Água e Saneamento	24 663	65	-	-	-	24 663	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24 663	65
Outros	34	-	78	2	3	115	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	152	124	156	124	271	127
Total	2 114 763	3 162	114	5	6	2 114 883	3 168	23 233	750	23 233	750	27 901	10 070	15 449	10 400	57	10	8 805	4 782	52 212	25 262	2 190 328	29 180

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e *Stage* de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	60 480	-	-	-	60 480
Monitoring	[bbb+;b-]	645 416	23 984	-	-	669 400
Impaired	[d]	-	-	17 771	10 323	28 094
Exposição Bruta		705 896	23 984	17 771	10 323	757 974
Imparidade (Nota 31)		1 826	440	11 446	6 201	19 913
Valor líquido		704 070	23 544	6 325	4 122	738 061
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	24	-	24
Exposição Bruta		-	-	24	-	24
Valor líquido		-	-	24	-	24
Total bruto		705 896	23 984	17 795	10 323	757 998
Imparidade (Nota 31)		1 826	440	11 446	6 201	19 913
Total líquido		704 070	23 544	6 349	4 122	738 085

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	63 926	-	-	-	63 926
Monitoring	[bbb+;b-]	634 343	19 240	-	-	653 583
Impaired	[d]	-	-	17 850	9 673	27 523
Exposição Bruta		698 269	19 240	17 850	9 673	745 032
Imparidade (Nota 31)		1 929	701	10 842	5 000	18 472
Valor líquido		696 340	18 539	7 008	4 673	726 560
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	24	-	24
Exposição Bruta		-	-	24	-	24
Reavaliação		-	-	1	-	1
Valor líquido		-	-	25	-	25
Total bruto		698 269	19 240	17 874	9 673	745 056
Imparidade (Nota 31)		1 929	701	10 842	5 000	18 472
Reavaliação		-	-	1	-	1
Total líquido		696 340	18 539	7 033	4 673	726 585

Compromisso de empréstimos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de compromissos de empréstimos prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Compromissos de crédito		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 100	-	-	-	2 100
Monitoring	[bbb+;b-]	65 020	1 288	-	-	66 308
Impaired	[d]	-	-	514	-	514
Total bruto		67 120	1 288	514	-	68 922
Imparidade (Nota 31)		41	-	13	-	54
Total líquido		67 079	1 288	501	-	68 868

(milhares de euros)

Compromissos de crédito		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 100	-	-	-	2 100
Monitoring	[bbb+;b-]	52 857	-	-	-	52 857
Impaired	[d]	-	-	360	-	360
Total bruto		54 957	-	360	-	55 317
Imparidade (Nota 31)		37	-	9	-	46
Total líquido		54 920	-	351	-	55 271

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho 2026 e 30 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Garantias		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	27 788	-	-	-	27 788
Monitoring	[bbb+;b-]	49 186	-	-	-	49 186
Impaired	[d]	-	-	8 630	-	8 630
Total bruto		76 974	-	8 630	-	85 604
Imparidade (Nota 31)		40	-	2 469	-	2 509
Total líquido		76 934	-	6 161	-	83 095

(milhares de euros)

Garantias		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	29 378	-	-	-	29 378
Monitoring	[bbb+;b-]	57 113	-	-	-	57 113
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	9 606
Impaired	[d]	-	-	11 446	-	11 446
Total bruto		86 491	-	11 446	-	97 937
Imparidade (Nota 31)		75	-	2 724	-	2 799
Total líquido		86 416	-	8 722	-	95 138

Instrumentos de dívida da carteira bancária (títulos)

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida da carteira bancária		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	147 341	-	-	-	147 341
Monitoring	[bbb+;b-]	489 134	6 905	-	-	496 039
Impaired	[d]	-	-	4 286	-	4 286
Valor Bruto		636 475	6 905	4 286	-	647 666
Imparidade (Nota 31)		632	186	2 044	-	2 862
Cobertura de Justo valor		(844)	-	-	-	(844)
Valor líquido		634 999	6 719	2 242	-	643 960
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	36 021	-	-	-	36 021
Monitoring	[bbb+;b-]	318 296	430	-	-	318 726
Impaired	[d]	-	-	-	3 544	3 544
Valor Bruto		354 317	430	-	3 544	358 291
Imparidade (Nota 31)		573	9	-	86	668
Reavaliação		(2 495)	(30)	-	6	(2 519)
Cobertura de Justo valor		78	-	-	-	78
Valor líquido		351 327	391	-	3 464	355 182
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	-	966	966
Valor Bruto		-	-	-	966	966
Valor líquido		-	-	-	966	966
Total bruto		990 792	7 335	4 286	4 510	1 006 923
Imparidade (Nota 31)		1 205	195	2 044	86	3 530
Reavaliação		(2 495)	(30)	-	6	(2 519)
Cobertura de Justo valor		(766)	-	-	-	(766)
Total líquido		986 326	7 110	2 242	4 430	1 000 108

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida da carteira bancária		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	61 355	-	-	-	61 355
Monitoring	[bbb+;b-]	502 450	3 993	-	-	506 443
Impaired	[d]	-	-	3 911	-	3 911
Valor Bruto		563 805	3 993	3 911	-	571 709
Imparidade (Nota 31)		1 014	49	1 866	-	2 929
Cobertura de Justo valor		(712)	-	-	-	(712)
Valor líquido		562 079	3 944	2 045	-	568 068
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	24 665	-	-	-	24 665
Monitoring	[bbb+;b-]	279 756	9 870	-	-	289 626
Impaired	[d]	-	-	-	3 091	3 091
Exposição Bruta		304 421	9 870	-	3 091	317 382
Imparidade		655	21	-	121	797
Reavaliação		(2 010)	(174)	-	49	(2 135)
Cobertura de Justo valor		477	-	-	-	477
Valor líquido		302 233	9 675	-	3 019	314 927
Total bruto						
Impaired	[d]	-	-	-	886	886
Valor Bruto		-	-	-	886	886
Valor líquido		-	-	-	886	886
Total bruto		868 226	13 863	3 911	3 977	889 977
Imparidade (Nota 31)		1 669	70	1 866	121	3 726
Reavaliação		(2 010)	(174)	-	49	(2 135)
Cobertura de Justo valor		(235)	-	-	-	(235)
Total líquido		864 312	13 619	2 045	3 905	883 881

Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	22 010	-	-	-	22 010
Monitoring	[bbb+;b-]	1 106	-	-	-	1 106
Total bruto		23 116	-	-	-	23 116
Total líquido		23 116	-	-	-	23 116

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	22 093	-	-	-	22 093
Monitoring	[bbb+;b-]	2 326	-	-	-	2 326
Impaired	[d]	-	-	110	-	110
Not rated						284
Total bruto		24 419	-	110	-	24 529
Imparidade (Nota 31)		-	-	28	-	28
Total líquido		24 419	-	82	-	24 501

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		30.06.2026				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	286 027	-	-	-	286 027
Monitoring	[bbb+;b-]	19 435	-	-	-	19 435
Total bruto		305 462	-	-	-	305 462
Imparidade (Nota 31)		5	-	-	-	5
Total líquido		305 457	-	-	-	305 457

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2025				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	616 910	-	-	-	616 910
Monitoring	[bbb+;b-]	34 806	-	-	-	34 806
Total bruto		651 716	-	-	-	651 716
Imparidade (Nota 31)		3	-	-	-	3
Total líquido		651 713	-	-	-	651 713

Devedores e outros ativos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank, para 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Devedores e outras aplicações	30.06.2026				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado					
Impaired [d]		-	-	7 885	7 885
Not rated	628	-	986	-	1 614
Total bruto	628	-	986	7 885	9 499
Imparidade (Nota 31)	6	-	943	4 113	5 062
Total líquido	622	-	43	3 772	4 437

(milhares de euros)

Devedores e outras aplicações	31.12.2025				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado					
Impaired [d]		-	-	7 885	7 885
Not rated	226	-	977	-	1 203
Total bruto	226	-	977	7 885	9 088
Imparidade (Nota 31)	62	-	903	3 890	4 855
Total líquido	164	-	74	3 995	4 233

Compromissos financeiros com terceiros

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de Compromissos financeiros com terceiros do Haitong Bank, para 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025:

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros	30.06.2026				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado					
Monitoring [bbb+;b-]	45 000	-	-	-	45 000
Total bruto	45 000	-	-	-	45 000
Imparidade (Nota 31)	60	-	-	-	60
Total líquido	44 940	-	-	-	44 940

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros	31.12.2025				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado					
Monitoring [bbb+;b-]	35 000	-	-	-	35 000
Total bruto	35 000	-	-	-	35 000
Imparidade (Nota 31)	48	-	-	-	48
Total líquido	34 952	-	-	-	34 952

Movimentação por stage

Durante o primeiro semestre de 2026, e o ano de 2025, ocorreram as seguintes movimentações:

(milhares de euros)

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 dezembro 2025	2 417 059	32 929	56 263	2 506 251
Aumentos/reduções de exposição	(138 682)	(3 292)	(1 233)	(143 207)
Transferências				
de stage 1	(11 196)	11 196	-	-
de stage 2	3 222	(3 222)	-	-
de stage 3	-	-	-	-
Write-off	-	-	(95)	(95)
Saídas	(58 676)	(5 035)	-	(63 710)
Saldo em 30 junho 2026	2 211 727	32 577	54 935	2 299 239

(milhares de euros)

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 dezembro 2024	2 404 867	44 884	30 603	2 480 354
Aumentos/reduções de exposição	198 449	(2 087)	(4 227)	192 135
Transferências				
de stage 1	(20 641)	16 730	3 911	-
de stage 2	-	(26 598)	26 598	-
de stage 3	-	-	-	-
Write-off	-	-	(622)	(622)
Saídas	(165 616)	-	-	(165 616)
Saldo em 31 dezembro 2025	2 417 059	32 929	56 263	2 506 251

Durante o primeiro semestre de 2026, duas exposições totalizando 11 196 milhares de euros foram transferidas de *Stage 1* para *Stage 2*, e uma exposição de 3 222 milhares de euros foi transferida de *Stage 2* para *Stage 1*.

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

Tal como foi aprovado pela Comissão Executiva durante 2024, o valor das cauções de contas bancárias passou a ser atualizado semestralmente, depois das datas de referência 30/6 e 31/12 ou sempre que haja um aumento significativo que implique a atualização de valores, de acordo com a informação do banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 30 de junho de 2026, o montante de instrumentos financeiros para os quais não se identificaram perdas de crédito esperadas decorrente da existência de garantia (i.e., sempre que a exposição, dado o incumprimento líquida de garantias detidas, for igual a zero), foi de 12 084 milhares de euros (31 de dezembro de 2025: 18 798 milhares de euros).

Em seguida apresenta-se por classe de *rating* o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada *Stage* e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

30.06.2026									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	581 767	575 450	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 632 591	1 475 829	32 607	22 656	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	31 226	27 507	22 718	22 721
Not rated		630	628	-	-	985	984	-	-
Total		2 214 988	2 051 907	32 607	22 656	32 211	28 491	22 718	22 721

(milhares de euros)

31.12.2025									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	820 428	802 515	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 598 649	1 438 351	33 103	33 103	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	33 702	33 317	21 535	21 534
Not rated		226	226	-	-	977	976	-	-
Total		2 419 303	2 241 092	33 103	33 103	34 679	34 293	21 535	21 534

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (“*forborne exposures*”).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1..

Neste sentido, a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 244 307	3 817	0.2%	2 450 027	4 594	0.2%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	994 838	1 400	0.1%	879 709	1 739	0.2%
Crédito a clientes	729 880	2 266	0.3%	717 509	2 630	0.4%
Aplicações em instituições de crédito	305 462	5	0.0%	651 716	3	0.0%
Caixa & Equivalentes de Caixa	23 116	-	0.0%	24 419	-	0.0%
Garantias	76 974	40	0.1%	86 491	75	0.1%
Compromissos de crédito	68 409	40	0.1%	54 957	37	0.1%
Outros compromissos	45 000	60	0.1%	35 000	48	0.1%
Outras contas a receber	628	6	1.0%	226	62	27.4%
Exposições Não Produtivas (NPE)	54 932	27 315	49.7%	56 263	25 383	45.1%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	8 800	2 130	24.2%	7 937	1 987	25.0%
Crédito a clientes	28 118	17 647	62.8%	27 548	15 842	57.5%
Caixa & Equivalentes de Caixa	-	-	0.0%	110	28	25.5%
Garantias	8 630	2 469	28.6%	11 446	2 724	23.8%
Compromissos de crédito	513	13	2.5%	360	9	2.5%
Outros ativos	7 887	4 113	52.1%	7 885	3 890	49.3%
Outras contas a receber	984	943	95.8%	977	903	92.4%
Total	2 299 239	31 132	1.4%	2 506 290	29 977	1.2%
NPE ratio	2.4%			2.2%		
NPL ratio	3.7%			3.7%		

(1) Custo Amortizado, incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas acrescidos dos montantes de ajustamentos de coberturas vivas e dos montantes de revalorização dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações (1)	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 240 553	3 539	0.2%	2 442 567	4 245	0.2%
Exposições Diferidas Produtivas	3 754	278	7.4%	7 421	349	4.7%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0.0%	-	-	0.0%
Crédito a clientes	3 754	278	7.4%	7 421	349	4.7%
Exposições Diferidas Não Produtivas	33 121	17 746	53.6%	31 909	15 972	50.1%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	4 514	86	1.9%	4 026	121	3.0%
Crédito a clientes	28 094	17 647	62.8%	27 523	15 842	57.6%
Compromissos de crédito	513	13	2.5%	360	9	2.5%
Exposições Não Produtivas	21 811	9 569	43.9%	24 354	9 411	38.6%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	4 286	2 044	47.7%	3 911	1 866	47.7%
Crédito a clientes	24	-	0.0%	25	-	0.0%
Caixa & Equivalentes de Caixa	-	-	0.0%	110	28	25.5%
Garantias	8 630	2 469	28.6%	11 446	2 724	23.8%
Outros ativos	7 887	4 113	52.1%	7 885	3 890	49.3%
Outras contas a receber	984	943	95.8%	977	903	92.4%
Total	2,299,239	31,132	1.4%	2,506,251	29,977	1.2%

(1) Custo Amortizado, incluindo juro corrido e coberturas descontinuadas acrescidos dos montantes de ajustamentos de coberturas vivas e dos montantes de revalorização dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As tabelas seguintes apresentam as medidas de reestruturação aplicadas, detalhando o número de operações, exposição bruta e reavaliações, e imparidade pelas diferentes *stages* a 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(milhares de euros)

30.06.2026												
Exposições Diferidas	Stage 2			Stage 3			POCI			Total		
	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões
Extensão de Prazo	1	3 754	278	-	-	-	-	-	-	1	3 754	278
Reagendamento de Pagamentos	-	-	-	1	15 467	11 004	-	-	-	1	15 467	11 004
Outras medidas	-	-	-	2	2 812	455	4	14 842	6 287	6	17 660	6 742
Total	1	3 754	278	3	18 279	11 459	4	14 842	6 287	8	36 881	18 024

(milhares de euros)

31.12.2025												
Exposições Diferidas	Stage 2			Stage 3			POCI			Total		
	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Nº de operações	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões
Extensão de Prazo	1	3 754	278	-	-	-	-	-	-	1	3 754	278
Reagendamento de Pagamentos	-	-	-	1	15 450	10 400	-	-	-	1	15 449	10 400
Outras medidas	1	3 667	71	2	2 762	451	4	13 699	5 121	7	20 127	5 643
Total	2	7 421	349	3	18 212	10 851	4	13 699	5 121	9	39 330	16 321

Durante o primeiro semestre de 2026, e o ano de 2025, registaram-se as seguintes movimentações nas exposições diferidas, por montante bruto e reavaliações:

(milhares de euros)

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial da carteira de exposições diferidas	39 329	36 323
Exposições diferidas no período	-	5 845
Desreconhecimento	(3 667)	-
Liquidação de exposições diferidas	-	(3 029)
Outros	1 213	191
Saldo final da carteira de exposições diferidas	36 875	39 330

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por setores de atividade, para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

Indústria	30.06.2026								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	49 374	-	121	-	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	1 827	-	11 549	27
Bancos	-	-	-	-	-	9 251	4 826	32 927	18
Corretagem	-	-	-	-	-	-	-	192	1
Materiais de construção	15 037	-	8	-	-	1 130	-	-	-
Bens de investimento	24 806	-	32	-	-	-	-	-	-
Indústria química	24 810	16 668	3 915	11 868	-	-	-	16 974	2 139
Comércio e Serviços	3 094	-	1 516	-	-	1 155	-	29 658	58
Construção e Obras Públicas	-	24	-	-	-	1 201	-	25 216	26
Bens de consumo e vestuário	20 013	-	269	-	-	-	-	25 906	88
Alimentação, bebidas e tabaco	31 972	-	113	-	-	-	-	7 151	9
Fundos e gestores de ativos	-	-	-	-	-	3 534	1	11 141	-
Administração pública	-	-	-	-	-	880 749	-	513 292	374
Saúde	13 990	-	64	-	-	-	-	32 040	71
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	857	-	8 979	42
Produtos de uso doméstico	25 171	-	36	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	-	-	-	-	-	2 513	-	13 591	19
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	173	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	56 829	-	72	-	-	520	-	26 326	235
Instituições financeiras não bancárias	83 101	-	358	-	-	6 567	150	35 893	29
Indústria de petróleo e gás	107 257	-	78	-	-	-	-	18 493	16
Papel e produtos florestais	4 289	-	4	-	-	-	718	2 576	3
Farmacêuticas	-	-	-	-	-	-	-	851	4
Energia	79 852	-	109	-	-	1 057	-	23 953	104
Imobiliário	63 902	-	473	-	-	430	-	74 610	89
Arrendamento e Locação	11 567	-	162	-	-	-	-	8 884	6
Retalho	9 954	-	23	-	-	-	-	15 366	36
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	849	-	9 354	9
Telecomunicações	37 185	-	90	-	-	-	3 566	27 371	28
Transportes	-	-	-	-	-	2 290	-	22 499	45
Infraestruturas de transportes	70 312	-	475	-	-	1 010	9 200	14 435	33
Água e Saneamento	8 791	-	127	-	-	2 878	-	10 069	21
TOTAL	741 306	16 692	8 045	11 868	-	917 991	18 461	1 019 296	3 530

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2025								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	20 922	-	152	-	-	1 301	-	-	-
Cooperativas agrícolas	-	-	-	-	-	2 895	-	21 301	38
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	11 568	982	26 912	14
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	176	1
Corretagem	27 247	-	54	-	-	2 049	-	-	-
Materiais de construção	26 014	-	34	-	-	-	-	7 631	8
Bens de investimento	39 998	1 134	13 284	747	-	1 670	-	25 026	1 948
Indústria química	3 283	-	1 370	-	-	430	-	4 617	38
Comércio e Serviços	6 020	25	28	-	-	153	-	38 257	67
Construção e Obras Públicas	19 838	-	245	-	-	875	-	15 369	71
Embalagens	31 373	-	112	-	-	-	-	17 903	16
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	6 226	-	10 911	-
Fundos e gestores de ativos	-	-	-	-	-	819 958	-	409 038	551
Administração pública	13 501	-	60	-	-	75	-	31 160	65
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	8 874	41
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	13 449	19
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	32 986	-	44	-	-	913	-	25 529	213
Instituições financeiras não bancárias	83 073	-	358	-	-	5 574	188	24 917	18
Indústria de petróleo e gás	114 325	-	88	-	-	1 764	-	30 177	28
Papel e produtos florestais	1 326	-	1	-	-	-	-	2 624	3
Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	85 766	-	250	-	-	644	-	25 708	358
Arrendamento e Locação	53 618	-	441	-	-	1 922	-	69 910	66
Retalho	11 820	-	352	-	-	-	-	-	-
Sistema de tratamento automático de dados	5 009	-	23	-	-	1 626	-	15 116	34
Telecomunicações	-	-	-	-	-	491	-	9 032	12
Transportes	83 943	-	313	-	-	1 871	5 282	16 689	15
Infraestruturas de transportes	-	-	-	-	-	2 335	-	22 216	44
Água e Saneamento	75 308	-	476	-	-	951	10 912	14 076	33
Outros	8 528	-	40	-	-	4 189	-	16 136	25
TOTAL	743 898	1 159	17 725	747	-	869 988	17 364	902 754	3 726

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	30.06.2026								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Austrália	50 306	-	62	-	-	-	-	8 204	8
Áustria	-	-	-	-	-	-	-	10 208	10
Belgica	20 368	-	49	-	-	-	-	-	-
Brasil	104 887	1 054	4 712	759	-	876 506	4 101	131 019	2 547
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	6 132	9
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	8 797	3
República Checa	24 806	-	32	-	-	-	-	27 965	22
China	15 037	-	8	-	-	9 015	-	28 268	45
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-	3 660	4
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 576	3
França	20 022	-	49	-	-	191	6	104 505	59
Alemanha	19 632	-	170	-	-	428	301	18 572	23
Hong-Kong	-	-	-	-	-	2 561	-	21 229	16
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	41 530	35
Islandia	-	-	-	-	-	505	-	1 507	1
Irlanda	33 001	-	306	-	-	-	-	-	-
Itália	45 212	-	49	-	-	827	-	146 467	63
Japão	-	-	-	-	-	518	-	9 354	9
Coreia do Sul	-	-	-	-	-	3 598	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	-	1 533	-	13 591	19
Macau	-	-	-	-	-	857	-	12 964	42
México	17 552	-	11	-	-	-	-	26 328	17
Países Baixos	41 809	-	178	-	-	1 008	-	6 251	6
Noruega	-	-	-	-	-	-	-	12 218	6
Polónia	42 038	15 638	100	11 109	-	404	-	52 320	78
Portugal	86 024	-	377	-	-	4 964	9 920	29 575	21
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	61 233	55
Singapura	-	-	-	-	-	496	-	-	-
Espanha	70 219	-	1 780	-	-	6 706	417	109 716	126
Sérvia	-	-	-	-	-	-	-	8 499	9
Suiça	-	-	-	-	-	-	-	10 305	5
Turquia	50 099	-	51	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	20 937	-	44	-	-	733	3 716	6 530	93
Estados Unidos América	63 458	-	44	-	-	6 705	-	75 218	181
Estónia	-	-	-	-	-	-	-	814	1
Peru	15 899	-	23	-	-	-	-	-	-
Filipinas	-	-	-	-	-	-	-	8 825	4
TOTAL	741 306	16 692	8 045	11 868	-	917 991	18 461	1 019 296	3 530

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2025							
	Crédito a clientes				Ativos de negociação		Títulos (1)	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Austrália	27 319	-	38	-	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	-	-	-	10 451	11
Belgica	20 351	-	50	-	595	-	-	-
Brasil	102 393	269	4 211	165	819 482	204	246 684	2 580
Bulgária	-	-	-	-	-	-	6 057	9
Colômbia	-	-	-	-	-	-	8 775	19
Croácia	-	-	-	-	852	-	-	-
Chipre	-	-	-	-	-	-	8 916	3
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	3 531	4
República Checa	46 407	-	55	-	-	-	32 602	29
China	16 666	-	29	-	10 500	-	51 402	75
Finlândia	-	-	-	-	-	-	2 624	3
França	39 794	-	233	-	3 329	348	82 691	61
Alemanha	19 838	-	48	-	545	218	8 392	9
Grécia	-	-	-	-	1 089	-	17 993	11
Hong-Kong	-	-	-	-	7 240	-	7 537	2
Hungria	-	-	-	-	-	-	46 916	40
Irlanda	32 974	-	307	-	-	-	-	-
Itália	20 002	-	13	-	2 664	-	20 191	9
Japão	-	-	-	-	2 904	-	9 032	12
Coreia do Sul	-	-	-	-	3 650	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	1 607	-	19 373	19
Macau	-	-	-	-	-	-	13 345	41
México	17 015	-	11	-	-	-	20 238	13
Países Baixos	43 556	-	179	-	2 985	-	6 429	7
Noruega	-	-	-	-	-	-	10 775	7
Polónia	64 331	890	10 223	582	1 444	-	49 690	79
Portugal	98 614	-	528	-	4 386	10 912	46 646	269
Roménia	-	-	-	-	503	-	54 972	52
Espanha	54 132	-	1 662	-	5 160	211	58 692	186
Suécia	-	-	-	-	-	-	7 631	8
Tailândia	-	-	-	-	491	-	-	-
Turquia	50 099	-	52	-	-	-	-	-
Reino Unido	49 244	-	54	-	-	5 471	20 084	33
Estados Unidos América	25 503	-	11	-	562	-	31 085	135
Peru	15 660	-	21	-	-	-	-	-
TOTAL	743 898	1 159	17 725	747	869 988	17 364	902 754	3 726

(1) Inclui: A) Ativos financeiros pelo custo amortizado; B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; C) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

Monitorização do Fundo de Pensões

Desde junho de 2025, a gestão do Fundo de Pensões passou do GNB Fundo de Pensões para a Golden SGF, entidade responsável por garantir a implementação e acompanhamento da estratégia de investimento dos fundos, respeitando os limites definidos na Política de Investimento dos mesmos. O Haitong Bank delega na Mercer Portugal a responsabilidade pela validação independente dos pressupostos atuariais assumidos, bem como pela definição da metodologia da avaliação atuarial.

Estas entidades têm também a responsabilidade de fornecer a informação necessária para o devido acompanhamento dos fundos de pensões relevante por parte dos diferentes órgãos do Banco, encarregues de monitorizar este risco, nomeadamente a Comissão Executiva, a Comissão de Acompanhamento Independente e a Comissão de Risco.

Risco do Fundo de Pensões

A carteira de ativos do Fundo essencialmente constituída por ações, obrigações e unidades de participação (fundos de investimento e ETF's), os riscos inerentes aos ativos do Fundo são os específicos dos vários tipos de investimento (risco de crédito, mercado, liquidez, etc.). No que respeita aos passivos do Fundo, sendo constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentam vários riscos atuariais, que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo: taxa de inflação, crescimento dos salários e pensões, evolução das tábuas de mortalidade e respetivo aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

O Risco do Fundo de Pensões está integrado no *Risk Appetite Framework* (RAF) do Banco, sendo monitorizado mensalmente em termos da evolução dos ativos, responsabilidades e da taxa de desconto. O Risco do Fundo de Pensões é quantificado para efeitos de capital interno no âmbito do exercício de ICAAP do Haitong Bank.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O principal mecanismo para gerir o risco de mercado na carteira de negociação é na aplicação da política de apetite de risco, de onde a definição de limites é uma componente chave. O Banco estabelece, para todo o grupo, limites de *value-at-risk* (VaR) para risco de mercado na carteira de negociação.

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial de posições a justo valor devido a movimentos de mercado e não devem ser excedidos num período de tempo definido e com um nível de confiança definida. O Haitong Bank estima o VaR a partir das variações históricas reais das variáveis de mercado ao longo de um período de um ano, um horizonte temporal de dez dias e reavalia todas as posições para cada cenário de mercado considerando um nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	30.06.2026				31.12.2025			
	Junho	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3 128	5 564	8 209	3 053	7 418	7 359	9 211	4 234
Risco taxa de juro	589	668	1 349	226	313	378	1 211	164
Ações	-	-	-	-	-	2	3	-
Spread de Crédito	4 508	1 330	5 269	246	469	437	735	116
Covariância	(2 928)	(1 517)	(6 777)	(463)	(926)	(821)	(1 812)	(440)
VaR Global	5 297	6 045	8 050	3 062	7 274	7 355	9 349	4 074

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários (1)	358 356	6 220	3.50%	545 608	25 630	4.70%
Crédito a clientes	772 192	23 642	6.17%	775 016	51 009	6.58%
Investimento em Títulos	1 813 732	81 401	9.05%	1 789 510	168 301	9.40%
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	30 500	625	4.13%	27,409	972	3.55%
Ativos financeiros	2 974 780	111 887	7.58%	3 137 543	245 913	7.84%
Recursos de instituições de crédito	1 131 997	58 707	10.46%	1 133 329	116 955	10.32%
Recursos de clientes	1 131 646	27 618	4.92%	1 219 032	62 300	5.11%
Responsabilidades representadas por títulos	229 678	11 252	9.88%	246 570	24 462	9.92%
Outros recursos (2)	14 110	239	3.41%	90 588	787	0.87%
Passivos financeiros	2 507 431	97 815	7.87%	2 689 519	204 504	7.60%
Resultado Financeiro	14 072			41 409		

Inclui: (1) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações em instituições de crédito; (2) Passivos financeiros detidos para negociação e Outros passivos (Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação + Passivos de locação)

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2026			31.12.2025		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	2 623	-	2 623	2 483	-	2 483
AUD	(0)	-	(0)	-	-	-
BRL	78 012	6 454	84 466	73 641	6 167	79 808
CAD	(0)	-	(0)	(0)	-	(0)
CHF	176	-	176	178	-	178
CNY	11 988	(6 467)	5 521	5 077	-	5 077
DKK	(5)	-	(5)	(5)	-	(5)
GBP	21 454	(19 721)	1 733	19 524	(17 803)	1 721
HKD	(1 601)	-	(1 601)	(1 752)	0	(1 752)
JPY	-	-	-	(0)	-	(0)
MOP	5 817	-	5 817	6 871	-	6 871
MXN	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
NOK	-	-	-	0	-	0
PLN	39 957	0	39 957	33 129	7 107	40 236
SEK	0	-	0	-	-	-
TRY	(0)	-	(0)	-	-	-
USD	151 844	(146 878)	4 966	126 219	(118 933)	7 285
Total	310 266	(166 612)	143 653	265 364	(123 462)	141 902

Nota: ativo / (passivo)

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

O Grupo Haitong Bank está exposto ao risco de taxa de juro decorrente das posições detidas tanto no trading book como no banking book do seu portefólio. As posições sensíveis à taxa de juro, distribuídas de acordo com os respetivos prazos contratuais e classificadas pelas correspondentes rubricas das demonstrações financeiras, à data de 30 de junho de 2026, e 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

(milhares de euros)

	30.06.2026					
	Valor de Balanço	Não sensíveis a taxa de juro	Sensível a taxa de juro fixa e variável			
			Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	23 122	23 122	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	953 101	16 802	664	5 457	40 120	890 059
Ativos financeiros detidos para negociação	936 452	1 143	640	5 457	39 154	890 059
Títulos	917 991	-	520	5 306	35 363	876 801
Instrumentos financeiros derivados	18 461	1 143	119	151	3 790	13 258
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	16 649	15 659	24	-	966	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	355 182	-	5 199	28 678	149 857	171 447
Ativos financeiros pelo custo amortizado	1 687 478	74	325 459	146 841	837 778	377 327
Títulos	643 960	-	7 403	50 936	336 801	248 821
Aplicações em instituições de crédito	305 457	74	305 383	-	-	-
Crédito a clientes	738 061	-	12 673	95 905	500 977	128 506
Outros ativos	263 469	263 469	-	-	-	-
Total de Ativo	3 282 352	303 467	331 322	180 976	1 027 755	1 438 832
Passivos financeiros detidos para negociação	18 594	3 637	185	130	4 340	10 302
Títulos	513	-	-	22	491	-
Instrumentos financeiros derivados	18 081	3 637	185	108	3 848	10 302
Passivos financeiros ao custo amortizado	2 564 759	-	1 060 595	722 190	766 310	15 664
Recursos de instituições de crédito	1 212 649	-	779 844	15 827	401 481	15 497
Recursos de clientes	1 096 748	-	265 576	471 139	359 867	167
Responsabilidades representadas por títulos	255 362	-	15 175	235 224	4 963	-
Outros passivos	80 526	80 526	-	-	-	-
Total Passivos	2 663 879	84 163	1 060 780	722 320	770 650	25 966
Gap (Ativo-Passivo)	618 473	219 304	(729 459)	(541 344)	257 105	1 412 867

(milhares de euros)

	31.12.2025					
	Valor de Balanço	Não sensíveis a taxa de juro	Sensível a taxa de juro fixa e variável			
			Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	24 507	24 507	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	903 411	15 880	4 820	7 304	45 659	829 748
Ativos financeiros detidos para negociação	887 352	732	4 796	7 304	44 773	829 748
Títulos	869 988	-	4 796	7 213	39 228	818 751
Instrumentos financeiros derivados	17 364	732	-	91	5 545	10 997
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	16 059	15 148	25	-	886	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	314 927	-	12 733	49 967	168 726	83 500
Ativos financeiros pelo custo amortizado	1 946 341	74	682 000	192 354	724 466	347 446
Títulos	568 068	-	28 169	140 946	227 870	171 083
Aplicações em instituições de crédito	651 713	74	649 688	1 951	-	-
Crédito a clientes	726 560	-	4 143	49 457	496 596	176 363
Outros ativos não sensíveis a taxa de juro	240 313	240 313	-	-	-	-
Total de Ativo	3 429 499	280 774	699 553	249 625	938 851	1 260 695
Passivos financeiros detidos para negociação	55 762	248	-	32 223	6 179	17 112
Títulos	32 724	-	-	31 909	533	282
Instrumentos financeiros derivados	23 038	248	-	315	5 645	16 830
Passivos financeiros ao custo amortizado	2 690 790	-	1 189 950	445 269	1 040 459	15 113
Recursos de instituições de crédito	1 195 890	-	830 349	16 994	333 434	15 113
Recursos de clientes	1 251 441	-	349 470	396 100	505 871	-
Responsabilidades representadas por títulos	243 459	-	10 130	32 175	201 153	-
Outros passivos	70 702	70 702	-	-	-	-
Total Liabilities	2 817 254	70 950	1 189 950	477 492	1 046 637	32 224
Gap (Assets-Liabilities)	612 245	209 824	(490 396)	(227 868)	(107 786)	1 228 470

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. Os riscos mais significativos na carteira bancária são a variação do risco de taxa de juro (IRRBB) e do risco de spread de crédito (CSRBB).

No que respeita ao IRRBB, o Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de run-off do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas forward na maturidade.

Em junho de 2026 e dezembro de 2025, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

(milhares de euros)

Tenor	30.06.2026			31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Até 3 meses	1 075 313	(834 829)	240 484	1 545 388	(935 003)	610 385
3 a 6 meses	469 586	(287 788)	181 797	226 643	(429 284)	(202 641)
6 a 12 meses	68 057	(468 491)	(400 434)	130 478	(148 464)	(17 986)
1 a 5 anos	607 403	(265 826)	341 577	405 375	(529 087)	(123 712)
Mais de 5 anos	321 954	(72 829)	249 125	273 250	(86 979)	186 271
Total	2 542 313	(1 929 763)	612 549	2 581 134	(2 128 817)	452 317

O Banco calcula os impactos de diferentes choques nas curvas de juros, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira. A estes são adicionados os acréscimos regulatórios para opções automáticas e risco de base, definidos no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2024/857, gerando os impactos finais no valor económico do capital próprio e pela margem financeira. Os resultados foram:

(milhares de euros)

Cenários	30.06.2026		31.12.2025	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Pior impacto final	(44 298)	(1 889)	(23 398)	(2 766)
Add ons regulatórios	(300)	(80)	(244)	(74)
Pior impacto (sem add ons regulatórios)	(43 998)	(1 809)	(23 153)	(2 692)
Subida paralela da curva de rendimentos	(43 998)	1 809	(23 153)	2.692
Descida paralela da curva de rendimentos	25 135	(1 809)	13 438	-2.692
Aumento do declive da curva de rendimentos	(10 627)	n.a.	(9 408)	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	261	n.a.	2 004	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	(13 115)	n.a.	(3 725)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	6 962	n.a.	1 717	n.a.
% Fundos Próprios de Nível 1	8.61%	0.37%	4,50%	0,53%
% Fundos Próprios	8.59%	0.37%	4,48%	0,53%

Informação Não Auditada

Fonte: Haitong Bank S.A.

Em junho de 2026, o valor económico do capital próprio (Economic Value of Equity - EVE) ascendia a 44,3 milhões de euros (8,61% dos Fundos Próprios Principais de Nível 1), refletindo um aumento face aos 23,4 milhões de euros registados em dezembro de 2025 (4,50% dos Fundos Próprios Principais de Nível 1). Esta evolução foi principalmente impulsionada pela aquisição de novos instrumentos obrigacionistas, conjugada com a diminuição parcial de posições de cobertura existentes em contratos de futuros, bem como pela redução da exposição e da maturidade média do financiamento obtido através de depósitos.

No que respeita ao CSRBB, o Haitong Bank visa capturar alterações na perceção do mercado sobre a qualidade de crédito de instrumentos individuais com risco de crédito, quer devido a alterações nos níveis de incumprimento esperados, quer devido a alterações na liquidez do mercado. Alterações nas perceções subjacentes da qualidade de crédito podem amplificar os riscos já decorrentes do risco da curva de rendimentos, sendo este risco também definido como qualquer tipo de risco de spread de ativos e/ou passivos de instrumentos com risco de crédito que não é explicado pelo IRRBB, nem pelo crédito esperado /risco de salto para o padrão.

Para mensurar mensalmente o CSRBB, o Haitong Bank considera uma abordagem de simulação de VaR histórico com período de detenção de um ano, período de observação de cinco anos e nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	30.06.2026		31.12.2025	
	Requisito CSR	Posições HTCS	Requisito CSR	Posições HTCS
Haitong Bank S.A.	18 147	300 879	12 919	244 925
dos quais: Soberanos	2 827	52 061	29	11 562
dos quais: Empresas	15 433	248 818	12 890	233 363
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	344	55 269	526	70 888
dos quais: Soberanos	267	49 056	443	65 342
dos quais: Empresas	77	6 214	83	5 546
Covariância	(530)	n.a.	(1 202)	n.a.
Global	17 961	356 148	12 244	315 812
Requisito de Capital Global	17 961	356 148	14 515	315 812
% Fundos Próprios de Nível 1	3.49%	-	2.79%	-
Duração média (em anos)	-	3.85	-	2.89

O requisito de capital final para CSRBB corresponde ao valor maior entre o value at risk do mês de referência e a média dos value at risk do último ano. Assim, em junho de 2026, o requisito final de capital para CSRBB ascendia a 18,0 milhões de euros (3,49% dos Fundos Próprios Principais de Nível 1 - Tier 1), refletindo um aumento face aos 14,5 milhões de euros registados em dezembro de 2025 (2,79% dos Fundos Próprios Principais de Nível 1 - Tier 1). Esta evolução é explicada, sobretudo, pelo aumento das exposições e da duração média das obrigações soberanas e empresariais classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) detidas pelo Haitong Bank, S.A.

Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecido como Regulamento dos Índices de Referência da União Europeia ou Benchmark Regulation - BMR) estabeleceu um quadro regulamentar comum destinado a assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade, robustez e eficiência, bem como a proteção dos consumidores e investidores. A implementação deste regulamento desencadeou um conjunto de reformas dos índices de referência, atualmente em curso, com diversas implicações para a atividade das instituições financeiras.

O Banco dispõe de cláusulas de contingência (fallback provisions) nos seus contratos, em conformidade com as práticas de mercado, com o objetivo de mitigar os efeitos de uma eventual descontinuidade dos índices de referência.

Em 30 de junho de 2026, a Sucursal de Varsóvia não tinha contratos de financiamento nem instrumentos derivados cuja taxa contratual estivesse associada a índices LIBOR já descontinuados.

Na mesma data, a Sucursal de Varsóvia detinha contratos de financiamento e instrumentos derivados referenciados ao índice WIBOR, cuja descontinuação está prevista no âmbito da reforma dos índices de referência na Polónia.

A reforma dos índices de referência polacos visa substituir o WIBOR pelo POLSTR (Polish Short-Term Rate), que foi selecionado em dezembro de 2024 como o índice de referência de destino para substituir o WIBOR e o WIBID. De acordo com o roteiro atualizado aprovado pelo Grupo Nacional de Trabalho para a Reforma dos Índices de Referência e revisto em 30 de junho de 2026, as instituições financeiras encontram-se a introduzir gradualmente o POLSTR em novos produtos e instrumentos financeiros. A Autoridade Polaca de Supervisão Financeira (Komisja Nadzoru Finansowego - KNF) espera que as entidades supervisionadas deixem de utilizar o WIBOR em novos contratos e instrumentos financeiros até 31 de dezembro de 2026. Consequentemente, a partir de 1 de janeiro de 2027, o WIBOR deverá ser utilizado apenas para a gestão de exposições existentes (legacy exposures), devendo as novas operações ser, em regra, referenciadas ao POLSTR.

Adicionalmente, a GPW Benchmark S.A. anunciou que 31 de dezembro de 2036 será a última data de publicação dos principais índices WIBOR e WIBID, estando a sua cessação definitiva prevista para 1 de janeiro de 2037.

O Banco continua a acompanhar a evolução desta reforma e a avaliar o seu potencial impacto nos seus produtos, contratos, sistemas e quadro de gestão de risco.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio e longo prazo, tanto ao nível do Grupo como das suas subsidiárias. Para atingir esse objetivo, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento, e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, S. Paulo e Varsóvia), sob a coordenação global do membro da Comissão Executiva responsável pela Tesouraria.

O Banco adota uma abordagem abrangente de gestão de liquidez, que inclui: a definição de uma política de risco de liquidez, o acompanhamento de indicadores-chave de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, a realização de testes de esforço e a manutenção de planos de contingência de liquidez, bem como o estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de junho de 2026, o Banco detinha 704 milhões de euros de ativos líquidos de alta qualidade (836 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025), dos quais 277 milhões de euros correspondiam a depósitos disponíveis junto de Bancos Centrais (606 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

A 30 de junho de 2026, o Haitong Bank detinha um excedente de 365 milhões de euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 208% (237% em dezembro de 2025), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

(milhões de euros)

Rácio de Cobertura de Liquidez	30.06.2026	31.12.2025
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	704	836
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	365	484
Rácio de Cobertura de Liquidez	208%	237%

Informação Não Auditada

Em 2026, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (*repos*) e depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais).

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivativos sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral ao Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. *Credit Support Annex*) principalmente com instituições financeiras. As posições de derivativos e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas Notas 20 e 27, respetivamente.

A 30 de junho de 2026, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	30.06.2026						
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	23 122	-	-	-	-	-	23 122
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	50 801	57 030	454 532	2 452 801	-	3 015 164
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	1 144	-	15 659	16 803
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 194	7 441	42 220	237 687	219 877	-	508 419
Ativos financeiros pelo custo amortizado	14 278	5 425	92 098	457 347	285 736	-	854 884
Aplicações em instituições de crédito	286 222	20 600	-	-	-	-	306 822
Crédito a clientes	601	23 803	171 105	603 053	66 152	-	864 714
Instrumentos derivados	-	58 185	177 648	158 777	753 706	16 332	1 164 648
Total	325 417	166 255	540 101	1 912 540	3 778 272	31 991	6 754 576
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	780 239	1 010	27 226	452 224	6 036	-	1 266 735
Recursos de clientes	48 317	257 550	441 403	395 023	328	-	1 142 621
Responsabilidades representadas por títulos	-	15 344	250 752	6 786	-	-	272 882
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	111	402	-	-	-	-	513
Instrumentos derivados	-	58 022	177 649	158 777	756 059	5 189	1 155 696
Total	828 667	332 328	897 030	1 012 810	762 423	5 189	3 838 447

A 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2025						Total
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	24 507	-	-	-	-	-	24 507
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	50 988	20 940	423 768	2 292 091	-	2 787 787
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	1 049	-	15 148	16 197
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	16 501	62 037	244 545	118 769	-	441 853
Ativos financeiros pelo custo amortizado	1 993	35 978	199 431	337 485	190 131	-	765 018
Aplicações em instituições de crédito	83	651 807	-	-	-	-	651 891
Crédito a clientes	4	17 521	141 831	599 624	111 251	-	870 230
Instrumentos derivados	-	182 920	16 864	158 188	160 371	22 038	540 381
Total	26 587	955 715	441 103	1 764 660	2 872 613	37 186	6 097 865
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	-	831 683	27 187	378 704	7 330	-	1 244 904
Recursos de clientes	14 056	338 308	403 275	548 880	-	-	1 304 519
Responsabilidades representadas por títulos	-	10 452	40 689	218 340	-	-	269 481
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	282	32 442	-	-	-	-	32 724
Instrumentos derivados	-	182 709	16 561	158 157	160 371	450	518 248
Total	14 338	1 395 594	487 712	1 304 080	167 701	450	3 369 876

Os *cash flows* não descontados de derivados são calculados como *cash flows* brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

O perfil de maturidade das garantias emitidas pelo Haitong Bank e dos compromissos não utilizados encontra-se detalhado na tabela abaixo:

(milhares de euros)

	30.06.2026					
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Total
Garantias financeiras	-	32 672	11 336	39 728	1 868	85 604
Compromissos não utilizados	-	16 781	74 851	20 190	2 100	113 922
Total dos compromissos e garantias	-	49 453	86 187	59 918	3 968	199 525

(milhares de euros)

	31.12.2025					
	à vista	Até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	De um a cinco anos	Mais de 5 anos	Total
Garantias financeiras	-	24 455	32 220	35 286	5 974	97 935
Compromissos não utilizados	-	-	45 940	42 278	2 100	90 317
Total dos compromissos e garantias	-	24 455	78 160	77 564	8 074	188 253

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico inclui-se nesta definição.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das atividades regulares de identificação, avaliação, tratamento/mitigação, monitorização e controlo e reporte do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (*RWAs – Risk Weighted Assets*) e pelo grau de alavancagem.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital, fixada em 2,5% a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras

Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma reserva contracíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5%, que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica, devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. Esta taxa de reserva está sujeita a revisão trimestral. Em 30 de junho de 2026, a reserva contracíclica de fundos próprios aplicável às exposições sobre contrapartes localizadas em Portugal era de 0,75% do montante total das posições ponderadas pelo risco, na sequência da decisão do Banco de Portugal de ativar esta reserva com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal. A 1 de fevereiro de 2022, o Banco de Portugal, enquanto autoridade responsável pela supervisão em base consolidada do Haitong Bank, SA, comunicou a decisão relativa ao processo anual de revisão e avaliação de supervisão (SREP 2021), segundo o qual atribuiu ao Haitong Bank um requisito específico de fundos próprios de 4%, a cumprir sempre a partir de 1 de julho de 2022, determinado ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 116.ºC (1), (2)(a), (3)(b) e (4) do RGICSF.

Em 24 de Novembro de 2024 o Banco de Portugal informou o o Haitong Bank da sua decisão de reduzir o requisito de fundos próprios específico do Banco para 3,5% a partir de 1 de abril de 2025.

Atualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “*Standard*” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

O quadro seguinte apresenta o resumo da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. a 30 de junho de 2026 e a 31 de dezembro 2025:

	30.06.2026	31.12.2025
Rácio de fundos próprios principais de Nível 1	18,90%	19,60%
Rácio de fundos próprios de Nível 1	23,80%	24,60%
Rácio de Fundos Próprios Totais	23,90%	24,70%

Informação Não Auditada

Fonte: Haitong Bank S.A.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 30 de junho de 2026 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificou nenhum acontecimento subsequente que exigisse ajustamentos ou modificações às mesmas.

Declaração sobre a Auditoria às Contas

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2026 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 16 de setembro de 2026

Pan Guangtao
(Presidente do Conselho de Administração)

Lu Xiaoli
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

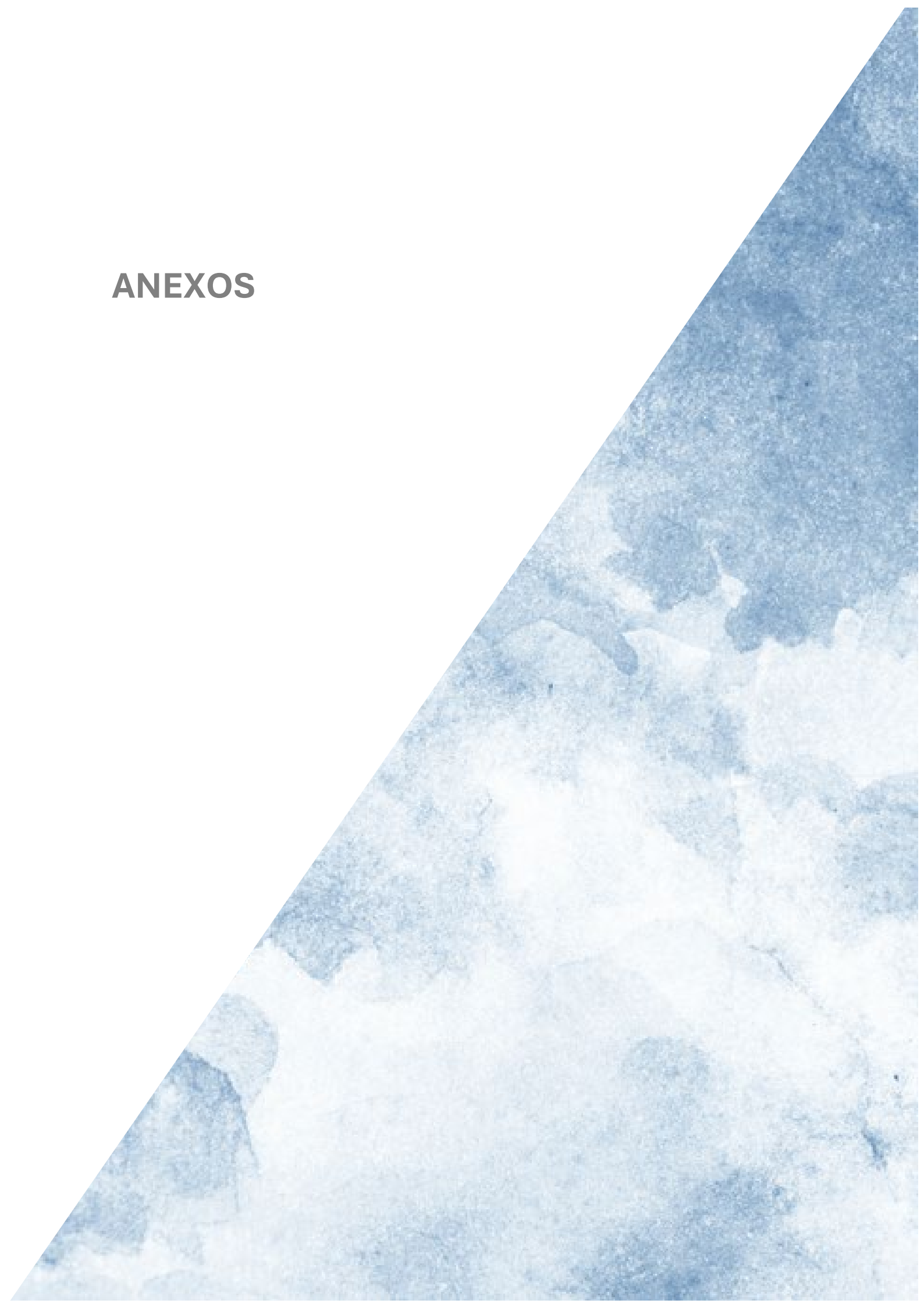
Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Chen Xuemei
(Vogal)

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

ANEXOS



Ações e Obrigações detidas por Membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização

Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais

Conselho de Administração/ Comissão de Auditoria	Títulos	Títulos detidos a 31 dez 2025	Transações em 1S2026			Títulos detidos a 30 jun 2026
			Data	Aquisições	Alienações	
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Lu Xiaoli (Nick Lu)	-	-	-	-	-	-
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Alan Fernandes	-	-	-	-	-	-
Nuno Carvalho	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Martins	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun (Jeff Zhang)	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Ventura	-	-	-	-	-	-
Martina García	-	-	-	-	-	-
Chen Xuemei (Michelle Chen)	-	-	-	-	-	-

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a)** As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários;
- b)** As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c)** O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2026, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 16 de setembro de 2026

Pan Guangtao
(Presidente do Conselho de Administração)

Lu Xiaoli
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Chen Xuemei
(Vogal)

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

